



Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Curso de Mestrado em Docência e Gestão em Educação

Efigênia Lúcia de Oliveira Santos

**O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO COMO
FORMA DE INTERVENÇÃO PARA A CAPACITAÇÃO
PROFISSIONAL**

Porto, 2017

Universidade Fernando Pessoa
Curso de Mestrado em Docência e Gestão em Educação
Efigênia Lúcia de Oliveira Santos



**O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO COMO
FORMA DE INTERVENÇÃO PARA A CAPACITAÇÃO
PROFISSIONAL**

Universidade Fernando Pessoa,
Porto, 2017

© 2017
Efigênia Lúcia de Oliveira Santos
TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Efigênia Lúcia de Oliveira Santos

**O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO COMO
FORMA DE INTERVENÇÃO PARA A CAPACITAÇÃO
PROFISSIONAL**

Assinatura: _____

Dissertação de Mestrado em Docência e Gestão da Educação apresentada à Universidade Fernando Pessoa, pela mestranda Efigênia Lúcia de Oliveira Santos, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Docência e Gestão em Educação, na área de especialização na Administração Escolar e Educacional, sob a orientação do Professor Doutor Carlos Teixeira Alves.

RESUMO

O estágio curricular, quando bem organizado, estruturado e orientado representa importante elemento no processo de formação acadêmica e profissional, no qual o aluno dos cursos técnicos se prepara para a integração no mercado de trabalho por meio de sua participação em situações reais de trabalho e onde futuramente, ele poderá exercer a sua profissão.

O estágio curricular supervisionado, dentro do Instituto Federal Minas Geraisó *Campus* Ouro Preto, foi o objetivo deste estudo, mas, principalmente, desenvolveu-se uma estratégia de intervenção a fim de obter melhorias no setor de atendimento específico ao estágio, dentro da instituição.

Para isso, foi necessário entrar no universo da Educação profissional principalmente nos últimos três governos no país. Também foi importante conhecer o histórico do estágio curricular na educação profissional enfim, as contextualizações conceituais que embasassem o universo do estágio e a inserção dos alunos no mercado de trabalho, e como o setor de estágio, como estratégia de intervenção poderia ser utilizado.

Para que a estratégia de intervenção tivesse uma linha de condução eficaz, algumas informações relevantes foram utilizadas, como as informações sobre a lei de estágio no país e dados sobre o funcionamento do estágio dentro da própria instituição em questão.

Face aos resultados da investigação, elaborámos um projeto que nos permitiu concluir que, dentro do universo institucional de educação profissional, o estágio curricular é de grande importância, principalmente com o objetivo de inserir o aluno no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Estágio Curricular, Estagiário, Educação Profissional; Mercado de Trabalho.

ABSTRACT

The well-organized, structured and oriented curricular internship represents an important element in the process of academic and professional formation, in which the student of the technical courses prepares for the integration in the labor market through his participation in real work situations and where In the future, he may exercise his profession.

The supervised curricular internship, within the Minas Gerais Federal Institute - Campus Ouro Preto, was the objective of this study, but, mainly, an intervention strategy was developed in order to obtain improvements in the sector of specific assistance to the internship within the institution.

For this, it was necessary to enter the universe of professional education mainly in the last three governments in the country. It was also important to know the history of the curricular traineeship in professional education, conceptual contextualizations that support the universe of the internship and the insertion of students in the labor market, and how the internship sector as an intervention strategy could be used.

In order for the intervention strategy to have an effective driving record, some relevant information has been used, such as information on the trainee law in the country and details of the traineeship within the institution itself.

The elaboration of the project allowed us to conclude that, within the institutional universe of professional education, the curricular internship is of great importance, mainly with the objective of inserting the student into the job market.

Key words: Internship, Trainee, Professional Education; Job market.

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, Antônio de Pádua (*in memoriam*) e meu esposo Márcio, pessoas que sempre acreditaram em mim.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por me fortalecer a cada dia para que eu siga confiante em minha caminhada.

Agradeço à Universidade Fernando Pessoa, que abriu suas portas de forma generosa e acolhedora para que tivéssemos a oportunidade de realizar o mestrado em Docência e Gestão da Educação.

Ao Professor Doutor Carlos Teixeira Alves, pela acolhida, confiança e suporte necessário à construção deste trabalho com o seu exemplo de profissionalismo.

A Professora Doutora Raquel Quirino Gonçalves, que de forma acolhedora me auxiliou com seus conhecimentos e amizade.

À Instituição na qual trabalho, pelo apoio e contribuição em minha formação profissional e acadêmica.

Ao meu esposo e a meus filhos pelo apoio incondicional e por sempre acreditarem em minha capacidade.

Aos amigos que muito me ajudaram e ficaram na torcida.

INDÍCE GERAL

RESUMO.....	V
ABSTRACT.....	VI
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Justificativa e Contextualização	1
1.2. Pergunta de Partida e Objetivos	1
1.3. Metodologia da Investigação	2
1.4. Estrutura da Investigação.....	3
1ª PARTE - Enquadramento Teórico.....	5
CAPÍTULO I - BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL (1995 A 2014).....	6
1.1. Introdução.....	6
1.2. Algumas Considerações.....	6
1.3. A Educação Profissional no Brasil no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, 1995 a 2002í í	7
1.4. A Educação Profissional no Brasil no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2010)í í í	12
1.4.1. Programa Escola de Fábrica.....	15
1.4.2. Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos	15
1.4.3. Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM.....	16
1.4.4. Programa Brasil Profissionalizado.....	17
1.4.5. O Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional	17
1.5. A Educação Profissional no Brasil no governo da Presidente Dilma Rousseff - 2011 a 2014...19	
1.6. Conclusão	21
CAPÍTULO II - O ESTÁGIO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA	23
2.1. Introdução.....	23
2.2. Conceitos, discussões teóricas e exigências legais	23
2.3. Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio e a Educação Profissional Técnica	32
2.4. Conclusão	36
CAPÍTULO III - PERFIL INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS - CAMPUS OURO PRETO.....	37
3.1. Introdução.....	37
3.2. Breve Histórico do Instituto Federal Minas Gerais- IFMG.....	37
3.3. Breve Histórico do Instituto Federal Minas Gerais, Campus Ouro Preto	39
3.3.1. Inserção Regional do Campus Ouro Preto	39
3.3.2. Funcionamento da Instituição atualmente.....	43
3.3.3. A Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias	45

3.3.4. Funcionamento do Setor de Estágio	45
3.3.6. O Estágio Curricular Obrigatório nos Cursos Superiores de Licenciatura (Física e Geografia)	49
3.3.7. O Estágio Curricular nos Cursos Superiores de Tecnólogos	51
3.3.7.1. Curso Tecnólogo em Gestão da Qualidade	52
3.3.7.2. Curso Tecnólogo em Conservação e Restauro	52
3.3.7.3. Curso Tecnólogo em Gastronomia	53
3.4. Estágio Curricular Supervisionado nos Cursos Técnicos a Distância (EaD)	54
IIª PARTE - PARTE EMPÍRICA	57
CAPÍTULO IV 6 ASPETOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	58
4.1. Introdução	58
4.2. Pergunta de Partida e Objetivos da Investigação	58
4.3. Metodologia da Investigação.....	59
4.4. Instrumentos da recolha de dados	63
4.5. População - Amostra.....	63
4.6. Caracterização do Contexto.....	64
4.7. Princípios Éticos.....	66
4.8. Conclusão.....	66
CAPÍTULO V 6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	67
5.1. Introdução	67
5.2. Apresentação dos resultados.....	67
5.3. Discussão dos Resultados	73
5.4. Conclusão dos resultados.....	74
5.5. Projeto de Intervenção: Implementação de melhorias no atendimento do estagiário	75
5.4.1. Justificação do Projeto	75
5.4.2. Etapas seguidas	77
5.4.3. Definição Forças e Fraquezas.....	78
5.4.4. Análise do Ambiente Interno e Externo.....	79
5.4.5. Levantamento das diretrizes estratégicas da organização:	79
5.4.6. Estratégias	80
5.4.6.1. Guia de estágio.....	81
5.4.6.2. Disciplina de estágio.....	81
5.4.6.3. Estágio: Orientar e Acompanhamento	82
5.4.6.4. Treinamento e oficinas.....	83
5.4.6.5. Banca avaliadora do estágio.....	83
5.4.6.6. Melhorar a Comunicação do Setor	84
5.4.6.7. Novos convênios de estágio	84
5.5. Implementação de Plano de Ação.....	85

5.8. Conclusão	86
CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES FINAIS	88
1. Algumas considerações	88
2. Sugestões para Futuras Investigações.....	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	90
WEBGRAFIA.....	94
LEGISLAÇÃO CONSULTADA.....	96
ANEXOS.....	96
Anexo A: Termo de Aditivo de Estágio.....	97
Anexo B: Plano de Atividades	98
Anexo C: Termo de Convênio	99
Anexo D: Termo de Compromisso de Estágio.....	104
Anexo E: Ficha de Avaliação por Parte do Supervisor do Estágio.....	109
Anexo F: Ficha de Avaliação por Parte do Estagiário	112
Anexo G: Orientações de Como Elaborar o Relatório Final do Estágio	115
Anexo H: Ementas para as Disciplinas de Estágio 1e 2	118
APÊNDICE.....	121
Apêndice I: Questionário aos Estagiários	122

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Reestruturação do ensino médio e a Educação Profissional pela LDB/96 e o Decreto 2.208/97.....	10
Figura 2 - Cenário do crescimento da Rede Federal de Ensino.....	17
Figura 3 - Linha do Tempo referente ao início das atividades dos campus do IFMG.....	38
Figura 4 - Os momentos da Investigação-Ação, segundo Kemmis.	62
Figura 5 Vista da cidade de Ouro Preto, Patrimônio da Humanidade.....	64
Figura 6 - Centro histórico de Ouro Preto, a Praça Tiradentes com o Museu da Inconfidência ao fundo. 64	
Figura 7 - Vista aérea do IFMG, campus Ouro Preto.	65
Figura 8 - Prédio da administração do IFMG, campus Ouro Preto.....	65
Figura 9 - Prédio da Diretoria de Ensino e Pedagogia do IFMG, campus Ouro Preto.....	65
Figura 10 - Escopo, Missão e Visão criados pelos servidores da DREC com referência a própria DREC e ao IFMG.	79
Figura 11 - Princípios e Valores.....	80

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro Comparativo entre as legislações que regulamentam o Estágio no Brasil.....	29
Quadro 2 - Cursos oferecidos pelo IFMG <i>Campus</i> Ouro Preto.....	43
Quadro 3 - Carga horária de estágio cursos EAD	55
Quadro 4 - Cronograma das reuniões	77
Quadro 5 - Diagnóstico <i>SWOT</i> : (Forças, Fraquezas, oportunidades e Ameaças que foram definidos)	78
Quadro 6 ó Plano de Ação, descrevendo as atividades que serão realizadas ao longo do projeto	86

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Género.....	68
Gráfico 2 - Avaliação - O Estágio proporciona o aprendizado de competências propostas de atividade profissional?.....	69
Gráfico 3 - da DREC, em relação ao Estágio.	69
Gráfico 4 - Você considera a realização do estágio importante para conseguir um emprego?	70
Gráfico 5 - O estágio possibilitou aplicação prática dos conhecimentos adquiridos no curso?	71
Gráfico 6 - O estágio permitiu conhecer a organização da Empresa/Instituição, transmitindo experiências úteis para o seu futuro profissional?	71
Gráfico 7 - O estágio atendeu suas expectativas com relação aos objetivos da sua atuação profissional?	72
Gráfico 8 - Com a relação à correção do seu relatório, você teve acesso aos critérios que foram usados para avaliá-lo?	72

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa das Escolas Técnicas criadas entre 1995 e 2003.....	12
Mapa 2 - Localização da Reitoria e campi do IFMG.....	38

LISTA DE ABREVIATURAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional Mundial para Reconstrução e Desenvolvimento
CEAD	Centro de Educação Aberta e a Distância
CEFET	Centros Federais de Educação Tecnológica
CNC	Confederações Nacionais do Comércio
CNCT	Catálogo Nacional de Nível Técnico
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNI	Confederações Nacionais da Indústria
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CST	Cursos Superiores de Tecnologia
DAP	Diretoria de Administração e Planejamento
DETEC	Diretoria de Ensino Técnico
DGPG	Diretoria de Graduação e Pós-graduação
DIPE	Diretoria de Inovação, Pesquisa e Extensão
DREC	Diretoria de Relações Empresarias e Comunitárias
EAF	Escolas Agro-técnicas Federais
ECS	Estágio Curricular Supervisionado
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ETFOP	Escola Técnica Federal de Ouro Preto
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIC	Formação Inicial e Continuada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEL	Instituto de Educação Liberal
IF	Institutos Federais
IFET	Institutos Federais de Ciências e Tecnologia
IFMG	Instituto Federal de Minas Gerais
IHL	Instituto Hebert Levy
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério de Educação e Cultura
OIT	Organização Mundial do Trabalho
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio

PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PROAD	Pró-Reitoria de Administração
PROEJA	Programa Educação de Jovens e Adultos
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
PROEX	Pró-Reitoria de Pesquisa de Extensão
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROPLAN	Pró-Reitoria Planejamento e Orçamento
PRIPG	Pró-Reitoria Inovação e Pós-Graduação
SEB	Secretaria de Educação Básica
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SENAI	Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem de Transportes
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
TGQ	Tecnologia em Gestão da Qualidade
UNED	Unidades de Ensino Descentralizadas

1 INTRODUÇÃO

1.1. Justificativa e Contextualização

A presente investigação surgiu no campo do Mestrado em Docência e Gestão da Educação-Administração Escolar, na Universidade Fernando Pessoa. Não podemos, contudo, deixar de referir o interesse pessoal pelo tema, pois atualmente, trabalhamos como Técnica em Assuntos Educacionais e diretamente atuando na área de encaminhamento para o Estágio, nesta instituição, o que produziu um conhecimento muito próximo do assunto e também uma visão dos problemas que se apresentam como entraves para o bom funcionamento do setor. Constatamos por esse facto que alguns dos processos internos da nossa prática acadêmica, criam dificuldades para o perfeito desenvolvimento do estágio para os alunos.

Com esta investigação pretende-se contribuir para a otimização na oferta dos serviços prestados, no setor de estágio de uma instituição de Ensino Técnico Integrado, de forma a atender com mais eficiência, os alunos que vão realizar o estágio curricular supervisionado e as empresas que buscam esta renomada escola, a fim de ofertar estágios e no futuro, contratá-los como funcionários.

1.2. Pergunta de Partida e Objetivos

Partindo do conceito de que o estágio curricular, de acordo com o artigo segundo da Resolução n.1/2004, é uma atividade curricular de competência da Instituição de Ensino, que deve integrar a proposta da escola e os instrumentos de planejamento curricular do curso, devendo ser planejado, executado e avaliado em conformidade com os objetivos propostos (Brasil,2004) torna-se assim, responsabilidade da escola promover as melhorias necessárias, a fim de consolidar o estágio como instrumento capaz de garantir aos alunos o início de sua jornada profissional, com suas primeiras experiências na profissão escolhida, descobrindo-se profissionalmente e tornando-se preparado para as atuais demandas exigidas pelo mercado contemporâneo.

A nossa pergunta de partida é a seguinte: *Qual a importância do estágio curricular supervisionado na formação do aluno do IFMG Campus Ouro Preto?*

Para uma melhor compreensão desta investigação são, ainda, pertinentes as seguintes questões:

- Qual a probabilidade de o estágio ser uma importante ferramenta para inserção do aluno no mercado de trabalho?
- A instituição e setor de estágio atendem as demandas necessárias ao encaminhamento e acompanhamento dos alunos para realização do estágio?
- A integração entre escola, aluno e empresas é ideal para desenvolvimento de todo as partes?

Assim, este trabalho tem como objetivo geral, promover a melhoria dos processos relacionados aos encaminhamentos, dos alunos, para a realização do Estágio Curricular Supervisionado (ECS) dentro do departamento de estágio, a partir da elaboração de um projeto de intervenção organizacional, para o setor de estágio e consolidando o estágio como importante instrumento de formação, com o complemento de estudos e qualificação profissional do estudante.

Objetivos específicos:

- Analisar os procedimentos internos relativos ao ECS no contexto do IFMG ó Campus de Ouro Preto;
- Identificar os pontos fracos em relação aos procedimentos internos ao ECS, ao contexto do IFMG ó Campus de Ouro Preto;
- Definir e organizar novos procedimentos para melhorias dos pontos fracos levantados.

A nossa pergunta de partida é a seguinte: Qual a importância do estágio curricular supervisionado na formação do aluno *do IFMG Campus Ouro Preto?*

1.3. Metodologia da Investigação

A primeira etapa para embasar a pesquisa documental foi realizada através da pesquisa bibliográfica. O tema para esclarecer e fundamentar a nossa pesquisa é o estágio curricular supervisionado e seus vários aspectos. Para fundamentar o tema, iniciamos o assunto fazendo o levantamento da Educação Profissional nas últimas três

presidências da república no país. Em um segundo momento, foram exploradas as informações existentes sobre o estágio curricular na Educação Profissional. E em um terceiro momento, apresentamos o Instituto Federal Minas Gerais ó *Campus* Ouro Preto, sua história e o seu funcionamento atual. Estes dados foram importantes para que a pesquisa fosse subsidiada da forma mais fidedigna possível.

A Educação Profissional, o estágio curricular e suas diversas formas de abordagem foram pesquisados e tratados como embasamento para a intervenção. O acesso a obras e também a diversos sites foram utilizados para os temas da pesquisa, como suporte teórico.

Assim, a análise documental, permitir-nos-á conhecer melhor o tema e partir para o aprofundamento da intervenção na busca de soluções aos problemas diagnosticados, por forma a apresentar um projeto de melhoria.

No sentido de dar resposta à nossa pergunta de partida e aos outros questionamentos, optámos pela Investigação- Ação, por considerarmos que é o método que melhor se adapta à nossa investigação. Para a recolha dos dados utilizamos o inquérito por questionário, considerando o número de estagiários a inquir.

Com os resultados obtidos, pretendemos programar um Projeto-Intervenção (P.I). Este tipo de Projeto fundamenta-se nos pressupostos da pesquisa-ação. O PI deve ser compreendido e desenvolvido como uma ação conjunta entre o órgão de gestão de qualquer instituição e o coletivo dos trabalhos. Não pode, nem deve haver uma elaboração solitária de um projeto para que, posteriormente, outros o realizem. Um PI exige uma ãnegociaçãoö, uma vez que deve haver uma estreita relação entre teoria e prática com a realidade cotidiana. É um projeto õabertoö, pois pode ser modificado no decorrer da sua intervenção (Thiollent, 2005).

Para análise dos dados, utilizaremos o *software Microsoft Excel*, considerando que é uma ferramenta eficaz no tratamento dos dados.

1.4. Estrutura da Investigação

De acordo com os pressupostos formais de apresentação de um trabalho de

Pesquisa Científica, este estudo foi dividido em duas partes. A primeira parte apresenta o enquadramento teórico, constituída pelos três primeiros capítulos: o primeiro capítulo se refere ao histórico da Educação Profissional nas três últimas presidências no Brasil, seus avanços e retrocessos ao longo do período delimitado. No segundo capítulo, apresentamos informações referentes ao estágio curricular na educação profissional técnica, seu conceito e as principais diretrizes curriculares da atual educação profissional. O terceiro, e último capítulo da primeira parte, aborda o atual perfil institucional do Instituto Federal de Minas Gerais, e especificamente a construção histórica do campus de Ouro Preto. A segunda parte desta dissertação é constituída pelo quarto e quinto capítulo. No quarto capítulo - Opções Metodológicas - apresentamos os objetivos, a pergunta de partida e a metodologia utilizada. No quinto e último capítulo apresentamos os resultados, fazemos a sua discussão e, face aos resultados obtidos, será feito um projeto. Seguem-se as conclusões da nossa investigação, as referências bibliográficas e, por fim, os anexos e o apêndice.

Iª PARTE - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO I - BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL (1995 A 2014)

1.1. Introdução

Este capítulo tem como objetivo, apresentar como foi o início da Educação Profissional, no Brasil. Ao longo dele, vamos mostrar também como se desenvolveu tal seguimento, principalmente, nos últimos três governos: o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva e da Presidente Dilma Vana Rousseff. Ao longo dele, investigaremos também quais foram os principais projetos que foram implantados durante estes governos com relação à Educação Profissional, a fim de embasar o estudo e fornecer os subsídios necessários à pesquisa.

1.2. Algumas Considerações

Historicamente, no contexto do desenvolvimento da sociedade brasileira, a Educação Profissional apresenta uma trajetória de dificuldades e conquistas, avanços e retrocessos, marcados pelas disputas políticas, divisão estrutural da sociedade e pela dicotomia entre o trabalho manual e o trabalho intelectual.

A Educação Profissional brasileira teve início com o trabalho dos Jesuítas, passando pelo Brasil Império e pelo Brasil República. Nos cinco volumes de sua obra, Celso Suckow da Fonseca¹ delineia um panorama geral do ensino industrial no Brasil que possibilita construir concepções da educação profissional, desde a época de sua publicação em 1961, pautadas na premissa de que a educação é um direito de todos, evidenciando que é necessário estender a educação a todas as camadas da população.

Mas, foi na República, diante do quadro de imigração, urbanização e industrialização, que os primeiros passos foram dados para se promover outra organização da educação profissional, transformando-a em uma ação voltada ao atendimento de novas necessidades produtivas, entre elas a industrialização. Assim, o

¹ Celso Suckow da Fonseca foi engenheiro e educador. Autor de dois volumes do livro a História do ensino industrial no Brasil, publicado em 1961, e a 2ª. Edição em 1986, com cinco volumes.

modelo educacional criado pelo então presidente da República, Nilo Peçanha², foi o das Escolas de Aprendizes e Artífices. Esse ensino industrial tinha o objetivo de preparar e criar hábitos laborais, formando uma força de trabalho que pudesse se integrar à nova realidade vigente. Nesse contexto, a educação era tida como meio de disciplinar, moralizar e regenerar, por meio do trabalho, as classes pobres, proporcionando o aprendizado de um ofício aos alunos e de outros valores menores não valorizados pela sociedade.

Descrever e discutir as vicissitudes da Educação Profissional ao longo da história brasileira, até aos dias atuais, ultrapassa os limites deste projeto. Porém, para situar o leitor na modalidade e no tipo de instituição de ensino que essa proposta se aplica, assim como, facilitar a compreensão do *locus* do projeto proposto, torna-se imprescindível conhecer alguns de seus aspectos históricos, políticos e ideológicos. Para tal, optou-se em apresentar, nesse trabalho, um breve Histórico da Educação Profissional no Brasil a partir dos anos de 1995 ao ano de 2014, período no qual inúmeras mudanças marcaram essa modalidade educacional.

1.3. A Educação Profissional no Brasil no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, 1995 a 2002.

O primeiro mandato do Presidente da República do Brasil, Fernando Henrique Cardoso (FHC), teve início em 1995 com a proposta *“Mãos à obra, Brasil!”*, vindo a ser reeleito quatro anos depois com o programa *“Avança Brasil”*.

Ambas as gestões foram marcadas pelos interesses políticos do neoliberalismo³ constituídos por organizações internacionais e visavam um conjunto de reformas que buscavam tornar o Brasil um País político e economicamente seguro, a fim de possibilitar investimentos e entrada de capital financeiro interno e externo. Para se adequar às orientações neoliberais para as economias em *“desenvolvimento”*, o Estado diminuiu sua participação direta na economia, deixou de desempenhar o papel de regente de desenvolvimento econômico e passou a atuar apenas como aparelho de

² O governo de Nilo Peçanha ocorreu entre em junho de 1909 e novembro de 1910. Nilo Peçanha era vice-presidente de Afonso Pena, que faleceu em 14 de junho de 1909, situação que o levou a assumir a presidência.

³ O neoliberalismo é uma orientação econômica que tem como paradigma a mínima intervenção estatal, uma maior liberdade de mercado e uma crescente tendência à redução da ação do Estado nos programas e projetos econômicos e sociais (Cerqueira, *et al.*, 2011)

regulação e de garantias ao bom funcionamento do mercado. (Boito Jr, 2007).

Especificamente na Educação Profissional as propostas do governo FHC também seguiram a mesma lógica neoliberal. De acordo com Ciavatta et al. (2003), o então sistema educacional deveria se adequar às demandas da nova ordem do capital e às demandas por efetiva democratização do acesso ao conhecimento, em todos os seus níveis.

Para implantação de tais reformas, sobretudo, na Educação Profissional, o governo se utilizou de orientações de agências internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Internacional Mundial para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), entidades empresariais nacionais como Instituto Hebert Levy (IHL) e o Instituto de Educação Liberal (IEL). As recomendações sugeridas por essas agências podem ser identificadas no documento *Educação Fundamental e Competitividade Empresarial: uma proposta para ação do governo*, elaborado pelo IHL e coordenados por técnicos do BID e da Organização Mundial do Trabalho (OIT). Esse documento enumera algumas dificuldades para o desenvolvimento da economia brasileira como, sobretudo, a falta de mão de obra qualificada para atender as demandas do mercado de trabalho. Assim, a Educação Profissional, deveria resolver o problema de carência da mão de obra qualificada com políticas de capacitação que se tornariam programas de formação em massa.

Outro documento elaborado pelo BID em 1995, intitulado *Prioridades y Estrategias para La Educación*, mostra claramente como a presença das agências internacionais influenciaram as políticas educacionais durante o governo FHC.

Reitera os objetivos de eliminar o analfabetismo, aumentar a eficácia do ensino, melhorar o atendimento escolar e recomenda a reforma do financiamento e da administração da educação, começando pela redefinição da função do governo e pela busca de novas fontes de recursos, o estreitamento de laços da Educação Profissional com o setor produtivo e entre os setores público e privado na oferta de educação, a atenção aos resultados, a avaliação da aprendizagem, a descentralização da administração das políticas sociais. (Frigotto e Ciavatta, 2003, p.99).

Outra justificativa para implantação de tais reformas no ensino técnico, seria que estas instituições não atendiam aos alunos de classes carentes que a procuravam, mas eram na verdade uma opção de ensino médio de qualidade e gratuito para jovens de classes mais elevadas. Em nome, portanto, da otimização econômica dos recursos

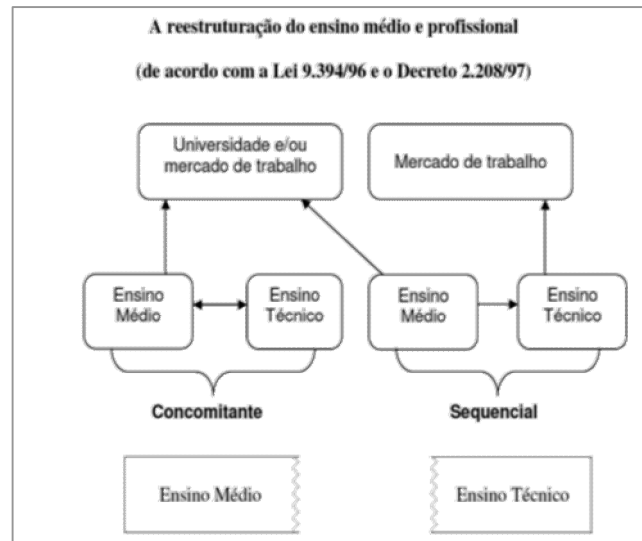
financeiros públicos, os cursos técnicos deveriam ser oferecidos apenas aos estudantes efetivamente interessados em trabalhar na sua especialidade (Cunha, 2011).

A Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDB) nº 9.394 de 1996 foi promulgada com o objetivo de resgatar os pressupostos vinculados à Teoria do Capital Humano e a intervenção de organizações financeiras nacionais e internacionais nas políticas do Estado. Essa lei está em consonância com a proposta de Estado mínimo implícita nas políticas do governo FHC. No entanto, esse documento não expressava, de forma clara, como a Educação Profissional deveria ser desenvolvida, deixando implícita, a necessidade de criação de uma legislação específica. Embora se explicitasse que a educação escolar deveria vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social, o Ensino Profissionalizante é considerado como uma modalidade complementar ao Ensino Médio. (Soares, 2013).

Segundo Oliveira (2012), nessa perspectiva, a Portaria publicada pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), nº 646, de 14/05/1997 regulamentou a implantação do Decreto nº 2208/97, que promoveu a separação entre o ensino médio (antigo ensino de 2º grau) e o ensino técnico que passou, então a ser apenas complementar ao ensino médio: “a Educação Profissional em nível técnico passou a ter caráter de terminalidade, oferecida de forma concomitante ou sequencial ao ensino médio”.

Com isso, a Educação Profissional passa a se organizar nos seguintes níveis de aprendizagem: nível Básico, tendo como objetivo a qualificação de trabalhadores, independente do nível de escolaridade; nível Técnico, objetivando habilitar os discentes egressos do Ensino Médio e, nível Tecnológico, correspondendo ao Ensino Superior que atenderia aos egressos do Ensino Médio e do Técnico, conforme ilustrado na figura 1:

Figura 1 - Reestruturação do ensino médio e a Educação Profissional pela LDB/96 e o Decreto 2.208/97.



Fonte: Dias,S. A Qualidade requerida da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. (2001, pág. 56).

A partir de então, e de acordo com as demandas do mercado de trabalho, esses cursos, passaram a ser organizados em módulos e conferiam aos estudantes a certificação específica de qualificação profissional, de acordo com os módulos estudados, porém aos que cursassem apenas os módulos referentes à qualificação profissional não cabiam certificação que permitissem acessos aos cursos de nível superior. Cunha (2001) esclarece que, os cursos chamados integrados, que ofereciam em um mesmo currículo a Educação Geral de nível médio e Educação Técnico-Profissional, foram literalmente proibidos sendo tolerados, apenas, no caso das escolas agrotécnicas. Também a fim de contribuir com a implementação da reforma da Educação Profissional, o governo foi buscar apoio financeiro e técnico no Banco Mundial e parceria com o Ministério do Trabalho e em 10 de dezembro de 1997, lançou o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP).

O PROEP destinava-se à modernização e expansão do sistema, mediante o aporte de recursos para escolas de segmento federal, para as dos segmentos estaduais e promoveu a criação de um novo segmento: o das escolas comunitárias, até o ano de 2008.

O PROEP é um projeto que pode dar uma contribuição séria e eficaz à causa da equidade, por oferecer oportunidades de cursos curtos, preparando para o mercado de trabalho uma população de origem mais modesta. O programa acerta na eficiência e acerta também na equidade, o que deve ser uma das mais fortes preocupações no financiamento do ensino pós-médio (Brasil, 2008, pág. 20).

Durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, a reforma na Educação Profissional privilegiou ações técnicas com o objetivo de atrair as instituições estaduais, municipais e privadas a se responsabilizarem pela Educação Profissional. Segundo Dias (2013), a política desenvolvida na referida gestão ficou caracterizada como fragmentada, pautada nos princípios gerencialistas, nos quais os investimentos em educação eram vistos como gastos. Em função disso, muitas escolas do segmento comunitário não vingaram, ou seja, foram construídas suas características físicas, mas não foram encontradas formas eficientes de gestão, já que este segmento compõe-se de Fundações e parceiros instituidores privados, ficando sua sustentabilidade dependente da comunidade local.

Com a criação da Lei Federal nº 9.649/98, o governo federal se eximiu da responsabilidade de expandir a oferta da Educação Profissional, pois, em seu Parágrafo 5º fica explícito que,

§ 5º - A expansão da oferta de Educação Profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. (Brasil, 2007,p.2)

Em consequência, houve um significativo aumento de escolas técnicas particulares e as escolas do segmento comunitário que nunca funcionaram e nunca ofertaram a quantidade de vagas previstas pelo PROEP. Após os oito anos de Governo FHC, apenas onze escolas foram construídas em todo o País, conforme evidenciado no mapa 1.

Mapa 1 - Mapa das Escolas Técnicas criadas entre 1995 e 2003.



Fonte: <http://blog.planalto.gov.br/escolas-tecnicas-no-brasil-1909-2009/> consultado em 07 dez. 2015.

As políticas implementadas para a Educação Profissional durante o governo FHC estavam de acordo com um projeto de desenvolvimento industrial nacional, no qual o trabalhador deveria se qualificar para atender as exigências requeridas pelo setor produtivo com uma visão meramente tecnológica.

1.4. A Educação Profissional no Brasil no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2010)

Com a eleição do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, ocorrida em 2002, houve grandes expectativas por parte da sociedade brasileira em relação a mudanças estruturais. Oliveira (2012) define que o governo Lula foi uma transição do neoliberalismo para o modelo sócio-desenvolventista, no qual o Estado reafirmou sua soberania nacional, reorientou sua política internacional, formou uma grande reserva cambial, redirecionou o comércio externo e estabeleceu uma nova dinâmica de cooperação internacional. A partir de então, o Estado buscou a realização de programas, tais como, a inclusão de mais de um terço da população brasileira em programas de

garantia de renda, minimizando os problemas sociais.

O novo governo também realizou a reconstrução de um projeto de desenvolvimento econômico com a valorização do salário mínimo, buscando assim, a redução das desigualdades sociais, a diminuição da pobreza e a valorização do mercado de consumo interno. No que diz respeito à Educação, o governo Lula, estabeleceu como prioridade a expansão do sistema educacional e a elevação de seus níveis de qualidade.

A partir de 2003, a Secretaria de Ensino Técnico (SENTEC) iniciou um processo de discussão junto a diversos setores da sociedade civil, educadores e movimentos sociais com ações voltadas para a democratização da oferta da Educação Técnica no País e com um plano estruturante de expansão e reestruturação das políticas para o ensino médio da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. (Fernandes, 2008).

Alguns eventos se destacaram, tais como o oSeminário Nacional do Ensino Médio: construção políticao, realizado em Brasília em fevereiro de 2001, cujo objetivo foi discutir a realidade da etapa final da educação básica e propor novas perspectivas para esse nível de ensino. Como resultado das discussões desse seminário foi publicado o livro oEnsino Médio: ciência, cultura e trabalhoo. Dez dias após a realização do primeiro seminário foi também realizado o oSeminário Nacional de Educação Profissional: concepções, problemas e propostaso, e como resultado, foi publicado, no mesmo ano, o documento oProposta em discussão: políticas públicas para a Educação Profissional e Tecnológicao tendo como objetivo: oregatar as concepções e princípios gerais que deveriam nortear a Educação Profissional e tecnológica, baseados no compromisso com a redução das desigualdades sociais, o desenvolvimento socioeconômico, a vinculação à educação básica e uma escola pública de qualidade.o (Brasil, 2004, p.04).

Em 2003 foi realizado o oFórum Nacional de Educação Profissional e Tecnológicao, tendo como principal debate, a possibilidade de articulação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional por meio da revogação do Decreto nº 2.208/97 e ainda a implantação de uma educação politécnica que fosse mais sintonizada com a realidade dos jovens da classe trabalhadora. Para Moura (2007), essa perspectiva, ao

adotar a ciência, a tecnologia, a cultura e o trabalho como eixos estruturantes, contempla a base em que se pode desenvolver uma educação tecnológica ou politécnica e, ao mesmo tempo, uma formação profissional *stricto sensu* exigida pela dura realidade brasileira. Diante de tais argumentos, no ano de 2004 o Decreto nº 2208/97 foi revogado e substituído pelo Decreto nº 5.154/04.

De acordo com Cêa (2007), apesar das alterações pontuais promovidas, o novo decreto não modificou substancialmente o desenho operacional da Educação Profissional impresso pelo Decreto nº 2.208/97, muito embora agregasse às modalidades de articulação anteriormente previstas (concomitante e sequencial), outra possibilidade de articulação entre o ensino médio e a Educação Profissional, que passou a ser chamado de ensino médio integrado.

No novo Decreto a Educação Profissional, continuaria sendo ofertada de três formas distintas: (i) por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada destinada a trabalhadores, sem exigência de formação prévia; (ii) Educação Profissional de Nível Médio e (iii) e Educação Profissional Tecnológica de Graduação e Pós-graduação. A mudança substancial evidenciada foi em relação ao Ensino Médio e o Ensino Técnico Profissional. Foram definidas diferentes possibilidades de seu desenvolvimento, sendo (i) de forma integrada ao ensino médio aos estudantes concluintes do Ensino Fundamental; (ii) de forma concomitante para os alunos que tivessem concluído o Ensino Fundamental e estivessem cursando o Ensino Médio; (iii) de forma subsequente, para os que já tivessem concluído o Ensino Médio.

Os artigos 2 e 3 desse Decreto deram continuidade às diretrizes apresentadas no antigo Decreto nº 2.208/97, ao apresentar que a Educação Profissional seria organizada por áreas profissionais, destinadas ao desenvolvimento de aptidões, qualificação para o mercado de trabalho e elevação do nível de escolaridade. Quanto aos cursos de formação inicial e continuada deveriam ser desenvolvidos de forma continuada e subsequente aos cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Art. 2º A Educação Profissional observará as seguintes premissas:

I - organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio ocupacional e tecnológica; [...]

Art. 3º Os cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, referidos no inciso I do art. 1º, incluídos a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a

atualização, em todos os níveis de escolaridade, poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social.

§ 1º Para fins do disposto no *caput* considera-se itinerário formativo o conjunto de etapas que compõem a organização da Educação Profissional em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos.

§ 2º Os cursos mencionados no *caput* articular-se-ão, preferencialmente, com os cursos de educação de jovens e adultos, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, o qual, após a conclusão com aproveitamento dos referidos cursos, fará jus a certificados de formação inicial ou continuada para o trabalho. (Brasil, 2004, pág.04)

Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), a promulgação do Decreto nº 5.154/04 não possibilitou mudanças estruturais na educação brasileira, entretanto, ocorreu em todo o País à implantação de uma série de programas desenvolvidos pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ), destinado a qualificar a mão de obra e elevar a escolaridade, principalmente da classe trabalhadora.

Dentre os principais programas implantados pelo PNC, destacam-se: o Programa Escola de Fábrica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens ó PROJOVEM, o Programa Brasil Profissionalizado, e finalmente o Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional.

1.4.1. Programa Escola de Fábrica

Este programa já estava previsto do Decreto 2.208/97 e visava incluir jovens de baixa renda em unidades formadoras de Educação Profissional em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho. Neste último, instrutores e monitores ministrariam aulas de disciplinas técnicas. Embora não estivesse definido quem pagaria os instrutores e monitores, esse programa representou o uso privado de recursos públicos, buscando, inclusive, atender às especificidades de determinadas empresas, transformando a Educação Profissional em mero treinamento para desenvolvimento de uma atividade profissional específica. (Santos, 2005).

1.4.2. Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

O Programa Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) foi instituído no ano de 2004, a partir do Decreto 5.840/06 e deveria ser implantado obrigatoriamente pela Rede

Federal de Educação Técnica e Tecnológica⁴ que deveriam disponibilizar 10% de suas vagas para jovens acima de 18 anos para cursos de Ensino Médio integrado à Educação Profissional. Com a implantação do PROEJA, o governo Lula esperava promover a universalização do Ensino Médio integrado à Educação Profissional, ampliando os espaços públicos da Educação Profissional para os adultos. Quanto à organização, os cursos oferecidos pelo PROEJA poderiam ser oferecidos em três modalidades: (i) formação inicial com carga horária máxima de 1.600 horas; (ii) formação continuada com carga horária máxima de 2.400 horas e (iii) habilitação técnica com carga horária definida a partir da habilitação técnica escolhida pelo aluno. Ao término do curso, a instituição responsável deveria conferir ao discente a certificação de habilitação profissional e autorização para ter acesso aos cursos de Nível Superior. Para Otranto, (2001, pág.04), apesar das dificuldades para a real implantação, o PROEJA cumpriu sua missão referente ao papel político ao qual estava destinado, colocar em prática uma das bandeiras de luta da campanha do governo Lula: educação para todos.

1.4.3. Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM

O PROJOVEM foi um programa instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de Junho de 2005 e tinha como objetivo, atender a uma camada específica de jovens da sociedade brasileira que não possuíam o Ensino Fundamental completo. O referido programa contemplava cinco eixos: (i) Projovem Urbano, destinado aos jovens das cidades; (ii) Projovem Rural, que buscava atender jovens de 18 a 20 anos moradores da Zona Rural; (iii) Projovem Trabalhador, que tinha como finalidade, preparar jovens de 18 a 29 anos para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda; (iv) Projovem Campo - Saberes da Terra, que oferecia qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores e (v) Projovem Adolescente que era destinado a jovens de 15 a 17 anos, pertencentes a famílias do Programa Bolsa Família ou em situação de risco social.

⁴ A Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológico era, na época, formada por Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), suas Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs) e Escolas Agro técnicas Federais (EAF).

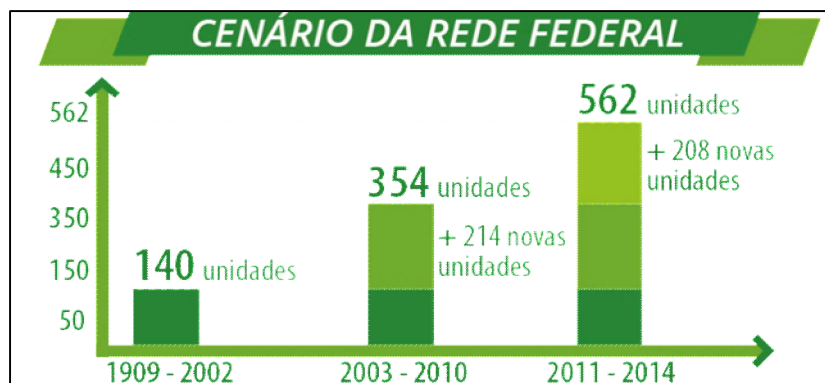
1.4.4. Programa Brasil Profissionalizado

O Programa Brasil Profissionalizado foi institucionalizado pelo Decreto nº 6.302/07, integrava o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e visava repassar recursos para os Estados, com o objetivo de incentivá-los no oferecimento de Educação Profissional gratuita de nível médio na rede de educação pública estadual, por meio de assistência técnica e financeira para obras, gestão, formação de professores, práticas pedagógicas e infraestrutura.

1.4.5. O Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional

A primeira fase do programa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica a partir da promulgação da Lei 11.195/05, levou à construção inicialmente de 64 novas unidades de ensino e a criação de mais de 100 mil vagas. Teve como objetivo contemplar os Estados que não possuíam essas instituições, sobretudo municípios e a periferia dos grandes centros urbanos. A figura seguinte mostra o crescimento da Rede Federal de Educação Profissional nesse período:

Figura 2 - Cenário do crescimento da Rede Federal de Ensino.



Fonte: <http://rededefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>, [consultado em 25 jan. 2016].

A segunda fase do plano teve início a partir do Decreto nº 6.096/07, no qual estabeleceu a criação dos Institutos Federais de Ciências e Tecnologia (IFET), implantando um novo modelo de instituição de Educação Profissional e Tecnológica. Nesse decreto, ficou definido o projeto de organização de uma rede federal com nova estrutura organizacional e construída a partir de agregação voluntária das instituições já existentes, dando início aos Institutos Federais (IF). As instituições de Educação

Profissionais existentes (Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs, suas Unidades de Ensino Descentralizadas - UNEDs e Escolas Agro técnicas Federais - EAF) atenderam ao convite, por meio de Chamada Pública MEC/SETEC 002/07, a aderir ao novo formato institucional em um prazo de 90 dias.

Em julho de 2008, deu entrada no Congresso Nacional Brasileiro a mensagem 513, assinada pelo então Presidente da República, encaminhando o Projeto de Lei nº 3.775, que daria uma nova conformação à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica com a criação dos Institutos Federais. O projeto foi aprovado em dezembro de 2008, dando origem à Lei nº 11.892. Foram então criados 38 Institutos Federais de Ciências e Tecnologia (IFET), a partir da adesão de 75 instituições, sendo constituídos inicialmente por todas as Escolas Agro técnicas, 31 CEFETs e 8 escolas vinculadas.

De acordo com a legislação que instituiu a criação dos Institutos Federais, tais instituições deveriam constituir-se como centro de excelência na oferta do ensino de ciências geral e aplicadas, e qualificar-se como referência. Nos termos do artigo 2º dessa Lei:

Art. 2º—Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de Educação Profissional e Tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. (Brasil, 2008, pág. 02).

No mesmo ano, foi estabelecida a Reforma do Sistema S⁵, determinando que o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), o Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Serviço Nacional de Aprendizagem de Transportes (SENAT) aplicassem 2/3 de sua receita na oferta de cursos técnicos gratuitos, para jovens de baixa renda. O Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Social do Comércio (SESC) deveriam aplicar 1/3 de sua receita para a mesma finalidade.

⁵ Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Nacional de Aprendizagem de Transportes (SENAT). Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>, Consultado em 26 jan. 2016.

1.5. A Educação Profissional no Brasil no governo da Presidente Dilma Rousseff - 2011 a 2014.

Nesse tópico fez-se a opção de apresentar as ações desenvolvidas na Educação Profissional durante o governo da Presidente Dilma Vana Rousseff, no período de 2011 mandato teve início no ano de 2015 e ainda não apresenta ações concluídas, resumindo-se à continuidade das ações instituídas nos anos anteriores.

No ano de 2011 teve início o primeiro mandato do governo Dilma Rousseff, dando continuidade as ações desenvolvidas pelo governo Lula, como o investimento em políticas assistencialistas e em programas que visavam à manutenção dos resultados obtidos desde 2003. Conforme Singer (2011), numa tendência ao equilíbrio e à continuidade, sem rupturas, com apenas transformações dentro da ordem.

Em relação à Educação Profissional, a novidade foi o lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego ó PRONATEC, estabelecido pela Lei nº 12.513/2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica por intermédio de programas, projetos e ações de assistência técnica financeira. A referida Lei, em seu artigo 1º, determina que essa ampliação aconteceria por intermédio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. O parágrafo único do referido artigo elenca os objetivos do PRONATEC:

- I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da Educação Profissional e tecnológica;
- III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a Educação Profissional;
- IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de Educação Profissional e tecnológica. (Brasil, 2011,p.01)

O PRONATEC, enquanto programa de governo, envolve um conjunto de iniciativas que pretende expandir a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica oferecendo cursos de formação inicial e continuada, técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas e programas de pós-graduação; consolidar o Programa Brasil Profissionalizado, com o fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica integrada ao Ensino Médio nas redes estaduais, em parceria com o Governo Federal;

ofertar cursos a distância através da Rede e-TecBrasil⁶; destinar cursos gratuitos nos Serviços Nacionais de Aprendizagem do Sistema S à pessoas de baixa renda; financiar cursos em escolas privadas e do Sistema S; destinar Bolsas-Formação, com destino de material didático, auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos estudantes. Para Waldow (2014), o PRONATEC tem em sua base legal a intenção de atendimento às minorias marginalizadas e, também, as pessoas em situação de risco social por conta do desemprego.

Cabe aqui ressaltar a posição crítica de alguns autores em relação ao PRONATEC. Para Silva (2012), o programa faz a transferência de recursos públicos para instituições privadas, além da oferta de cursos pontuais, pragmáticos, de curta duração e também descomprometidos com uma formação de qualidade mais consistente e ampla.

O primeiro aspecto que sobressai da leitura da lei é o financiamento das instituições particulares de ensino, com verbas públicas. Verbas oriundas da acachapante massa de impostos pagos pelos cidadãos brasileiros. [...] [...] um segundo aspecto a ser evidenciado na lei do Pronatec diz respeito ao perfil dos cursos que poderão ser estimulados. Não é escassa a polêmica em torno do assunto e é grande e justificável o receio de que a lei virá a gerar um ambiente favorável à oferta de cursos rápidos, frágeis do ponto de vista formativo, e desarticulados da formação geral, humanística e científica, do ensino médio. Cursos incapazes de atender mesmo às próprias e tão preconizadas demandas do mercado. (Silva, 2012,p.7).

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), também se posicionou de forma negativa ao PRONATEC, considerando que o programa trata-se de uma ameaça ao pressuposto da educação técnica profissional de nível médio, inclusive em relação ao que foi estabelecido pelo Decreto Nº 5154 de 2004 e pela Lei Nº 11471, de 2008" (CNTE, 2011, p.179), além de considerar que este, destina grande aporte de recursos públicos ao setor privado, tornando-o quase que exclusivamente responsável pela educação profissional no País. O CNTE também faz crítica a contradição existente entre o PRONATEC e o acordo firmado com Serviço Nacional de Aprendizagem (Sistema S), que previa a concessão de vagas gratuitas até o ano de 2014, permitindo assim, que essas entidades recebam verbas públicas, que geram

⁶ Lançado pelo MEC em 2007, o sistema Rede e-Tec Brasil visa à oferta de Educação Profissional e tecnológica a distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e municípios. <http://portal.mec.gov.br/rede-e-tec-brasil>.

lucros, com os cursos ofertados pelo PRONATEC.

Com relação à concessão de recursos ao Sistema S, Machado e Garcia (2013) assinalam que é necessário um acompanhamento social eficiente da execução dos recursos propostos, bem como do cumprimento das exigências previstas em relação à oferta gratuita de cursos pelo Sistema S. (Machado *et al.*, 2013, p.16).

Silva chama a atenção também para papel praticamente protagônico concedido pela lei ao sistema S de ensino (Senai, Senac, etc.). Administrado por confederações representativas de diferentes setores do empresariado e confederações nacionais da indústria e do comércio (CNI e CNC), por exemplo, o sistema S, todavia, por décadas, e ainda hoje, vive (u) à sombra de recursos públicos e parafiscais. (Silva, 2012).

Finalmente, outra crítica recebida pelo PRONATEC é em relação ao reducionismo curricular e a precarização da formação profissional, que vai à contramão do art.36-C da LDB, pois de acordo com a CNTE, tal como se apresenta o projeto do Pronatec, os eixos dos cursos passam, prioritariamente, pela qualificação profissional de curta duração e pela formação técnica-profissional concomitante ao ensino médio, desprezando, portanto, as premissas curriculares e o papel social da formação dos (as) trabalhadores (as), construídos nos últimos sete anos. (CNTE, 2011, pág. 182).

1.6. Conclusão

Inicialmente, neste primeiro capítulo, fizemos uma abordagem histórica da Educação Profissional no Brasil procurando mostrar como este segmento de ensino foi se desenvolvendo, desde o período anterior a independência até os dias atuais. Em seguida retratamos a Educação Profissional, com base nos últimos três governos no Brasil, salientando as principais características e as mudanças implantadas neste segmento de ensino.

A Instituição pesquisada, o Instituto Federal Minas Gerais (IFMG), é constituído por 16 campi, entre eles, o Campus Ouro Preto, local deste estudo. É uma instituição tradicional dentro da histórica cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, no Brasil. Este campus existe há mais de 70 anos e possui cerca de três mil alunos matriculados

em cursos de Ensino Médio Técnico e Tecnológico. Atualmente, são 170 docentes, 182 técnicos administrativos e 139 servidores terceirizados.

O setor de Estágio faz parte de uma Diretoria Escolar, inserida na instituição acima citada, no entanto, acreditamos que este trabalho possa servir de referencial para, tantos outros departamentos que poderão adotar as orientações do plano de trabalho desenvolvido para esse setor, porém observando-se em particular, as especificidades de cada departamento e para os quais são precisas as soluções num enquadramento específico e de acordo com as suas características.

CAPÍTULO II - O ESTÁGIO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA

2.1. Introdução

Neste segundo capítulo, as informações trazidas dizem respeito ao Estágio Curricular procurando evidenciar os conceitos, as discussões teóricas e as exigências legais ao tema na Educação Profissional no Brasil. Logo depois, apresentamos as Diretrizes Curriculares, que norteiam a organização curricular para o Ensino Médio e a Educação Profissional. Estas abordagens serviram para subsidiar a pesquisa no decorrer do trabalho.

2.2. Conceitos, discussões teóricas e exigências legais

O termo estágio é advindo do latim medieval *stagium*, que significa *residência*, *morada*. Em inglês e espanhol, o termo é *practicum*. Segundo Zabalza, (2015), trata-se de um neologismo⁷ latino que foi adquirindo substância semântica mais por seu uso que por sua etimologia.

Maurer (2003) definem o estágio como a aprendizagem obtida a partir de atividades fundamentadas no trabalho que derivam de um contexto de trabalho ou de uma colocação profissional.

No Brasil, o conceito de estágio supervisionado consolidou-se, historicamente, a partir das Leis Orgânicas do Ensino Profissional⁸, definidas no período de 1942 a 1946. De acordo com as recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), os estágios supervisionados se constituíam entre a teoria e a prática no processo de formação profissional, que na época era considerado como uma preparação para assumir postos de trabalho.

Na década de quarenta, do século passado, os estágios representavam oportunidades aos alunos da educação profissional industrial, comercial ou agrícola de

⁷ Neologismo. Palavra nova, ou aceção nova de uma palavra já existente na língua, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/DLPO/neologismo>> [consultado em 09-03-2016].

⁸ Também conhecida como a Reforma Capanema que estruturou o ensino industrial, reformou o ensino comercial e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial o SENAI, como também trouxe mudanças no ensino secundário.

conhecerem, no próprio local de trabalho, o que teoricamente lhes era ensinado nas escolas técnicas, já que o ambiente escolar não oferecia as condições necessárias para que o aluno tivesse acesso a ambientes que favorecessem a prática supervisionada, como mostra o parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Esta era a oportunidade que os alunos tinham de manter um contato direto com o mundo do trabalho, uma vez que no próprio ambiente escolar, nos laboratórios e nas salas-ambientes especializadas, essa prática profissional era muito incipiente, mesmo na qualidade de prática simulada e supervisionada/orientada. (Brasil,2011, p.07).

Os estágios ganharam força e cresceram em importância à partir da Lei Federal 5.692/71, através do parecer nº 45/72 do então Conselho Federal de Educação que definiu uma legislação específica para o estágio profissional supervisionado. O estágio passou a ser obrigatório para a maioria das habilitações profissionais técnicas, contando com normatização e legislação específica, cabendo a ele, a suposta integração entre teoria geral e específica, e trabalho.

Um simples treinamento profissional passou a ser concebido como estágio, e sua realização, a condição fundamental para a obtenção do diploma que habilitaria o formando ao exercício profissional. (Nathanael, 2006). O autor ainda ressalta a importância que os megaprojetos Rondon e Mauá tiveram para ajudar na construção da legislação em relação aos estágios. Em tais projetos, os estagiários universitários se deslocaram para diversas regiões brasileiras para prestar serviço junto às comunidades carentes. Essas experiências resultaram em referências que contribuíram na redefinição dos aspectos conceituais, procedimentais e logísticos do estágio. Destacaram-se também, como referências para a nova legislação, o surgimento dos agentes de integração, as bolsas de estudo e a não caracterização do estagiário como trabalhador celetista ou aprendizes do Sistema S.

As determinações para uma legislação específica, referente ao estágio, teve início com o Decreto nº 75.778 de 1975, que determinava a organização dos estágios no âmbito do Serviço Público Federal. Porém, o marco da institucionalização do estágio nos cursos de Ensino Superior e profissionalizante veio com a Lei nº 6.494 de 1977, e tinha como principais objetivos, a proteção do estagiário e a delimitação do estágio como uma experiência complementar ao processo ensino-aprendizagem, as

normatizações referentes ao contrato de estágio, a sua não caracterização como geradora de vínculo empregatício, o disciplinamento da jornada de estágio, e a previsão da bolsa auxílio.

Posteriormente, foi regulamentado o Decreto nº 87.497 de 1982, que organiza as diretrizes sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau regular e supletivo. Tal decreto indicava a obrigatoriedade da regularização e organização do estágio, por parte da instituição, devendo também constar em sua programação didático-pedagógica um semestre como duração mínima do estágio; existência do contrato de estágio como instrumento jurídico e o reconhecimento da existência dos agentes de integração como mediadores do estágio. As instituições de ensino deveriam não apenas coordenar as ações, a fim de assegurar o estágio para seus alunos, como também zelar para que este se realizasse dentro da legalidade de forma a evitar abusos quanto à exploração ou desvio de sua função educativa.

Com a regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, (LDB) nº 9.394 de 1996, o ensino secundário passou por uma redefinição, onde se desvinculou a educação profissional da educação básica, passando a educação profissional não mais ser considerada parte diversificada do ensino médio, seja na modalidade regular de ensino, seja na modalidade de educação profissional. A partir de então, o estágio passou a representar muito mais que simples oportunidade de prática profissional, não devendo mais ser considerado como uma oportunidade de ótreinamento em serviço, uma vez que passou a representar, essencialmente, uma oportunidade de integração com o mundo do trabalho, com trocas de experiências, participação em trabalho de equipe, convívio sócio profissional, desenvolvimento de habilidades e atitudes, constituição de novos conhecimentos, desenvolvimento de valores referentes à cultura do trabalho, responsabilidade e capacidade de tomar decisões profissionais, com crescentes graus de autonomia intelectual. Bertelli (2002), afirma que o Estágio deve ser entendido, como uma estratégia de profissionalização e um mecanismo de integração do estudante ao mundo do trabalho em termos de aprendizado prático, aperfeiçoamento técnico-atitudinal, científico e de relacionamento humano, permitindo a co-participação da organização no processo de formação profissional e na colaboração com os objetivos educacionais.

No dia 25 de setembro de 2008, foi promulgada a Lei n. 11.788, conhecida como a Nova Lei do Estágio que revogou tanto a Lei n. 6.494/77, quanto o Decreto n. 87.497/82 e trazia alterações que eram muito esperadas pelos estudantes, professores, empresas e escolas.

A nova Lei altera o artigo n. 82 da LDB, deixando claro que deve ser observada pelas instituições de ensino, ao normatizarem o estágio, como mostra o artigo: Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão às normas de realização de Estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria (Brasil, 2008, p. 05).

A referida Lei está dividida em seis capítulos, e por se tratar da lei vigente faremos uma breve abordagem, em seguida, de cada capítulo: Capítulo I: Da Definição, Classificação e Relações de Estágio; Capítulo II: Da Instituição de Ensino; Capítulo III: Da Parte Concedente; Capítulo IV: Do Estagiário; Capítulo V: Da Fiscalização; e Capítulo VI: Das Disposições Gerais.

A nova lei de estágio trata das concepções educativas e de formação profissional, e mostra de forma clara a ampla cobertura, aos estagiários, dos direitos capazes de assegurar o exercício da cidadania e da democracia no ambiente de trabalho, acentuando, o artigo 1º deixa clara a definição do significado de estágio:

Art. 1º - Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (Brasil, 2008, p. 01).

O artigo citado possui dois parágrafos complementares, onde o primeiro ressalta que o estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de compor o roteiro formativo do aluno. O segundo mostra que o estágio propõe o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do aluno para a vida cidadã e para o trabalho.

O artigo 2º estabelece que o estágio deverá ser condicionado às diretrizes curriculares e ao projeto pedagógico do curso, ou seja; Estágio Obrigatório: deve ser definido no projeto do curso e carga horária que é requisito para aprovação e

obtenção do diploma. Estágio Não Obrigatório: é uma atividade opcional permitindo o aprimoramento dos conhecimentos, devendo ser acrescido à carga horária regular e obrigatória. Por sua vez, o artigo 3º não deixa dúvida de que o estágio não gera vínculo empregatício de qualquer natureza, desde que observadas algumas determinações:

Art. 3º - O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos: I ó matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino; II ó celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino; III ó compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso (Brasil, 2008, p.01).

Segundo as obrigações da instituição de ensino em relação aos programas de estágio supervisionado, cabe o cumprimento do que foi estabelecido no Termo de Compromisso de Estágio e a indicação de um professor orientador para acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades realizadas durante o período de estágio. Estabelece ainda que o plano de atividades do estagiário deve considerar o consenso entre as partes envolvidas: empresa, instituição de ensino, estudante:

Art. 7º - São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos: I ó celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar; II ó avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando; III ó indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário; IV ó exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades; V ó zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas; VI ó elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos; VII ó comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas (Brasil, 2008, pág.02).

O artigo 5º ressalta a figura do agente de integração⁹, sua função, as responsabilidades assumidas por eles, como auxiliares no processo de

⁹ São em geral instituições privadas que agem intermediando o estágio entre as empresas ou instituições concedentes de estágio e as instituições de ensino. Disponível em: <https://www.nube.com.br/imprensa/noticia?id_noticias=8279#.Vt3MiOa8r>. [Consultado em 07/02/16].

aperfeiçoamento do instituto do estágio, cabendo também a eles a identificação das oportunidades de estágio; o ajuste das condições de realização; a realização do acompanhamento administrativo; o encaminhamento da negociação de seguros contra acidentes pessoais; e o cadastramento dos estudantes.

Com relação à celebração do convênio de concessão de estágio, o artigo 8º deixa claro que é facultada a instituição de ensino a sua celebração com entes públicos ou privados, no entanto, destaca que ser obrigatório a celebração do Termo de Compromisso de Estágio entre a empresa e o estagiário, com a intervenção da escola, podendo a um agente de integração facilitar o processo.

Os artigos de 10 a 14 da Lei n. 11.788/08, apresentam a definição de carga horária máxima diária e semanal da jornada de atividade do estagiário, abrindo-se exceção para os estágios referentes aos cursos que alternam teoria e prática, em períodos onde não estão programadas aulas presenciais. Neste caso, pode haver jornada de até 40 horas semanais, porém desde que previsto no Projeto Pedagógico do curso e da instituição.

Art. 10 - A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar: I ó 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos; II ó 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular (Brasil, 2008, p. 02).

Quanto a duração do tempo previsto para o estágio, a nova Lei estabelece que o estágio não pode exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência:

Considerando que o estágio poderá ter duração de até 24 meses, e no caso de pessoa com deficiência não há limite legal estabelecido, entende-se que dentro de cada período de 12 meses o estagiário deverá ter um recesso de 30 dias, que poderá ser concedido em período contínuo ou fracionado, conforme estabelecido no Termo de Compromisso. O recesso será concedido, preferencialmente, durante o período de férias escolares e de forma proporcional em contratos com duração inferior a 12 meses (Brasil, Lei n.11.788/2008 Art.13, p.16).

O estagiário também tem direito a recessos remunerados proporcionais ao período de duração do estágio e preferencialmente no período de férias do aluno.

O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO COMO
FORMA DE INTERVENÇÃO PARA A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

O estágio não cria vínculo empregatício, exceto as instituições públicas ou privadas que descumprirem a lei mantendo os estagiários fora das novas normas, apresentadas na nova Lei. Tais instituições serão impedidas de receber estagiários por dois anos. Os estagiários também terão direito a vale-transporte, exceto para os estudantes de cursos, cujo estágio for obrigatório, e a seguro contra acidentes. A ausência do contrato de estágio e/ou do seguro contra acidentes pessoais caracteriza vínculo empregatício e sujeita a empresa às sanções previstas nas leis trabalhistas. O descumprimento das regras poderá acarretar punições tanto para as empresas, quanto para as escolas, e serão aplicadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

De acordo com Conceição *et al.* (2008) a Lei nº 11.788/2008, procura reforçar o caráter educacional do estágio e estabelece alguns mecanismos de controle sobre essa atividade. Com isso, ele tenta evitar que o estágio sirva como subterfúgio para o rebaixamento das condições de trabalho no Brasil, como em leis anteriores, como mostra o quadro seguinte:

Quadro 1 - Quadro Comparativo entre as legislações que regulamentam o Estágio no Brasil.

	Lei nº 6.494, de 1977	Legislação Anterior	Lei nº 1.788/2008
		Decreto nº 87.497, de 1982, que regulamenta a Lei nº 6.494, de 1977.	
1) Conceito de Estágio.	Os estágios devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem, ser planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares.	Considera-se estágio curricular, para os efeitos deste Decreto, as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio.	Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio.
2) A quem se destina o estágio	Alunos regularmente matriculados em cursos vinculados ao ensino público e particular, comprovadamente, frequentando cursos de educação superior, de ensino médio, de educação profissional de nível médio ou superior ou escolas de educação especial.	Estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva nos cursos vinculados ao ensino oficial e particular, em nível superior e de 2º grau regular e supletivo.	Estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO COMO
FORMA DE INTERVENÇÃO PARA A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

3) Termo de Compromisso	A realização do estágio dar-se-á mediante termo de compromisso celebrado entre o estudante e a parte concedente, com a interveniência obrigatória da instituição de ensino.	O Termo de Compromisso será celebrado entre o estudante e a parte concedente da oportunidade do estágio curricular, com a interveniência da instituição de ensino.	As instituições de ensino, devem celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal.
4) Papel das instituições de ensino na garantia do caráter educacional do estágio	Interveniência obrigatória na realização do termo de compromisso celebrado entre o estudante e a parte concedente	As instituições de ensino serão responsáveis pela inserção do estágio curricular na programação didático-pedagógica, organização, orientação, supervisão e avaliação do estágio curricular.	São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos: celebrar termo de compromisso e plano de atividades ,avaliar as instalações da parte concedente do estágio, indicar professor orientador, exigir do educando a apresentação periódica, atividades; elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos.
5) Papel da parte concedente	O estágio somente poderá verificar-se em unidades que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de formação do estagiário	Sem informações	As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio.
6) Papel dos agentes de integração	Sem referência	A instituição de ensino poderá recorrer aos serviços de agentes de integração públicos e privados, entre o sistema de ensino e os setores de produção, serviços, comunidade e governo, mediante condições acordadas em instrumento jurídico adequado.	As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO COMO
FORMA DE INTERVENÇÃO PARA A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

7) Vínculo de emprego	O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza	A realização do estágio curricular, por parte de estudante, não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza.	O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, desde que observados os requisitos da referida lei.
8) Benefícios	Não traz informações	Não traz informações	O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.
9) Seguro contra acidentes pessoais	Deve o estudante, em qualquer hipótese [de forma de contraprestação do estágio], estar segurado contra acidentes pessoais.	A instituição de ensino, diretamente, ou através de atuação conjunta com agentes de integração (...) providenciará seguro de acidentes pessoais em favor do estudante.	As concedentes de estágio devem contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso.
10) Jornada de Trabalho	A jornada de atividade em estágio, a ser cumprida pelo estudante, deverá compatibilizar-se com o seu horário escolar e com o horário da parte em que venha a ocorrer o estágio. (...)	As instituições de ensino (...) disporão sobre (...) carga-horária, duração e jornada de estágio curricular, que não poderá ser inferior a um semestre letivo.	A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares.
11) Recesso	Sem informações	Sem informações	É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.
12) Duração do estágio	Não prevê	Não prevê	A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.
13) Remuneração	O estagiário poderá receber bolsa, ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, ressalvado o	Não prevê	O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada,

O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO COMO
FORMA DE INTERVENÇÃO PARA A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

	que dispuser a legislação previdenciária, devendo o estudante, em qualquer hipótese, estar segurado contra acidentes pessoais.		sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.
17) Fiscalização	Não prevê	Não prevê	A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Fonte: Elaboração própria com base em informações apresentadas no site <https://jus.com.br/artigos/12115/a-nova-regulamentacao-do-estagio-lei-n-11-788-2008/1>

2.3. Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio e a Educação Profissional Técnica

Novas diretrizes curriculares para o ensino médio foram propostas mesmo a partir da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) em 1998, durante o então governo FHC. No entanto, tal debate só se confirmou no início da gestão do governo Lula. Em 2003, a Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), do MEC, iniciou uma série de discussões e consultas sobre o tema que resultou no Seminário Nacional do Ensino Médio: Construção Política. Em seguida, a Secretaria de Educação Básica (SEB), cuja educação de nível médio passa a fazer parte, consultou diversos especialistas no assunto e em seguida deu início a uma revisão dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM), que em 2006 deu origem nas Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Em 2009, o MEC convidou um conjunto de especialistas para auxiliá-lo na revisão e atualização das diretrizes curriculares nacionais para educação básica, incluindo o ensino médio. O Resultado desse trabalho foi apresentado pelo MEC, ao Conselho Nacional de Educação como base para as novas diretrizes para a área.

Em julho de 2010, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (parecer CNE/CEB N. 7/2010 e resolução CEB N. 4/2010) e, em maio de 2011, foi aprovado o parecer CNE/CEB n. 5/2011 estabelecendo as novas diretrizes curriculares para o ensino médio.

Às mudanças trazidas a partir das novas DCNEM confirmam as principais diretrizes já vigentes na área e os programas e ações que já vinham sendo adotados como política educacional, tanto no âmbito federal, quanto em alguns Estados e municípios. No início do parecer é apresentada uma síntese das orientações legais que impactam direta ou indiretamente o ensino médio, como a aprovação da lei n. 11.741/08, que reforça a integração entre o ensino médio e a educação profissional. Diante do cenário político, social e educacional, o parecer das novas DCNEM, expõe que o contexto, no qual se insere o ensino médio, é diferente daquele existente em 1998, onde vivenciou-se um momento de crescimento econômico e de mais investimentos na área educacional no País, o que se opõe com certa estagnação do ensino médio nos anos 2000, principalmente em relação ao número de estudantes que se matricularam ou concluíram esse nível de ensino.

De acordo com Moehlecke (2012), a explicação no parecer para essa situação é que teríamos um ensino médio pouco atraente, que não atenderia nem à demanda de formação para o trabalho, nem à de formação para a cidadania. Ou seja, em termos da estrutura do ensino médio, esta permaneceria inadequada às necessidades tanto da sociedade quanto dos jovens que o frequentam, sendo necessário um currículo menos rígido.

O que se percebe é que apesar do momento político e social ser diferente, as preocupações apresentadas nas DCNEM, da década de 90, são as mesmas das novas diretrizes, ou seja, a procura por uma identidade específica para esse nível de ensino; a busca por uma estrutura que atenda as demandas da sociedade; e a valorização da autonomia das escolas na definição e busca por um currículo mais flexível. Como objetivo central as novas DCNEM buscam definir uma grade curricular mais atrativa, flexível, a fim de atrair o aluno para o ensino médio combatendo assim, a repetência e evasão; a possibilidade da educação em tempo integral, abrangendo um mínimo de 7 (sete) horas diárias.

Por fim, em relação à educação profissional, espera-se um currículo que integre a formação de nível médio à formação profissional. No entanto, tais orientações já são

seguidas por algumas instituições de ensino, pois a LDB de 1996 e demais legislações, aprovadas, já permitiam tal organização.

Destaque-se que há redes escolares com Ensino Médio que já vêm desenvolvendo formas de oferta que atendem às indicações acima, inclusive com ampliação da duração e da carga horária do curso e com organização curricular flexível e integradora. São exemplos desse comportamento as escolas que aderiram aos Programas Mais Educação e Ensino Médio Inovador, ambos incentivados pelo MEC na perspectiva do desenvolvimento de experiências curriculares inovadoras. (Brasil, 2011, p.50)

O que se percebe é que as DCNEM-2011 não trazem novidades em relação à organização curricular do ensino médio, mas fica clara a mudança na linguagem, nos referenciais teóricos presentes no documento aprovado, mostrando claramente a semelhança entre o texto das novas diretrizes e as principais críticas realizadas às antigas diretrizes. Uma dessas críticas está relacionada à subordinação da educação ao mercado de trabalho, apresentadas nas antigas diretrizes a partir da ênfase na necessidade de flexibilização do currículo e na avaliação baseada em competências e habilidades. O modelo de Educação baseado em habilidades e competências teve como base, os princípios das aprendizagens apresentadas no Relatório Delors¹⁰. Tal modelo, passou a ser adotado por diversos segmentos de ensino e também reafirmado nas atuais DCNEM (2011).

Para Deluiz (2001), na América Latina o modelo das competências surge no bojo das reformas educacionais, que por sua vez são parte do conjunto de reformas estruturais no aparelho do Estado. Estas reformas são decorrentes do ajuste macroeconômico ao quais os Países latino-americanos se submeteram ao longo dos anos 2012, para superar a inflação e a estagnação e retomar o crescimento econômico interrompido na década perdida de 80.

Com relação à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, fica claro que a educação Profissional e Tecnológica não deve ser considerada como a principal porta de entrada para o mercado de trabalho. Para Cordão, 2012, a Educação Profissional requer para além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da

¹⁰ Delors, J.(1998). Relatório da Reunião Internacional para o Século XXI, UNESCO.

cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões no mundo do trabalho. A Educação Profissional e Tecnológica não é concebida como a porta estreita para a empregabilidade, o até mesmo porque nunca houve e nem haverá relação direta entre um curso realizado e o respectivo emprego obtido ou trabalho garantido.

As atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, portanto, estão centradas exatamente nesse compromisso ético das instituições educacionais que se dedicam à Educação Profissional e Tecnológica em relação à constituição de saberes e competências profissionais, ofertando uma Educação Profissional mais ampla e politécnica, comprometida com o desenvolvimento profissional dos trabalhadores em sua ação transformadora no mundo do trabalho. (Brasil, 2013, p.11)

A organização curricular da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, respeitando projeto político-pedagógico de cada instituição educacional, deve considerar os saberes e as experiências incorporados pelo trabalhador, sobre a tecnologia e seu processo de produção, contemplando as demandas atuais de trabalhadores que estão retornando à escola em busca da Educação Profissional e Tecnológica.

Quanto ao trabalho pedagógico é prioridade que o sistema de estudo estabeleça relações dinâmicas e dialéticas entre os conceitos através de um currículo integrado que favoreça a organização do conhecimento e o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem dando ao aluno, o desenvolvimento da autonomia em relação aos objetos do saber.

Concluindo, a Educação Profissional deve sempre salientar o trabalho como princípio educativo, a fim, de superar a tradicional e preconceituosa relação entre trabalho manual e trabalho intelectual, inserindo a dimensão intelectual ao trabalho produtivo e vice-versa, visando à formação de trabalhadores capazes de atuar democraticamente como cidadãos, seja na posição de líder ou de subalterno, como definido no inciso IV do art.35 da LDB: IV é a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (Brasil, 1996, p.11).

2.4. Conclusão

Demos início ao segundo capítulo, explicando sobre a origem do termo estágio e o significado de tal palavra. Em seguida, de forma resumida, apresentamos a evolução do estágio, no Brasil, através dos Decretos e Leis, até os dias atuais. Em seguida, esclarecemos quais as diretrizes curriculares que norteiam o Ensino Médio e a Educação Profissional, principalmente nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva.

CAPÍTULO III - PERFIL INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS - CAMPUS OURO PRETO

3.1. Introdução

O terceiro capítulo se inicia com um resumo histórico do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), para em seguida, com o mesmo critério, fazer uma breve descrição histórica da formação do IFMG, campus Ouro Preto descrevendo a sua atual composição, o funcionamento e os cursos oferecidos atualmente.

3.2. Breve Histórico do Instituto Federal Minas Gerais- IFMG

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) foi criado em dezembro de 2008, pela Lei nº 11.892. É uma autarquia formada inicialmente pela incorporação da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista, dos Cefets de Ouro Preto e Bambuí e das UNEDs de Formiga e Congonhas.

2º. - O IFMG é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, multicampi e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica. (Ifmg, 2009)¹¹

Os demais campi foram criados posteriormente, em regiões estratégicas do Estado, e estão vinculados a uma Reitoria, que tem sede em Belo Horizonte, capital do Estado. Na figura abaixo é possível acompanhar o crescimento do IFMG e a criação dos Campis que fazem parte da rede de ensino.

¹¹ Disponível em:< <http://ouopreto.ifmg.edu.br/instituicao/legislacao/estatuto-geral-do-ifmg/estatuto-geral-do-ifmg>>.[Consultado em 26/04/2016].

Figura 3 - Linha do Tempo referente ao início das atividades dos campus do IFMG.



Fonte: <http://www.ifmg.edu.br/index.php/institucional/historico>, consultado em 19/04/2016.

Atualmente, são onze campus do IFMG em funcionamento, além da Reitoria: Bambuí, Betim, Congonhas, Formiga, Governador Valadares, Ouro Branco, Ouro Preto, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia e São João Evangelista, e os campus avançado¹² de Conselheiro Lafaiete, Ipatinga, Itabirito, Piumhi, Ponte Nova, como pode-se observar na figura 5 onde aparecem o mapa do Estado de Minas Gerais com a localização da Reitoria, os campis que compõem o IFMG e ao lado, a legenda explicativa.

Mapa 2 - Localização da Reitoria e campis do IFMG



Legenda:

R. Reitoria

1. *Campus* Bambuí

2. *Campus* Betim

3. *Campus* Congonhas

4. *Campus* Formiga

5. *Campus* Governador Valadares

6. *Campus* Ouro Branco

7. *Campus* Ouro Preto

8. *Campus* Ribeirão das Neves

9. *Campus* Sabará

10. *Campus* Santa Luzia

11. *Campus* São João Evangelista

Campus Avançado:

12. Conselheiro Lafaiete 13. Itabirito

14. Piumhi 15. Ponte Nova

Fonte: Disponível em: <www.ifmg.edu.br>. [consultado em 19/04/2016].

¹² Campus Avançado é Significa uma extensão de um campus que já existe, com possibilidade de oferecer os mesmos cursos ou cursos novos, em uma nova região.

De acordo com informações do Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais o IFMG¹³, aprovado em 16 de julho de 2010, a Reitoria é o órgão executivo superior responsável por planejar, administrar, gerir, coordenar e superintender as atividades do Instituto. É composta por um Reitor e cinco Pró-Reitores, que estão à frente das Pró-reitorias de Administração (PROAD), de Planejamento e Orçamento (PROPLAN), de Ensino (PROEN), de Extensão (PROEX) e Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PRPPG).

O IFMG conta com órgãos colegiados superiores, como o Conselho Superior e Colégio de Dirigentes, cujas composições e competências estão definidas no seu Estatuto. Existem também os colegiados destinados a apoiar a gestão administrativa e acadêmica, como o Conselho Acadêmico, em cada *Campus*; o Comitê de Ensino; o Comitê de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação; o Comitê de Extensão; o Comitê de Administração e Planejamento.

3.3. Breve Histórico do Instituto Federal Minas Gerais, Campus Ouro Preto

3.3.1. Inserção Regional do Campus Ouro Preto

Apresentamos aqui, um breve histórico do *Campus* Ouro Preto, que faz parte do Instituto Federal Minas Gerais (IFMG), sua localização regional dentro do Estado de Minas Gerais, em seguida, uma breve referência de como funciona, atualmente, o *Campus* Ouro Preto e os elementos que o caracterizam. O IFMG, *campus* Ouro Preto apresenta semelhanças com os demais Institutos Federais (IF) em sua estrutura de organização, mas possui especificidades próprias, resultantes de suas características particulares.

De acordo com informações apresentadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2009-2013), o Campus Ouro Preto localiza-se na cidade Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, situada a 100 km a sul/sudeste da capital Belo Horizonte e exerce influência em municípios situados, na maioria, dentro de um círculo imaginário, com raio de 200 km, tendo como centro a cidade de Ouro Preto.

¹³ Dados disponíveis em <<http://www.ifmg.edu.br/index.php/legislacao>>. [consultado em 19/04/2016].

Este círculo engloba a Microrregião Metropolitana de Belo Horizonte, onde se concentra o maior Parque Industrial do Estado, cujas atividades de indústria, comércio e serviços, centralizam a principal atividade econômica do Estado de Minas Gerais. O município de Ouro Preto possui uma população de 70.281 habitantes (IBGE, 2016)¹⁴. As principais atividades econômicas do município estão ligadas ao setor da indústria, com destaque para indústria metalúrgica e de mineração, e ao setor de serviços, com o destaque para o turismo.

No Brasil, a educação profissional, como responsabilidade do Estado, teve início no Governo Nilo Peçanha, em 1909, com a fundação das escolas de artes e ofícios, precursoras das escolas técnicas federais.

Nessa primeira fase, as escolas de artes e ofícios formavam operários e contramestres através de um ensino eminentemente prático e fundado em conteúdos técnicos elementares, com a finalidade de formar uma mão de obra pouco qualificada, mas apta a exercer trabalhos manuais e mecânicos em diversas áreas da economia.

Posteriormente, com a constituição de 1937 abre-se caminho para a criação dos Liceus Industriais, que incorporariam cursos de variados níveis de formação profissional.

Em 1942, ainda no Governo de Getúlio Vargas, a Lei Orgânica do Ensino Industrial, regulamentada pelo Decreto-Lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942 (Brasil, 1942a), teve por finalidade, ampliar a oferta de formação técnico-profissional, para atender à demanda criada com a fase da pequena industrialização do País. Assim, o ensino médio foi implantado nos chamados Liceus que existiam à época e que passaram a se chamar Escolas Técnicas Industriais. E os cursos agregam ao ensino técnico um considerável nível de formação científica e propedêutica.

Nesse mesmo ano, o idealismo e a visão progressista dos professores José Barbosa da Silva e José Carlos Ferreira Gomes¹⁵ transformaram-se em realidade, com a criação, pelo Decreto-Lei 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, da Escola Técnica de

¹⁴ Informações obtidas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, consultado em 25/04/16.

¹⁵ Professores da Escola de Minas de Ouro Preto, que atualmente faz parte da Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP).

Ouro Preto (Brasil, 1942). Seus fundadores perceberam o potencial que a formação de técnicos, agregados aos profissionais de nível superior, formados pela então Escola de Minas, representaria para o desenvolvimento da região minero-metalúrgica do centro-sul de Minas Gerais.

Em 15 de maio de 1944, a Escola Técnica de Ouro Preto (ETFOP) foi oficialmente instalada, com o curso técnico de Metalurgia, funcionando, inicialmente, junto à Escola de Minas, na Praça Tiradentes, no Centro Histórico da cidade de Ouro Preto, onde funcionou até 1964. Com a promulgação da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959 (Brasil, 1959), as escolas técnicas foram elevadas à condição de autarquias federais, com autonomia didática, financeira e administrativa, passando a ser chamadas de escolas técnicas federais. Em 1964, a ETFOP é transferida para as instalações do 10º Batalhão de Caçadores do Exército Brasileiro, que havia sido desativado e situava-se nas encostas do Morro do Cruzeiro, em Ouro Preto, o que fez com que escola ganhasse identidade própria e novos horizontes de desenvolvimento como a criação do curso técnico de Mineração, ampliando o número de alunos firmando-se como polo irradiador de cultura, informação e profissionalização, já que as duas habilitações ofertadas (Metalurgia e Mineração) estavam em sintonia com as demandas da economia do município, e que ainda é essencialmente voltada para a mineração do minério de ferro.

Posteriormente, com a promulgação da LDBEN nº 5.692/71, a ETFOP implantou o curso técnico de Edificações, o curso de Magistério em Educação Física e cursos noturnos, que propiciaram o acesso à comunidade de trabalhadores. Em 1987, foram implantados os cursos técnicos de Informática Industrial e Processamento de Dados e, em 1990, teve início uma nova fase da educação, voltada para requalificar profissionais já inseridos no mercado de trabalho, bem como egressos do ensino médio, com a implantação dos cursos de Gemologia, Lapidação e Metalografia e, em 1991, implantou-se o curso técnico de Segurança no Trabalho.

Em 1994, com a Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, a ETFOP torna-se Centro Federal de Educação Tecnológica de Ouro Preto, (CEFET) passando a ofertar cursos em diversos níveis, como Educação Profissional Técnica de nível médio e a

partir de 2002, passou também a oferecer cursos de educação superior de tecnologia. O primeiro curso criado nesse nível foi o de Tecnologia em Gestão da Qualidade, e o segundo, o de Tecnologia em Conservação e Restauro, em 2008.

Em 2007 é fundada a Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) na cidade de Congonhas,¹⁶ e o Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) ampliando a área de influência da escola, bem como o número de alunos e cursos oferecidos.

Em 2008 e em 2010 tiveram início os Cursos, na modalidade Proeja, com o de Joalheria, o de Gemologia e em Manutenção e Suporte em Informática. Nos anos seguintes foram criados dois cursos de Licenciatura: o de Geografia, em 2008 e o de Física em 2010. Em 2011, iniciou-se o curso de Tecnologia em Gastronomia e em 2015 foi inaugurado o curso técnico em Administração.

De acordo com informações referentes ao histórico da instituição obtidas no site do campus Ouro Preto a escola encontra-se hoje em um novo patamar do ensino profissional, que amplia ainda mais a área de influência da Escola e suas responsabilidades institucionais, com a inserção definitiva no campo da pesquisa aplicada e da extensão acadêmica e com novas possibilidades de oferta de novos cursos, incluindo licenciaturas e engenharias, bem como cursos de especialização, mestrado e doutorado.¹⁷

Segundo Pena (2014), verifica-se que, em menos de uma década, a Instituição passou de ETFOP para CEFET Ouro Preto e de CEFET Ouro Preto para IFMG *Campus* Ouro Preto, um período relativamente curto para tantas transformações na identidade institucional.

Também em 2008, o CEFET Ouro Preto participa de uma chamada pública do MEC com objetivo de transformar-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFMG), tendo classificado o seu projeto e, em seguida, passa a integrar o IFMG. Assim, o IFMG nasceu da junção de três autarquias federais: o CEFET Ouro Preto, a escola Agrotécnica de São João Evangelista e o CEFET Bambuí. As antigas

¹⁶ Em 2008 com a criação do IFMG, essa UNED tornou-se um *Campus* desse Instituto.

¹⁷ www.ouropreto.ifmg.edu.br, consultado em 25/04/2016, p. 01.

UNEDS foram transformadas em campi do novo instituto e outras unidades do Estado de Minas Gerais incorporadas.¹⁸

3.3.2. Funcionamento da Instituição atualmente

O IFMG *Campus* Ouro Preto é administrado por um Diretor Geral, escolhido através de eleições realizadas junto à comunidade escolar, a cada quatro anos. Além de uma Direção Geral, constam em seu organograma, cinco Diretorias Sistêmicas: Diretoria de Graduação e Pós-graduação, (DGPG), Diretoria de Ensino Técnico, Diretoria (DETEC) de Administração e Planejamento (DAP), Diretoria de Relações Empresarias e Comunitárias, (DREC), Diretoria de Inovação, Pesquisa e Extensão (DIPE). Também fazem parte de sua organização as gerências e as coordenadorias de diferentes setores.

Atualmente, o IFMG *Campus* Ouro Preto oferece diversos cursos nas modalidades Técnicos Integrados e Subsequentes, presenciais ou a distância, cursos superiores (tecnólogos e Licenciaturas) e Pós-Graduação. Para ingresso nos cursos oferecidos, o IFMG realiza processos seletivos através de exames de seleção que acontecem de forma anual e semestral, de forma unificada em todos os *campis*. O quadro a seguir mostra os cursos oferecidos pela Instituição em 2016.

Quadro 2 - Cursos oferecidos pelo IFMG *Campus* Ouro Preto.

Nível	Modalidade	Cursos	Turno
Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio	Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio	<ul style="list-style-type: none">• Automação Industrial• Edificações• Metalurgia• Mineração• Administração	Diurno(manhã e tarde, em período integral).
Técnico subsequente (Pós Médio)	Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio	<ul style="list-style-type: none">• Edificações• Meio Ambiente• Metalurgia• Mineração• Segurança do Trabalho	Noturno
Cursos Técnicos Integrados ao Ensino	PROEJA	<ul style="list-style-type: none">• Joalheria• Manutenção e Suporte em	Noturno

¹⁸ Disponível em: < <http://ouopreto.ifmg.edu.br/instituicao/historico> > [Consultado em 19 de abr. de 2016].

O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO COMO
FORMA DE INTERVENÇÃO PARA A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

Médio		Informática	
Centro de Educação A Distância (CEAD)	Cursos Técnicos Subsequentes ao ensino médio ó Educação a Distância EAD	<ul style="list-style-type: none"> • Automação Industrial • Controle Ambiental • Edificações • Hospedagem • Metalurgia • Serviços Públicos 	–
Pronatec	Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) Cursos Técnicos Subsequentes Cursos Técnicos Concomitantes		–
Cursos Superiores	Tecnologia	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão da Qualidade • Conservação e Restauro • Gastronomia 	Noturno
Cursos Superiores	Licenciatura	<ul style="list-style-type: none"> • Geografia • Física 	Noturno
Pós-graduação		<ul style="list-style-type: none"> • Especialização em Educação Matemática 	–

Fonte: Elaboração própria, com base em dados fornecidos pelas Diretorias de Ensino (DETEC e DPGP) do *Campus* Ouro Preto, 2016.

O número de alunos matriculados em 2016, nos cursos técnicos integrados são 1138¹⁹ (mil cento e trinta e oito) cursos subsequentes 494 (quatrocentos e noventa e quatro) alunos e cursos superiores são 604²⁰ (seiscentos e quatro) alunos.

Cada curso é desenvolvido com base no Plano de Curso (ou Projeto Pedagógico de Curso), onde são definidos os objetivos do curso, o perfil do profissional a ser formado, a matriz curricular, o processo de ensino aprendizagem e avaliação, realização do estágio bem como os recursos humanos (corpo docente e técnico) e materiais (espaço físico, laboratórios e equipamentos) necessários para sua execução, além da bibliografia.

A Instituição dispõe de infraestrutura com diversos laboratórios, biblioteca, restaurante, quadras, ginásio poliesportivo, piscina, centro de vivência para os alunos,

¹⁹ Dados fornecidos pela Diretoria de Ensino Técnico Integrado.

²⁰ Dados Fornecidos pela Diretoria de Graduação e Pós Graduação.

setor de saúde e agência bancária. Oferece também aos seus alunos, programa de Assistência Estudantil com oferta de bolsas, atividades de projeto de monitoria, alimentação, habitação e trabalho, programa de Pesquisa de Iniciação Científica, Extensão, Assistência Social e Orientação Profissional.

3.3.3. A Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias

A Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias (DREC) é o órgão responsável pela promoção da interação entre o Campus Ouro Preto, empresas e comunidade, viabilizando convênios com diferentes setores da sociedade para a realização de visitas técnicas, estágio e prestação de serviços. Além disso, tem a função de dar suporte às atividades acadêmicas, através da Assistência Social, do Restaurante, da Gráfica e reprografias e da Identificação Estudantil.

Além do setor de Estágio, emprego e egressos, a DREC também dá suporte às atividades acadêmicas através da Coordenadoria de Apoio ao Educando, Serviço Social, Restaurante Escolar, Setor de Saúde, setor Gráfico e Reprografias, Núcleo de Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEE), setor de Identificação e o Setor de Visitas Técnicas.

3.3.4. Funcionamento do Setor de Estágio

O setor de estágio curricular está inserido dentro do mesmo prédio onde funciona a Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias, (DREC) e funciona durante o período da manhã, tarde e a noite. O período da manhã e tarde possui uma servidora técnico-administrativo que é responsável por organizar toda a documentação relacionada ao início e término do estágio. No período noturno, o setor continua funcionando para dar atendimento aos alunos que estudam no horário noturno. Como o setor é muito procurado, pelos alunos, todos os servidores que trabalham na DREC dão atendimento e fazem os encaminhamentos necessários em relação ao estágio. A seguir apresentamos o artigo 80 do regimento interno que descreve as atribuições do setor de estágio:

Art. 80. O Setor de Estágio, Emprego e Egressos subordina-se à Coordenadoria de Relações Empresariais, e possui as seguintes atribuições:

- I. Contribuir no estabelecimento de diretrizes para a política de estágios do Campus Ouro Preto;
- II. Manter cadastro e currículos de alunos egressos para disponibilização para setores produtivos da economia;
- III. Coordenar, elaborar e executar as atividades de estágios e prospecção de perfis profissionais;
- IV. Criar mecanismos para acompanhamento de egressos;
- V. Divulgar entre alunos e egressos as oportunidades de estágio e emprego nos diversos setores da economia;
- VI. Organizar a documentação necessária à prática do estágio curricular entre os alunos;
- VII. Elaborar relatórios sobre as atividades desenvolvidas pelo setor;
- VIII. Desempenhar outras atividades correlatas e/ou afins. (Fonte: IFMG, 2015,pág 15)

3.3.5. O Funcionamento do Estágio Curricular nos Cursos Técnicos

O Estágio Curricular Supervisionado (ECS) aparece na legislação interna vigente do IFMG - Campus Ouro Preto, em cumprimento à Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, através das Resoluções nº 029 de 25 de setembro de 2013, que dispõem sobre a aprovação do Regulamento de Estágio do IFMG e a Resolução de nº 01 de 15 de fevereiro de 2013, que determina as normas para realização de Estágio Supervisionado dos Cursos Técnicos do IFMG, Campus Ouro Preto.

De acordo com o Art.6 da Resolução N. 01 de 15 de fevereiro de 2015, o ECS só poderá ser iniciado após cumprimento, pelo aluno do primeiro semestre letivo do curso técnico no qual está matriculado. Não podendo ser realizado após o término do curso, pois de acordo com a Lei de Estágio 11.788/2008, o educando deve estar matriculado e frequente no curso, o que, caso contrário, poderá gerar vínculo empregatício para a empresa contratante.

Portanto, para atender aos alunos dos cursos técnicos integrados que são ministrados durante o período integral e que não podem, enquanto cursam as disciplinas, referentes ao ensino médio e disciplinas técnicas, realizar o estágio o Campus Ouro Preto optou pelo estágio não obrigatório, conforme determina o Artigo segundo e o parágrafo primeiro do art. da Lei de estágio 11.788/2008:

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. (Brasil, 2008, p.01)

O ECS é realizado em empresas da região, normalmente relacionada a área de Mineração e ou Metalurgia ou em instituições, cuja atividade principal esteja de acordo com a habilitação pretendida e escolhida pelo aluno, desde que o estagiário exerça funções administrativas ou técnicas compatíveis com o curso no qual tenha cursado.

Atualmente, as principais empresas que ofertam estágios publicam editais para seleção dos estagiários, uma vez ao ano ou a cada seis meses. O aluno interessado em realizar o estágio deverá fazer o cadastro do seu currículo e realizar provas on-line nos sites dos testes psicológicos e dinâmicas de grupo para seleção nas próprias empresas que estão ofertando o estágio ou dos Agentes de Integração²¹.

A carga horária mínima do ECS referente aos cursos técnicos integrados e subsequentes será de 320 horas e a carga horária semanal não poderá exceder a jornada de 6 horas diárias, totalizando 30 horas semanais, quando realizado paralelamente às atividades escolares e poderá ser renovado por um período de 2 (dois) anos, através da emissão do Termo de Aditivo de Estágio (Anexo A), exceto no caso de aluno portador de deficiência. Segundo Rocha et al (2012, p.52), o estágio é realizado paralelamente ao curso com contrato de duração de seis meses, podendo ser renovado até ao limite de dois anos, ou seja, os estágios curriculares podem ter uma duração máxima de dois anos.

Após passar pelo processo de seleção, junto a empresa concedente do estágio, o aluno deve providenciar, no período em que antecede a realização do estágio, todos os procedimentos necessários, dentre: participar de todas as atividades de orientação de estágio; efetuar os contatos e o cadastramento da empresa em que irá estagiar, com o apoio da Coordenadoria de Relações Empresariais; elaborar, juntamente com o orientador de estágio e o supervisor da empresa o planejamento das atividades de estágio (Anexo B); providenciar, junto à Coordenadoria de Relações Empresarias, toda a documentação necessária, cumprindo os prazos para retirada e entrega.

²¹ Empresas que promovem a interlocução entre a Instituição de Ensino, o estagiário e as Instituições concedentes visando à ampliação das ofertas e oportunidades de estágio curricular. Fonte: Disponível em: <<http://www.ifg.edu.br/extensao/index.php/agentes-de-integracao>> [consultado em 28/04/2016].

Segundo Oliveira (2009), são as instituições de ensino que têm um papel central na organização do estágio, sendo responsáveis pelo acompanhamento (através da designação de um professor responsável pelo acompanhamento do aluno) e pela avaliação do estágio e dos alunos, a partir dos conteúdos desenvolvidos no curso.

Para caracterização e definição do ECS é necessário que entre a entidade concedente do estágio e a instituição de ensino seja firmado um convênio (Anexo C) proporcionando aos estudantes, a complementação do ensino e aprendizagem, e a participação em situações reais de vida e trabalho do seu meio.

Em sequência é firmado o Termo de Compromisso (Anexo D) entre a entidade concedente (empresa) e o estudante (estagiário), com a interveniência obrigatória da instituição de ensino, estabelecendo-se as condições em que o estágio será desenvolvido, bem como, os deveres e direitos das partes.

Quando encaminhado para a empresa concedente, o estagiário deve portar também uma carta de apresentação e uma ficha de avaliação de estágio (por parte do supervisor do estágio) (Anexo E), e a ficha de avaliação do estágio (por parte do estagiário) (Anexo F), e as orientações de como elaborar o Relatório Final do estágio (Anexo G), emitidas pela DREC- Campus de Ouro Preto.

Ao finalizar o estágio, cumprindo a carga horária mínima exigida, nos Projetos Pedagógicos de cada curso, o aluno deverá concluir os trabalhos elaborando o relatório final de estágio, em conformidade com modelo e formato adotado pela Assistência de Estágio e apresentá-lo ao mesmo setor, para em seguida, ser encaminhado a Coordenação do curso para ser avaliado. Quanto aos critérios para avaliação dos relatórios, cada curso, dispõe de um e os mesmos não são apresentados à comunidade acadêmica. Quando aprovado o responsável pelo setor de estágio entra em contato com o estagiário informando-o da aprovação e orientando-o a entrar em contato com a Diretoria de Ensino, a fim, de agendar a colação de grau. Caso o relatório seja reprovado o aluno é comunicado e lhe é solicitado que faça as alterações necessárias, apontadas pelo professor que o avaliou. Depois de realizadas as modificações solicitadas no relatório, o mesmo deve ser entregue novamente para nova avaliação e, em caso positivo o aluno é informado e orientado a colação de grau.

Para validação final, o estágio supervisionado deve atender os requisitos apresentados nas orientações apresentadas no Artigo 9 da Resolução n. 01 de 15 de fevereiro de 2013:

o estágio supervisionado será validado pela escola para registro em histórico escolar desde que atenda aos requisitos seguintes:

- I. Ter cumprido carga horária mínima do estágio prevista no projeto pedagógico do curso;
- II. Entregar relatório de atividades no prazo máximo de três meses após conclusão do estágio;
- III. Ter relatório de estágio aprovado pela coordenação do curso. (IFMG, 2013, pág.13)

3.3.6. O Estágio Curricular Obrigatório nos Cursos Superiores de Licenciatura (Física e Geografia)

Os estágios se definem como uma etapa obrigatória na formação de todo professor, e são considerados elementos desafiadores da prática pedagógica e das concepções dos futuros educadores durante a formação inicial, pois dão a eles as condições necessárias para a prática de ensino de forma a estabelecer a relação entre a teoria e a prática no processo de ensino aprendizagem. Para Castro e outros, (2012) os estágios são momentos privilegiados de aprendizagem da docência, uma vez que permitem uma inserção mais efetiva do acadêmico no ambiente escolar, onde encontrará situações reais relacionados ao processo de ensino-aprendizagem, a organização escolar e as políticas públicas que viabilizam o ensino. Ainda segundo as autoras, o estágio curricular assume papel fundamental, pois é uma das primeiras oportunidades que os acadêmicos têm de contato com seu futuro campo de atuação, o que lhe permite refletir sobre e vislumbrar futuras ações pedagógicas. (Castro, et al. 2012)

As atividades do Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos de Licenciatura em Geografia e Física do IFMG-OP são realizadas em conformidade com a Lei nº 11.788/2008, que regulamenta atividades de estágio curricular de estudantes, e com o Regulamento Interno do Estágio Curricular dos Cursos de Licenciatura em Geografia e Física do IFMG-OP. Ambos os cursos possuem o Manual do Estágio Curricular Supervisionado, documento que foi elaborado pelo colegiado de cada curso e com representação da comunidade acadêmica dos mesmos. Esse documento tem como objetivo, nortear as atividades da referida disciplina no que se refere à sua organização e

forma de realização servindo como um instrumento de orientação de professores orientadores e supervisores de estágio e de estudantes em fase de realização do mesmo.

São apresentadas a caracterização do Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos de Licenciatura do IFMG-OP, suas diretrizes legais e estrutura organizativa de cada uma das quatro etapas do estágio e apresenta, ainda, todos os procedimentos e documentos necessários para a realização do mesmo.

Segundo o Art.1º do Regimento citado o Estágio Curricular Supervisionado é uma etapa obrigatória dos cursos de Formação de Professores de acordo com as Resoluções CNE/CP nº 01/2002 e CNE/CP nº 02/2002 devendo ser realizado a partir da segunda metade do curso, cumprindo uma carga horária de 400 (quatrocentas) horas. Está estruturado em quatro etapas de 100 horas cada uma, a partir do 5º período letivo, sendo a primeira fase, estágio de observação, a segunda, co-participação e a terceira e quarta etapas são de regência, como mostra o item 5 (cinco) do Regimento de Estágio:

§ 1º A carga horária do estágio será dividida em IV fases, sendo: 100 horas para observação, 100 horas para co-participação e 200 horas para Regência, sendo 100 horas em um ou mais dos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e 100 horas em uma ou mais turmas Ensino Médio. (IFMG, 2001, p.7).

Com o objetivo de cumprir as determinações do seu regulamento e visando assegurar uma formação integral do acadêmico, o Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos de Licenciatura do IFMG-OP deve se consolidar, a partir dos seguintes objetivos:

- Proporcionar o contato direto do estagiário com situações do cotidiano do professor da educação básica;
- Possibilitar ao estudante, a partir de sua inserção em instituições de educação básica e/ou de outros ambientes sócio-educativos, planejar, orientar, controlar e avaliar o processo ensino-aprendizagem;
- Fornecer ao professor em formação instrumentos que o leve a refletir sobre a relação dialética estabelecida entre teoria e prática;
- Propiciar ao estudante situações que contribua para o seu crescimento e formação profissional;
- Propiciar vivências que leve o estudante a adquirir habilidades no que se refere aos saberes teórico-metodológicos, na elaboração, organização e avaliação de projetos pedagógicos alternativos;
- Possibilitar ao acadêmico a reflexão sobre o cotidiano escolar, analisando os pressupostos teóricos estudados e sua prática, assumindo uma postura crítica aliada à competência técnica e compromisso político do seu papel na sociedade. (Ifmg, 2011, p.10.)

Com relação à supervisão e o acompanhamento o estágio ficará sob a responsabilidade do professor orientador de estágio e do professor da instituição concedente a partir da assinatura de ponto e dos relatórios de atividades desenvolvidas, a serem apresentados pelo discente. O estágio deve ser devidamente comprovado por meio dos relatórios solicitados pelo professor orientador do estágio dentro dos padrões estabelecidos e com todos os anexos determinados.

3.3.7. O Estágio Curricular nos Cursos Superiores de Tecnólogos

Os cursos superiores de tecnologia no Brasil não consistem em um novo modelo de formação superior. Surgiram no final dos anos sessenta, e início dos anos 70, século XIX e desde então, muitas experiências foram desenvolvidas na tentativa de se instalar cursos superiores de curta duração. Estes cursos tinham como objetivo, atender a uma parte do mercado, que emergiu através da constatação de que as ocupações do mercado de trabalho estavam se ampliando e se diversificando, exigindo assim, a qualificação e novos profissionais. São cursos que apresentam currículos menos complexos, mais práticos e intensivos, com menor duração, ou seja, eles foram criados na tentativa de conter a demanda por vagas nas universidades e propiciar uma rápida formação de técnicos com uma formação de curta duração para que eles pudessem atuar no mercado de forma intermediária entre o técnico de nível médio e o profissional de graduação plena da universidade.

Os egressos dos Cursos Superiores de Tecnologia ó Tecnólogos ó não são engenheiros improvisados, nem técnicos de nível médio melhor preparado. São especialistas, formados nos padrões das tecnologias modernas, que têm seu lugar e seu espaço no contexto das profissões e no cenário das diversidades dos fenômenos tecnológicos do mundo moderno. (Ifmg, 2011, p.3)

O IFMG, campus Ouro Preto, atualmente, oferece os Cursos Superiores de Tecnologia (CST) de Técnico em Gestão da qualidade, Técnico em Conservação e Restauro e Técnico em Gastronomia. Os CSTs não possuem um Manual do Estágio Curricular Supervisionado ou um Regulamento Interno do Estágio Curricular, como os cursos de Licenciatura. Às informações sobre o estágio curricular estão inseridas no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de cada curso. A seguir, apresentaremos uma breve informação sobre cada curso de Técnico do campus Ouro Preto e também sobre o estágio curricular apresentado no PPC de cada curso.

3.3.7.1. Curso Tecnólogo em Gestão da Qualidade

Conforme informações apresentadas no PPC do Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Qualidade (TGQ). O Tecnólogo em Gestão da Qualidade é um profissional vinculado à área de Gestão e Negócios, especialista na elaboração, implantação, desenvolvimento e avaliação de sistemas gestão nas organizações, adotando, em suas atividades, concepção abrangente e ampliada de tais sistemas, sendo capaz de incorporar e integrar, harmonicamente, elementos teóricos, práticos e metodológicos de Gestão de Qualidade, de Saúde e Segurança e de Meio Ambiente. Será apto a implementar Sistemas de Gestão, por meio da prática de Consultorias e Auditorias de todos os modelos de gestão, articulando e mediando com os mais diversos segmentos do setor econômico, contribuindo para o estabelecimento de políticas de empresas, e executando ações para promover continuamente a melhoria continua do desempenho dos Sistemas de Gestão. O curso oferece 01 (uma) turma anual de 1º período do Curso de Tecnologia em Gestão da Qualidade, para o período noturno. A estrutura curricular é composta por períodos, constituídos de unidades curriculares previstas nos Planos de Curso as quais podem ou não possuir pré e co-requisitos.

O estágio curricular não é obrigatório aos alunos do curso, contudo, caso ocorra, deverá estar em conformidade com o disposto na Lei 11788/2008. Para estes casos, o colegiado do curso indicará um professor responsável pelo acompanhamento das atividades e o parecer do relatório final. Aos alunos que cumprirem o estágio supervisionado lhes será dada a possibilidade de contabilizar a carga horária em seu histórico, desde que o mesmo, cumpra efetivamente uma carga horária mínima de 160 horas.

3.3.7.2. Curso Tecnólogo em Conservação e Restauro

Segundo informações apresentadas no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, os Tecnólogos em Conservação e Restauro têm como foco de sua atuação, a preservação da memória, por meio da conservação e restauração de obras e monumentos. É um profissional que se integra ao Grupo ou Categoria da Engenharia e Arquitetura e em trabalho conjunto com Engenheiros e Arquitetos, realiza a execução e

fiscalização de obras e serviços técnicos e a produção técnica especializada em conservação e restauro de bens imóveis.

O curso oferece 01 (uma) turma anual de 1º período do Curso de Tecnologia em Conservação e Restauro, para o período noturno com carga horária total de 2.400 horas. A estrutura curricular é composta por períodos, constituídos de unidades curriculares previstas nos Planos de Curso.

De acordo com as informações apresentadas no PPC do curso o estágio profissional supervisionado, do curso de Conservação e Restauro constitui uma atividade pedagógica complementar, mas não é obrigatório para a conclusão e certificação do Curso. O estágio poderá também ter validade como disciplina optativa ou como atividade complementar, para isso o aluno terá que cumprir uma carga horária mínima de 320 horas, que corresponderá à carga horária de uma disciplina de 40 horas, podendo ser realizado em empresas, órgãos públicos ou instituições de ensino conveniadas com o IFMG, desenvolvendo atividades inerentes ao curso.

3.3.7.3. Curso Tecnólogo em Gastronomia

De acordo com informações apresentadas no PPC do Curso Superior de Tecnologia em Gastronomia o tecnólogo em gastronomia tem suas atividades descritas no eixo Hospitalidade e Lazer que se encontra regulamentado no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia do MEC. É um profissional com formação interdisciplinar e apto a conceber, planejar, gerenciar e operacionalizar serviços e produções de alimentos e bebidas, considerando os aspectos técnicos, histórico-culturais, econômicos, éticos e socioambientais próprios a sua formação de forma empreendedora, dinâmica e criativa.

Curso de Tecnologia em Gastronomia oferece processo seletivo anual através de concurso público de vestibular conforme o regimento em vigor no IFMG, com carga horária total de 2.274 horas. A estrutura curricular é composta por períodos, constituídos de unidades curriculares previstas nos Planos de Curso.

No curso de Gastronomia, o estágio profissional supervisionado tem carga horária de 100 horas e constitui uma atividade pedagógica complementar, mas não é

obrigatório para a conclusão e certificação do curso. O aluno poderá realizar estágio a partir do segundo semestre e somente em atividades condizentes com os aprendizados já adquiridos ou em andamento. Ao final, o aluno deve apresentar relatório final e também a possibilidade de se utilizar o período na empresa como etapa essencial do desenvolvimento do projeto/situação problematizada iniciado na Escola. Outra será identificar, no ambiente da empresa, uma situação a ser estudada/pesquisada que se constitua tema de projeto de Conclusão do Curso TCC.

3.4. Estágio Curricular Supervisionado nos Cursos Técnicos a Distância (EaD)

Para Moran (2012), a Educação a distância (EaD) é o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente. A EAD vem sendo uma alternativa, por parte de políticas públicas de governos, para promover a inclusão social pela inclusão digital, bem como sendo utilizada como instrumento de fundamental importância para atender a grandes contingentes de alunos de modo mais barato e flexível comparada com o ensino presencial.

Como uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação o Governo Federal criou em 2007 o sistema Rede e-Tec Brasil que teve como objetivo levar cursos técnicos a regiões distantes das instituições de ensino técnico e para a periferia das grandes cidades brasileiras, incentivando os jovens a concluírem o ensino médio, gratuito ofertado por instituições públicas do País. O IFMG, com o objetivo de ampliar ainda mais o processo de democratização da educação profissional e tecnológica, implantou o Centro de Educação a Distância (CEAD), órgão criado com fins de fornecer suporte aos cursos à distância em suas necessidades operacionais.

De acordo com as determinações legais presentes no Catálogo Nacional de Nível Técnico (CNCT, 2008), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional (Ministério da Educação, 2000), no Decreto 5.154/2004, o CEAD do IFMG oferece os seguintes cursos técnicos:

1. Automação Industrial;

2. Controle Ambiental;
3. Edificações;
4. Eletroeletrônica;
5. Hospedagem;
6. Metalurgia;
7. Serviços Públicos.

Quanto ao Estágio curricular dos cursos técnicos, modalidade EAD, eles seguem as mesmas orientações curriculares dos cursos Técnicos Integrados e Subsequentes, no entanto, com relação a carga horária do estágio não há uma definição de mesma carga horária para todos os cursos. De acordo com informações apresentadas nos PPC, desses cursos, cada curso traz uma carga horária diferente. No caso dos cursos técnicos de Automação Industrial, Controle Ambiental e Metalurgia, o PPC não informa a carga horária definida para o estágio curricular supervisionado, como descrito no quadro a seguir:

Quadro 3 - Carga horária de estágio cursos EAD

Curso EAD	Carga horária do curso	Carga horária de estágio	Disciplina
Automação Industrial	1230	Não informado no PPC.	Não informado no PPC.
Controle Ambiental	960	Não informado no PPC.	Não informado no PPC.
Edificações	1200	360	Não obrigatório.
Eletroeletrônica	1.260	60	Não obrigatório.
Hospedagem	855	218	Não obrigatório.
Metalurgia	1305	Não informado no PPC.	Não obrigatório
Serviços Públicos	1200	320	Não obrigatório

Fonte: Elaboração própria, com base em informações apresentadas nos Projetos Pedagógicos dos cursos técnicos de Educação a Distância do IFMG, Ouro Preto.

O Projeto Pedagógico desses cursos informa que: o aluno poderá matricular-se na disciplina Orientação para Estágio e realizá-lo de acordo com o regulamento elaborado pela Diretoria de Extensão e Relações Empresarias (DERE), conforme

determinação legal, no entanto as Matrizes curriculares não apresentam essa disciplina.

3.5. Conclusão

No capítulo três apresentamos informações sobre o histórico da instituição pesquisada e a região onde está inserida. Trouxemos também informações sobre o seu funcionamento atual, bem como dos cursos Técnicos Integrados e Subsequentes que possui, dos cursos superiores de Licenciaturas, cursos de Tecnólogos, a Educação a Distância o Programa Pronatec e o de Pós-Graduação. Em seguida, descrevemos a DREC, onde está inserido o setor de estágio, objeto de estudo, desta pesquisa e suas principais características. Para fechar o capítulo foi feita uma breve explicação do funcionamento do estágio nos cursos superiores.

IIª PARTE - PARTE EMPÍRICA

CAPÍTULO IV ó ASPETOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

4.1. Introdução

A chave de um bom trabalho reside em dois aspetos fundamentais ó construção em redor de um argumento e na metodologia utilizada.

Neste capítulo, vamos apresentar a metodologia utilizada na nossa Investigação, os objectivos, a pergunta de partida e outros questionamentos que nos acompanharam no decorrer da mesma. Será, também, feita a caracterização do contexto.

4.2. Pergunta de Partida e Objetivos da Investigação

A pergunta de partida da nossa investigação é a seguinte:

Qual a importância do estágio curricular supervisionado na formação dos alunos do IFMG, campus Ouro Preto?

Procuraremos, ainda, responder aos seguintes questionamentos:

- Qual a probabilidade de o estágio ser uma importante ferramenta para inserção do aluno no mercado de trabalho?
- A instituição e o setor de estágio atendem as demandas necessárias ao encaminhamento e acompanhamento dos alunos para realização do estágio?
- A integração entre escola, aluno e empresas é ideal para desenvolvimento de todo as partes?

Com este estudo pretendemos contribuir para uma melhor compreensão da Importância do estágio curricular nos cursos Técnicos do IMG. Assim, definimos os objetivos ó Geral e Específicos.

Objetivo Geral:

Promover a melhoria dos processos relacionados aos encaminhamentos dos alunos para a realização do Estágio Curricular Supervisionado (ECS), dentro do departamento de estágio, a partir da elaboração de um projeto de intervenção organizacional, para o setor de estágio e consolidando o estágio como importante

instrumento de formação, com o complemento de estudos e qualificação profissional do estudante.

Objetivos Específicos:

- Analisar os procedimentos internos relativos ao ECS no contexto do IFMG ó Campus de Ouro Preto;
- Identificar os pontos fracos em relação aos procedimentos internos ao ECS, ao contexto do IFMG ó Campus de Ouro Preto;
- Definir e organizar novos procedimentos para melhorias dos pontos fracos levantados.

De acordo com Bolhão (2013) nem sempre os estágios acontecem nas melhores condições, pois, por vezes, há discordância entre vários intervenientes neste processo (instituição de ensino, empresa e aluno) quanto aos objetivos e benefícios do estágio o que resulta em experiências aquém das idealizadas pelos alunos que, assim, acabam criando representações negativas em relação aos estágios. Para Oliveira (2009), ao analisar o estágio em alguns países, observou-se que as instituições têm uma postura ausente do processo de estágio, assumindo apenas o papel mais burocrático como de assinatura de documentos.

4.3. Metodologia da Investigação

Dando início a mais uma etapa da investigação buscamos suporte teórico para definir o andamento metodológico do estudo científico definindo a escolha pelo tema, a busca dos objetivos e definição do problema. Ao completar as primeiras fases do processo, avançamos à etapa empírica da pesquisa, que acarretou na base para as reflexões que procuramos empreender para posteriormente analisar as implicações e contribuição prática do Estágio Curricular na formação discente.

Para este trabalho buscou-se a fundamentação nos conceitos de educação profissional, ensino médio, legislação específica do ECS e o ambiente escolar na qual esta pesquisa está inserida, por se tratar de temas relevantes para a discussão que se pretende desenvolver acerca do tema do estágio curricular.

Córdova (2009, p.31) define pesquisa como "a atividade nuclear da ciência. Ela possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar. A pesquisa é um processo permanentemente inacabado".

A pesquisa foi desenvolvida analisando o programa de ECS do IFMG-campus Ouro Preto, a partir de uma pesquisa social exploratória e qualitativa utilizando-se como método a pesquisa-ação.

Procuraremos na pesquisa de campo, com a aplicação de questionários analisar a vivência dos discentes que estão ou já fizeram o estágio curricular. Apesar de os resultados não serem representativos do caso geral, fornecem indícios a serem confirmados em pesquisas mais vastas. Estas técnicas aliadas à fundamentação teórico científica são elementos que endossam as respostas obtidas.

Um investigador não tem de aderir de forma rígida ao método qualitativo ou ao método quantitativo, pode combinar o emprego dos dois métodos, tal como defende Sousa e Batista (2011).

Na pesquisa quantitativa os resultados são quantificados. Descreve as características de uma situação. As informações são colhidas, normalmente, por meio de um questionário uniformizado. Os dados são apresentados em tabelas e/ou gráficos. Sendo que a utilização conjunta de pesquisa quantitativa e qualitativa permite recolher mais informações (Fonseca, 2002).

De acordo com Lima (2007), as pesquisas de caráter qualitativo partem da formulação de problemas que merecem ser investigados e que podem ser reformulados durante o processo investigatório. Elas têm como característica, o esforço na coleta de materiais em diversas fontes oriundas do ambiente natural, por meio do contato direto, intenso e prolongado entre o pesquisador e os atores sociais implicados. Procuram explorar recursos metodológicos que permitam fundamentar exercícios de descrição para fins de compreensão dos fenômenos investigados, segundo a perspectiva dos participantes da situação em estudo.

Segundo o mesmo autor (2007, p.36) "o uso combinado de diferentes fontes de informação, característico da abordagem metodológica qualitativa, tende a compensar a

falta de representatividade estatística pelo aprofundamento intensivo e contextualizado da investigação que a abordagem permite. Para Demo (2002), tais abordagens qualitativas partem do pressuposto que a realidade é complexa e não linear. O que equivale a afirmar que as investigações realizadas de acordo com seus postulados não se prestam a investigar os fenômenos sociais e humanos nos limites das abordagens monodisciplinares.

A pesquisa bibliográfica se dá a partir da procura em diferentes livros, periódicos, referenciais conceituais e teóricos consistentes que possam significar como elementos capazes de reforçar os esquemas interpretativos, explicativos e analíticos do pesquisador (Lima & Olivo, 2007).

A pesquisa documental faz parte de uma série de operações que tem como objetivo o estudo e a análise de um ou vários documentos, a fim de descobrir as circunstâncias sociais, econômicas, políticas e culturais com as quais podem estar relacionados.

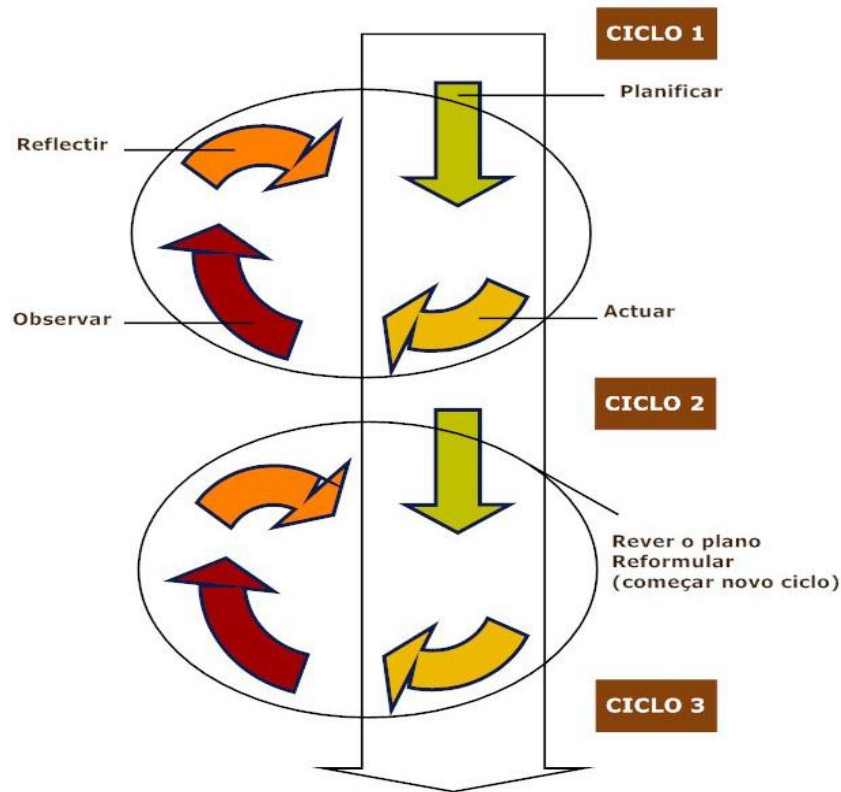
Na análise documental busca-se a identificação de informações factuais nos documentos a partir de questões de interesse, apontando como vantagens da análise e constituindo-se de uma fonte estável, rica e de baixo custo que complementam as informações. É considerada importante fonte de materiais qualitativos, uma vez que pode contribuir para completar, ampliar, aprofundar ou ilustrar a compreensão do que está sendo investigado à medida que corresponde a uma fonte suplementar de informação e evidências do que é afirmado (Godoy, 1995, *cit.in* Lima & Olivo, 2007, p. 48).

O método de pesquisa escolhido foi a Investigação-Ação (IA), considerando que presume a investigação em diferentes fontes de informação, utilizando o potencial das pesquisas bibliográfica e documental e, particularmente, da pesquisa de campo - articula o exercício da pesquisa à ação sobre a realidade, objeto da investigação. O pesquisador e os personagens sociais envolvidos no processo são corresponsáveis pelas etapas que caracterizam a pesquisa, com o objetivo de interpretar e explicar alguns pontos da realidade para que seja possível intervir sobre ela na direção desejada.

[...] aplicado ao estudo das organizações o método de pesquisa-ação contribui para processos contínuos de aprendizagem e de mudança organizacional. A aprendizagem organizacional decorre da participação ativa dos pesquisadores e dos colaboradores na condução do processo de investigação, razão pela qual a utilização do referido método não pode ser feita à revelia dos participantes (Thiollent, 1997; 2000, *cit.in* Lima & Olivo, 2007, p. 41).

Para Coutinho et al. (2009) a IA não é uma metodologia de investigação sobre educação mas uma forma de investigar para a educação. Apresentamos na Figura 1 os momentos da Investigação-Ação, segundo Kemmis (*cit.in* Coutinho et al. 2009).

Figura 4 - Os momentos da Investigação-Ação, segundo Kemmis.



Os resultados alcançados, com o auxílio desse método representam importante suporte no processo decisivo, na medida em que permite tomar decisões com menor margem de erro e com maior margem de aceitabilidade.

Partindo dos pressupostos que regem o método de pesquisa-ação, procurou-se reunir o maior número possível de documentos pertinentes, uma vez que os conteúdos de tais documentos retratam os aspectos que estão sendo investigados a partir do ponto de vista de quem vive o cotidiano do tema investigado, ainda que o acesso às informações documentais possa ter limites (*op.cit*).

4.4. Instrumentos da recolha de dados

Para a recolha de dados, poderíamos ter optado pelo inquérito por entrevista ou por questionário. Quivy e Campenhoudt (2008) defendem que para cada Investigação se devem escolher de acordo com os objetivos próprios, com o modelo de análise e também com o número de pessoas a inquirir.

Conhecendo as vantagens e desvantagens dos dois, optámos pelo questionário, dado o número de pessoas a inquirir. Segundo Alves (2012, p.51) ãum questionário bem estruturado é um suporte metodológico válido para a avaliação de intuições e atividadesõ.

No sentido de obter mais amplas informações o nosso questionário apresenta perguntas fechadas e abertas.

A análise dos resultados obtidos e a correspondente apresentação gráfica, serão feitos através do *Software Microsoft Excel*, uma vez que se trata de uma ferramenta eficaz para o tratamento dos dados, permitindo uma boa análise estatística dos mesmos.

4.5. População - Amostra

Quivy e Campenhoudt (2008), definem por população a totalidade de elementos ou de unidades constitutivas do conjunto considerado por população (tanto um conjunto de pessoas como de organizações ou de objectos de qualquer natureza). Como, muitas vezes, é difícil a análise do todo, o mesmo divide-se em amostras. Segundo os mesmos autores, a amostra é um subconjunto dos indivíduos pretencentes a uma população cuja informação recolhida é, posteriormente, generalizada a toda a polulação, devendo essa amostra ser representativa do universo. De forma resumida, podemos dizer que amostra é um conjunto de dados ou observações recolhidas de um subconjunto da população.

A população total era de 30 alunos que estavam realizando estágio, no momento desta pesquisa, ou que terminaram há pouco tempo. Não foi realizada escolha de gênero, participando tanto estagiários do gênero masculino como feminino.

Compareceram como respondentes dos questionários 20 alunos, dos 30 que foram convidados.

Os estágios estão, ou foram realizados em empresas, na própria região, no entorno do IFMG. Apesar de ser um número pequeno de participantes acreditamos possível alcançar as respostas desejadas, pois, como afirma Duarte (2010, p.68), ãos estudos qualitativos, são preferíveis poucas fontes, mas de qualidade, a muitas, sem relevo. Conforme explica Rosário (2006, p.47) ãé comum que se queira examinar sempre mais elementos do que o tempo hábil possibilita, e que o problema e os objetivos de pesquisa é que são os norteadores da constituição do corpus.

4.6 Caracterização do Contexto

Trata-se de uma instituição publica federal, de ensino médio e técnico que atua na região central do estado de Minas Gerais, há mais de 70 anos, formando profissionais para as indústrias fortemente inseridas no cenário produtivo industrial do país. Os alunos que buscam os cursos da instituição são oriundos da cidade e região do entorno de Ouro Preto, cidades vizinhas e demais regiões do estado. Eles se matriculam nos diferentes cursos oferecidos pela instituição (Administração, Automação Industrial, Edificações, Metalurgia, Mineração, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente).

Para contextualizar melhor o ambiente pesquisado, a seguir apresentamos algumas fotos da cidade de Ouro Preto e do IFMG.

Figura 5 Vista da cidade de Ouro Preto, Patrimônio da Humanidade.



Fonte: Jornal Gazeta do Povo

Figura 6 - Centro histórico de Ouro Preto, a Praça Tiradentes com o Museu da Inconfidência ao fundo.



Fonte: Jornal Gazeta do Povo

Figura 7 - Vista aérea do IFMG, campus
Ouro Preto.



Fonte: <http://pic.twitter.com/h5dtpw8aai>

Figura 8 - Prédio da administração do
IFMG, campus Ouro Preto.



Foto: **Luiz Lopes**

Figura 9 - Prédio da Diretoria de Ensino e Pedagogia do IFMG, campus Ouro Preto.



Foto: **Luiz Lopes**

4.7. Princípios Éticos

Na nossa investigação respeitaram-se princípios éticos fundamentais, tais como:

- respeito pelos *timing* dos participantes;
- solicitaram-se as autorizações específicas;
- não foram feitos juízos de valor;
- foi mantido o anonimato dos correspondentes;
- a pesquisa baseou-se na honestidade intelectual, no rigor e na procura da verdade.

4.8. Conclusão

Tendo presentes as palavras de Barañano (2008, p.22) o método científico é uma orientação que facilita ao investigador o planeamento da sua investigação, a formulação de hipóteses, a realização de experiências e a interpretação dos seus resultados, dedicamos este capítulo aos aspetos metodológicos utilizados na nossa investigação, tendo presente a crescente valorização académica destes aspetos, pela evidencia da sua mais valia enquanto meio para atingir os mais nobres fins do conhecimento qualitativo e quantitativo do objeto de estudo.

CAPÍTULO V 6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1. Introdução

Podemos observar que nos últimos anos, profundas modificações têm ocorrido no mundo do trabalho e nas relações sociais, onde a globalização da economia e a reestruturação produtiva determinam um novo projeto educativo para os trabalhadores trazendo com isso, novos desafios para a educação e em especial para a educação técnica profissional. Se antes o modelo taylorismo/fordismo exigia um processo produtivo fragmentado, com grande número de trabalhadores distribuídos em um processo de trabalho de bases rígidas, agora vão sendo substituídos por uma base flexível onde a microeletrônica que interliga o mundo da produção passa a ser domínio do trabalhador. Para isso é necessário que as instituições de ensino saibam quais são as reais necessidades, adequando e reformulando os projetos pedagógicos dos cursos a fim de atender a um novo perfil para o futuro trabalhador diante das novas perspectivas exigidas pelo mercado de trabalho.

Neste capítulo vamos apresentar e analisar os dados obtidos pelo questionário e fazer um projeto, no sentido de otimizar o estágio curricular nos cursos técnicos do IFMG.

5.2. Apresentação dos resultados

O tema do estágio curricular despertou a atenção dos alunos, o que fez com que eles se sentissem à vontade durante a aplicação do questionário, fazendo com que emitissem suas opiniões a respeito. A comunicação direta com os alunos foi muito importante para o avanço da pesquisa.

Como referido no ponto anterior os aspectos metodológicos foram utilizados um inquérito por questionário com perguntas fechadas e abertas.

Todos os questionários foram aplicados pessoalmente, na DREC, o que demandou turnos diferentes em dias diferentes para este fim, procurando a pesquisadora adequar-se aos horários disponíveis dos participantes.

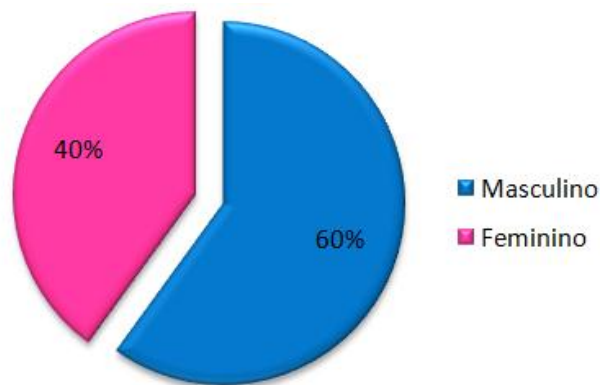
De forma completa a DREC, departamento responsável pelo estágio no campus pesquisado, contribuiu de forma efetiva com a autorização na liberação e análise de documentos e a aplicação dos questionários.

Seguidamente, apresentamos a informação recolhida pela aplicação do questionário..

I - Caracterização da Amostra

Dos 20 inquiridos, 12 são do género masculino e 08 feminino, o que corresponde a 60% e a 40%, respetivamente (gráfico 1) com idades que variam entre os 19 e os 28 anos.

Gráfico 1 - Género

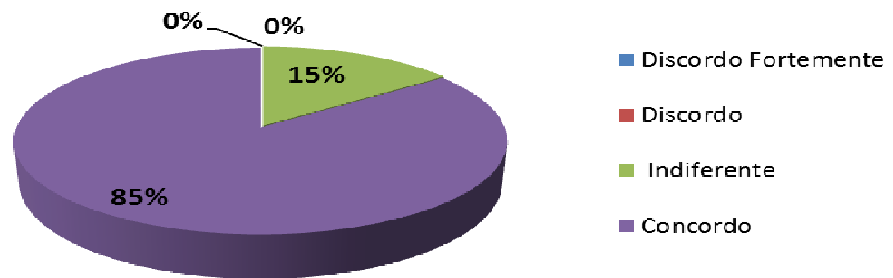


Fonte: Elaboração própria.

II ó Avaliação do estágio e grau de satisfação

Na primeira pergunta destacamos a ãAvaliação do Estágioö, nesta, 17 respondentes concordam que o estágio proporciona o aprendizado das competências propostas da atividade profissional, sendo que 03 disseram estar indiferentes, conforme pode ser verificado no gráfico 2. Não se registraram respostas na possibilidade discordo e discordo fortemente.

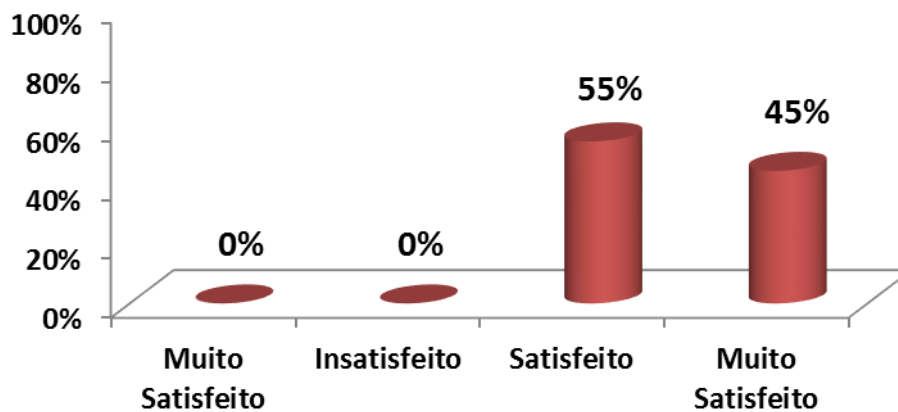
Gráfico 2 - Avaliação - O Estágio proporciona o aprendizado de competências propostas de atividade profissional?



Fonte: Elaboração própria.

Sobre o grau de satisfação do estágio em relação às orientações e/ou informações fornecidas pelos servidores da DREC, 11 disseram estar satisfeitos e 9 muito satisfeitos, assim como ao atendimento dado pelo setor, o que corresponde a 55% e a 45% respectivamente. As opções muito insatisfeito e insatisfeito não registraram nenhuma escolha.

Gráfico 3 - da DREC, em relação ao Estágio.



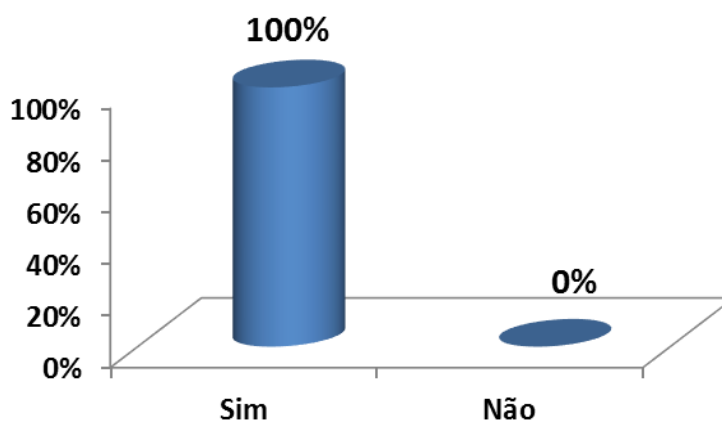
Fonte: Elaboração própria.

Mesmo não sendo responsabilidade da IFMG, metade dos inquiridos disseram que receberam encaminhamento, por parte da instituição para encontrar uma empresa para realizar o estágio. E outros 13, disseram ter sido difícil encontrar um estágio.

Para ampliar as oportunidades de estágio, uma das ações mais citadas foi a melhor divulgação das vagas, a busca por parceiros, citando exemplo de empresas, para uma futura colocação dos estagiários no mercado de trabalho. Com isso, havendo uma maior aproximação/integração entre aluno, instituição de ensino e empresas.

De acordo com o gráfico 4 todos consideram a realização do estágio importante para conseguir um emprego, na justificativa de que o mercado de trabalho dificilmente aceita pessoas sem experiência. Um dos pontos levantados pelos respondentes é de que durante a realização do estágio, além de vivenciar processos e ser um primeiro passo para ingressar no mercado profissional, o estudante tem a oportunidade de conhecer pessoas e começar sua rede de networking. Eles consideram ainda que o estágio amplia os conhecimentos, tornando o aprendizado mais completo e sendo mais fácil entender as teorias quando colocadas em prática.

Gráfico 4 - Você considera a realização do estágio importante para conseguir um emprego?

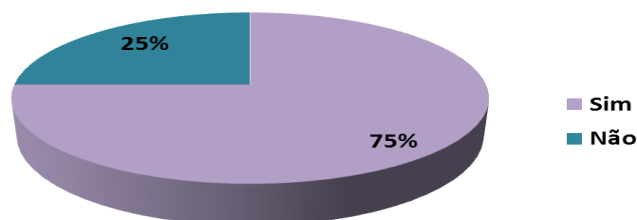


Fonte: Elaboração própria.

III ó Sobre o curso/estágio realizado

Na análise dos questionários verificamos que 15 dos respondentes (75%), confirmaram que o estágio possibilitou a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos no curso. Eles justificaram que as atividades de estágio ajudaram a entender melhor o que foi estudado, possibilitando aprimorá-las através das práticas, e da vivência dos processos da área de estudo, trazendo um melhor entendimento de todo o conteúdo.

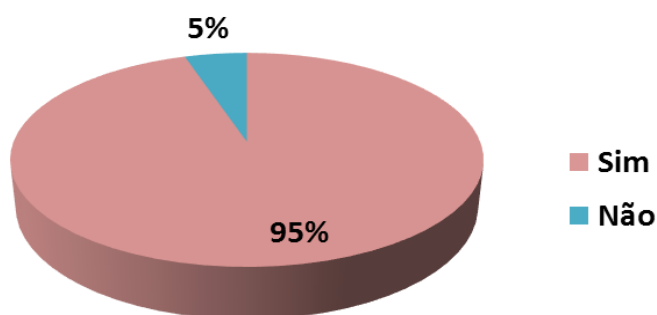
Gráfico 5 - O estágio possibilitou aplicação prática dos conhecimentos adquiridos no curso?



Fonte: Elaboração própria.

Dezanove (95%), dos vinte inquiridos disseram que o estágio permitiu conhecer a organização da Empresa/Instituição, transmitindo experiências úteis para o seu futuro profissional. Dezoito entrevistados, o que corresponde a 90%, confirmaram que o mesmo atendeu suas expectativas com relação aos objetivos da sua atuação profissional. Um dos entrevistados, inclusive, afirmou que através do estágio conseguiu o emprego atual, e outro, que todo conhecimento que usa atualmente no trabalho, foi adquirido no estágio.

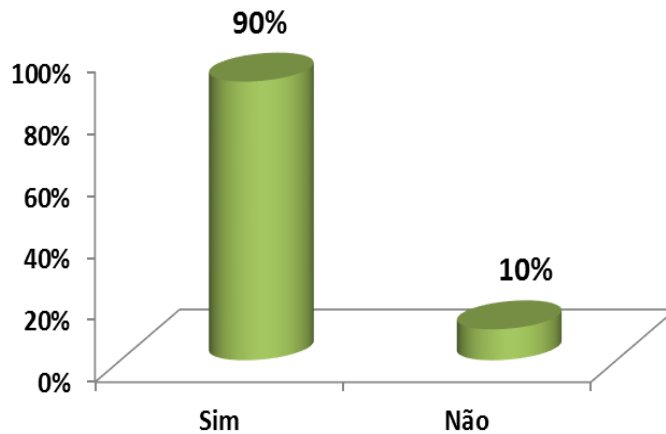
Gráfico 6 - O estágio permitiu conhecer a organização da Empresa/Instituição, transmitindo experiências úteis para o seu futuro profissional?



Fonte: Elaboração própria.

Em relação à pergunta realizada sobre se o estágio atendeu suas expectativas com relação aos objetivos da sua atuação profissional, 18 responderam que sim, justificando que permitiu ampliar e aprimorar os conhecimentos na área de atuação, além de dar a oportunidade de aprender atividades que serão úteis para o futuro na profissão.

Gráfico 7 - O estágio atendeu suas expectativas com relação aos objetivos da sua atuação profissional?

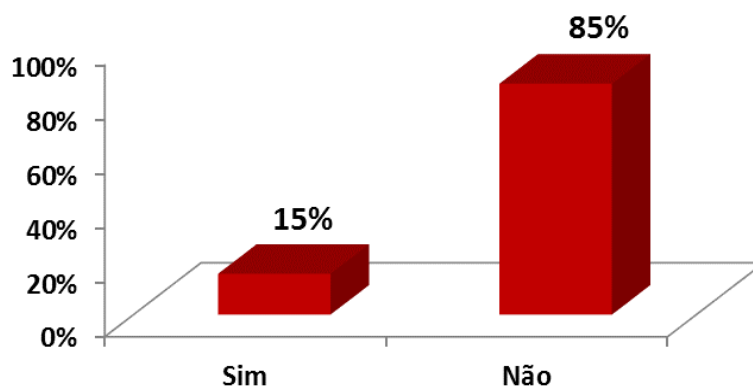


Fonte: Elaboração própria.

IV 6 Outras questões

Os estagiários do IFMG precisam apresentar ao concluir o processo, um relatório final. Perguntamos se eles conheciam os critérios utilizados para avaliação, o que nos surpreendeu foi que 17 deles (85%) não conheciam os métodos de avaliação (gráfico 8).

Gráfico 8 - Com a relação à correção do seu relatório, você teve acesso aos critérios que foram usados para avaliá-lo?



Fonte: Elaboração própria.

Todos os inquiridos disseram ser importante ter critérios claros para a avaliação do Relatório Final, demonstrando, dessa forma, pouco interesse e até desatenção neste ponto importante no encerramento desta etapa.

5.3. Discussão dos Resultados

Ao analisarmos os resultados dos questionários podemos concluir que no meio acadêmico o aluno se depara com a teoria, sendo difícil relacioná-la, muitas vezes, com a prática se não experienciar momentos reais, onde vai ser preciso analisar e pensar o cotidiano. O estágio, conforme constatamos através do resultado dos questionários, vai proporcionar ao estagiário uma oportunidade para perceber se a sua escolha profissional foi acertada correspondendo com sua aptidão técnica, conforme corrobora Bianchi et al. (2005). Mafuani (2011) considera que a experiência do estágio é fundamental para o aluno, tendo em vista que, cada vez mais, o mercado de trabalho exige profissionais bem preparados.

Percebemos que muito além de ser um instrumento para cumprir exigências acadêmicas, o estágio supervisionado é uma oportunidade não só de crescimento profissional, mas também de crescimento pessoal. Filho (2010) complementa que o mesmo integra universidade, escola e comunidade.

Para Buriolla (2001, p.13)

O estágio é o lócus onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativamente e sistematicamente. Pensando por este viés, podemos evidenciar o estágio como uma estratégia reflexiva da formação profissional, vindo a complementar o conhecimento teórico construído pelo ensino/ aprendizagem, dando ênfase à prática.

Os próprios estagiários reconhecem que a formação acadêmica não pode se resumir na aquisição do conhecimento, não apenas teórico e nem apenas prático, mas de ambos, para que seja proporcionada a criação de seus próprios conceitos e definições a respeito de seu futuro profissional.

De acordo com os dados apresentados, verificamos os respondentes concordam que o estágio proporciona o aprendizado das competências exigidas para a atividade profissional. Responderam também estarem satisfeitos em relação às orientações e

informações recebidas no setor da Instituição responsável pelo estágio; no entanto, concordam ser importante o aumento no número de empresas conveniadas, a fim de proporcionar a ampliação no número e vagas de estágio oferecidas. Consideram também interessante uma melhor divulgação das vagas de estágio disponíveis.

Para os respondentes, a realização do estágio é um importante instrumento para conseguir uma futura colocação no mercado de trabalho, pois através do estágio é possível a integração entre a teoria e a prática além de criar a oportunidade para aumentar conhecimentos, conhecer pessoas e ampliar sua rede de contatos. A realização do estágio atendeu as expectativas profissionais fazendo com que adquirissem uma bagagem de experiências para a futura profissão.

Com relação ao acompanhamento do relatório final, que precisam apresentar ao concluir o estágio, os inqueridos disseram não conhecerem os critérios de avaliação e receberem pouco ou nenhum acompanhamento durante a realização do estágio e ou elaboração do relatório final, Acreditam ser importante conhecer tais critérios e receberem melhor acompanhamentos durante a realização do estágio. Concordamos com esta visão dos estagiários, pois o relatório deve espelhar o que efetivamente aconteceu no estágio, para isso devem conhecer os aspectos a mencionar e a estrutura que devem ter.

No relatório devem sobressair os aspectos/trabalhos desenvolvidos pelo estagiário durante um determinado período. Por isso, pequenos detalhes não podem ser esquecidos o relatório de estágio devem funcionar como uma espécie de *diário de bordo*.

5.4. Conclusão dos resultados

Ao analisarmos os resultados dos questionários percebemos que o estágio supervisionado é uma oportunidade de crescimento profissional e de crescimento pessoal para os estagiários, pois a formação acadêmica não pode se resumir na aquisição do conhecimento, mas deve incluir também a prática.

Face aos resultados obtidos na nossa Investigação, e porque consideramos o estágio fundamental para os jovens, delineamos um projeto com o qual pretendemos obter melhorias no atendimento do estagiário.

5.5. Projeto de Intervenção: Implementação de melhorias no atendimento do estagiário

5.4.1. Justificação do Projeto

A proposta de implementação do Projeto de Intervenção no setor de estágio surgiu a partir da necessidade de buscar melhorias para o atendimento dos alunos que optam por realizar o estágio curricular no IFMG, Ouro Preto. Como servidora do IFMG desde o ano de 2009, no cargo de Técnica em Assuntos Educacionais e trabalhando desde 2012, diretamente na DREC na área de encaminhamento para os Estágios, fez com que construíssemos um conhecimento muito próximo do assunto e também uma visão acerca dos problemas que se apresentam como entraves, para o bom funcionamento do setor e que conseqüentemente, dificultam o trabalho diário em relação aos procedimentos relacionados ao estágio.

Objetivo geral:

Elaborar um projeto de intervenção organizacional, no setor de estágio, para implantação de medidas que visem promover a melhoria dos processos relacionados ao encaminhamento para a realização do estágio curricular supervisionado.

Objetivos específicos:

- Analisar os procedimentos internos relativos ao ECS n o contexto do IFMG ó Campus de Ouro Preto;
- Identificar os pontos fracos em relação aos procedimentos internos ao ECS o contexto do IFMG ó Campus de Ouro Preto;
- Definir e organizar novos procedimentos para melhorias dos pontos fracos levantados.

Estamos a considerar uma Diretoria escolar em particular, mas outros setores também poderão adotar, como modelo, as orientações do plano de trabalho desenvolvido para esse setor, observando-se, no entanto, cada caso em particular, com os seus problemas e para os quais são precisas soluções num enquadramento específico respeitando as suas características próprias.

Para implantação e desenvolvimento deste projeto utilizaremos as ferramentas usadas em um Planejamento Participativo, onde teremos a participação de todas as pessoas que fazem parte do setor e que trabalham diretamente no atendimento dos alunos com relação ao estágio. Pretendeu-se no presente trabalho conciliar a investigação bibliográfica com a práxis desenvolvida no setor.

Para alcançarmos os objetivos desejados, utilizaremos as ferramentas usadas no desenvolvimento do Planejamento Participativo e Estratégico, por acreditarmos ser o recurso ideal para situação desejada. Para Fonseca (2003), o planejamento é um processo de tomada de decisões e de comunicação dos objetivos que se devem atingir no futuro, visando transformar uma dada realidade, de uma maneira mais ou menos controlada. Participativo por ser baseado em princípios democráticos, onde é fundamental a participação de todos os membros do setor de trabalho nos processos decisórios, aqui no caso a DREC, e o setor de estágio.

A escolha pelo desenvolvimento de um Planejamento Participativo se dá a partir da opção da tomada coletiva de decisões, pois não só a democracia das decisões, mas o estabelecimento de prioridade entre os envolvidos apontarão os caminhos que deverão ser seguidos. Verifica-se que em diversos ambientes tornou-se necessário o estabelecimento de relações democráticas em todos os níveis sociais, sobretudo na escola. Como todas as pessoas envolvidas estão diretamente inteiradas à realidade da escola acreditamos ser um ponto positivo para diagnosticar os problemas e apontar as soluções necessárias.

Assim, acreditamos ser possível a elaboração de um planejamento caracterizado por ações coletivas a partir de práticas democráticas, distribuição de tarefas e tomadas decisões de forma que os participantes busquem o comprometimento e a busca pelo consenso. Estratégico no sentido de utilizar os de tais recursos do planejamento como instrumento orientado na elaboração e no desenvolvimento de um conjunto de tarefas de forma organizada e disciplinada a fim a se alcançar objetivos que levarão o setor a um futuro melhor. Planejar estrategicamente significa compatibilizar as oportunidades oferecidas pelo ambiente externo às condições internas, favoráveis ou não, de modo a satisfazer seus objetivos futuros, (Sebrae, 2003, p.1). Assim acreditamos ser possível

responder a três principais questões:

1. *Onde estamos?*
2. *Para onde queremos ir?*
3. *Como chegar lá?*

Através da elaboração de um planejamento caracterizado por ações coletivas, a partir de práticas democráticas, distribuição de tarefas e tomadas decisões de forma que os participantes busquem o comprometimento e a busca pelo consenso.

5.4.2. Etapas seguidas

Foram realizadas onze reuniões, no sentido de se definir o **Plano de Ação**. O quadro que a seguir apresentamos, mostra-nos as datas das reuniões e o assunto tratado em cada uma delas.

Quadro 4 - Cronograma das reuniões

Data	Assunto Abordado
03/08/2016	Apresentação do Projeto.
10/08/2016	Realização do diagnóstico do ambiente interno e externo.
17/08/2016	Definição das forças, oportunidades, fraquezas e ameaças da organização.
24/08/2016	Definição os objetivos a serem alcançados.
31/08/2016	Definição das Diretrizes estratégicas, como o Escopo, a Missão e Visão.
14/09/2016	Definição dos Princípios e Valores da Instituição.
21/09/2016	Levantamento das estratégias para que os objetivos sejam alcançados.
28/09/2016	Segundo encontro para definir as estratégias para que os objetivos sejam alcançados.
05/09/2016	Elaboração do Plano de Ação.
19/10/2016	Elaboração do Plano de Ação.
26/10/2016	Divisão das equipes para implantação das ações apresentadas no plano de ação

Fonte: Elaboração Própria.

Procurámos que todas as reuniões fossem eficazes e eficientes assim todos os envolvidos se empenharam e participaram de forma assertiva nas mesmas.

5.4.3. Definição Forças e Fraquezas

Para dar início a realização do diagnóstico do ambiente interno e externo do setor, mais uma vez o grupo se reuniu. Utilizou-se como recurso, a matriz *SWOT*, que segundo Lobato (2009), quer dizer: *SWOT* (*strenghts, weakness, opportunities and theats*), que pode ser traduzido para o português como: forças, oportunidades, fraquezas e ameaças da organização.

Para tanto, foi necessário identificar as forças e fraquezas da organização que segundo Lobato, et al. (2009, p.100) ãA força, ou ponto forte, é uma característica interna da organização que facilita o exercício de sua missão e o alcance de seus objetivos. A fraqueza, ou ponto fraco, é uma deficiência interna, capaz de prejudicar o exercício da missão e o alcance dos objetivos da organizaçãoö. As oportunidades e ameaças indicam o que deve ser feito, as força e fraquezas indicam o que pode ser feito.

Quadro 5 - Diagnóstico *SWOT*: (Forças, Fraquezas, oportunidades e Ameaças que foram definidos

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none">É Conceituada Instituição há mais de 70 anosÉ Grande número de cursos técnicosÉ Grande procura de matrículasÉ Qualidade no ensino	<ul style="list-style-type: none">É Falta de informaçõesÉ Informações diferentesÉ Problemas operacionais internosÉ Falta de acesso a recursos tecnológicosÉ Falta de capacitação de servidores
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">É Maior agilidade nos serviços oferecidosÉ Informações padronizadas	<ul style="list-style-type: none">É Crescimento de escolas técnicas na regiãoÉ Evasão de alunos

Fonte: Elaboração Própria com base em Lobato. et al (2009).

5.4.4. Análise do Ambiente Interno e Externo

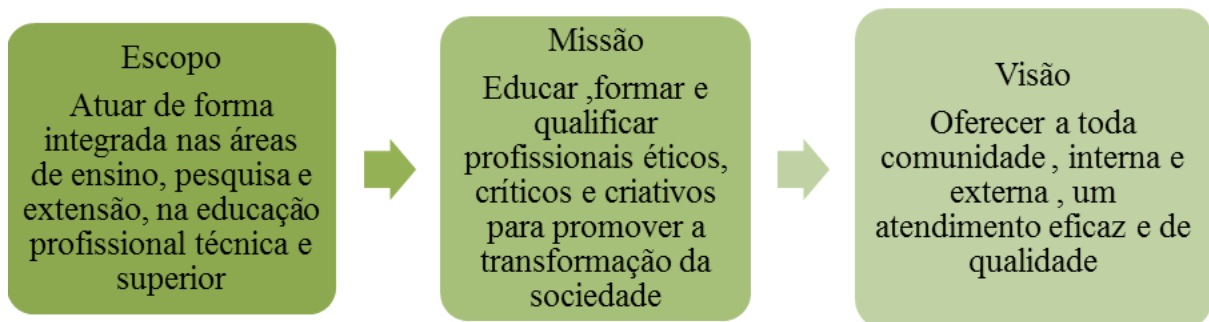
Depois de reunido o grupo de servidores do setor e apresentada, pela equipe gestora, a proposta para o desenvolvimento do Plano de Ações Participativo.

Em outro momento o grupo realizou a análise do ambiente interno e externo, onde foram levantados os pontos fortes e foram também identificadas as limitações a serem corrigidas, as fragilidades existentes, as suas causas e consequências. Posteriormente, foram definidos os objetivos a serem alcançados.

5.4.5. Levantamento das diretrizes estratégicas da organização:

Em um segundo momento, o grupo foi novamente reunido e a partir das definições anteriores referentes às forças e fraquezas foram discutidas as diretrizes estratégicas, como o Escopo, a Missão, Visão e os princípios e os valores, da Instituição, como registrado nas figuras abaixo.

Figura 10 - Escopo, Missão e Visão criados pelos servidores da DREC com referência a própria DREC e ao IFMG.



Fonte: Elaboração própria

Figura 11 - Princípios e Valores



Fonte: Elaboração própria

5.4.6. Estratégias

Com base nos pontos levantados, com relação às respostas apresentadas pelos estagiários que responderam aos questionários aplicados e também a partir da participação observante do pesquisador, concluímos ser oportuno o desenvolvimento de um projeto de Intervenção com o objetivo de buscar soluções e dar respostas aos problemas apresentados. Segundo Thiollent (2005) o Projeto-intervenção, fundamenta-se nos pressupostos da pesquisa-ação. Tem como base a ideia de uma relação dialética entre pesquisa e ação, supondo ainda que a pesquisa deve ter como função a transformação da realidade.

Apresentamos os pontos que foram levantados como fragilidades e que precisam ser melhorados ou implementados e a explicação de cada um. Como ferramenta para organizar estes pontos que foram abordados usaremos como auxílio o plano de ação para colocá-los em prática.

A seguir descrevemos as estratégias elaboradas e em seguida definimos uma breve explicação e o objetivo de cada uma delas.

- 1. Elaborar um guia de estágio.*
- 2. Implantar a disciplina de estágio.*

3. *Orientar e Acompanhar o Estágio.*
4. *Ofertar treinamento e oficinas.*
5. *Criar a banca avaliadora para relatórios de estágio.*
6. *Melhorar a Comunicação do Setor.*
7. *Criar novos convênios de estágio.*

5.4.6.1. Guia de estágio

Esse guia tem como objetivo orientar os alunos sobre as normas, regras e os encaminhamentos referentes ao estágio, para os cursos técnicos, de forma a promover e facilitar a realização do estágio curricular. No guia está descrito as condições necessárias para a realização do estágio e informações como a legislação vigente, conceitos e objetivos do estágio curricular, atribuições das empresas, escola e dos estagiários, sugestões para comportamento antes durante e após entrevistas e dinâmicas de grupo, orientações para elaborar currículos, descrição dos principais documentos para o estágio (Termo de Compromisso e Plano de Atividades). Orientações sobre como elaborar o relatório de estágio;

5.4.6.2. Disciplina de estágio

Devido ao caráter dos Cursos técnicos, que são realizados em período integral, isso inviabiliza a realização do estágio durante a realização dos cursos, o que vai contra o item I do artigo 3º da Lei 11.788, que informa que para realizar o estágio o interessado deve ter matrícula e frequência regular no curso.

A disciplina de orientação para estágio atenderá ao aluno que tiver concluído as disciplinas obrigatórias do seu curso. Para isso, ele deverá solicitar matrícula na disciplina Orientação para Estágio I no período letivo, imediatamente posterior à conclusão de todas as suas disciplinas obrigatórias. Após término da Disciplina de Estágio I, em caso de renovação do estágio o aluno poderá se matricular na Disciplina Orientação de Estágio II. As disciplinas de Orientação para Estágio I e II serão ofertadas por meio de estratégias de Educação a Distância, utilizando-se de ambiente virtual, - plataforma *Moodle*.

Essa etapa do Projeto já está em implantação onde tal proposta já foi

encaminhada e aprovada pelo Conselho Acadêmico, através da publicação da Resolução n. 003 de 14 de abril de 2016. Já foram também elaboradas as ementas para as disciplinas de estágio 1 e 2 (Anexo H).

5.4.6.3. Estágio: Orientar e Acompanhamento

A partir da análise da criação da Disciplina de Orientação de estágio também será possível definir de forma efetiva quem será o professor-orientador do estágio, em cada curso. Atualmente, quem assina o termo de compromisso é o coordenador do curso e não há nenhuma orientação efetiva por parte de um professor-orientador. Na realidade, na instituição, nenhum dos cursos técnicos possui a definição do professor-orientador que faz o acompanhamento do aluno durante a realização do estágio.

Na instituição pesquisada o estágio supervisionado nunca foi supervisionado, por várias razões, entre elas: limitações de ordem financeira, de recursos humanos e administrativos (transporte, diárias e hospedagem). Nunca se dedicam recursos para isto, os professores da área técnica se envolvem pouco com estágio. Este é um dos problemas mais relatados na literatura, para Ryan et al. (2000); pois, é comum acontecer nos estágios curriculares a supervisão e acompanhamento inadequados, insuficientes e, às vezes, até mesmo inexistentes por parte das instituições de ensino.

De acordo com Oliveira (2009), observa-se que esta é uma das representações negativa muito comum, apontadas pelos estudantes, que frequentam estágios curriculares. Segundo a autora, na maioria das vezes, as instituições de ensino têm uma postura ausente do processo de estágio, assumindo apenas um papel mais burocrático de assinatura de documentos de estágio e avaliação dos relatórios de estágio, o que faz com que não consigam verificar se realmente o estágio que os alunos realizam é adequado ao curso que frequentam, o que pode contribuir para estágios pobres em conteúdo que não acrescentam uma aprendizagem efetiva para o aluno. Elaboração junto às coordenações dos cursos e Diretoria de Ensino, de critérios de Avaliação claros para correção dos relatórios de estágio; Treinamento de todos os servidores da DREC, que fazem o atendimento dos interessados na realização do estágio, para que todos possam dar as mesmas orientações, pois no dia a dia há um desencontro ou falta de informações.

5.4.6.4. Treinamento e oficinas

A partir de parceria com as instituições especializadas que realizam a seleção, entrevistas e dinâmicas para seleção para estágio e empregos, os chamados Agentes de Integração: pessoas especializadas em realização de dinâmicas de grupo, por consultores de RH.

Essa parceria terá como foco a realização de treinamentos com orientações de como organizar um Currículo, como se comportar em uma entrevista de estágio e ou emprego; como proceder em dinâmicas de grupo e etc.;

5.4.6.5. Banca avaliadora do estágio

Consideramos muito importante criar uma Banca Avaliadora do Estágio, que será constituída por nomeação da diretoria de Ensino com um representante, pedagógico, um representante da DREC e um representante docente, que deverá ser o professor orientador da Disciplina de Estágio ou o coordenador do curso.

Todo o processo de estágio realizado pelo discente será avaliado em três etapas: por um representante da empresa que, no caso será o supervisor do estágio, avaliação da parte estrutural do relatório e parte técnica e pela apresentação oral perante a banca de defesa. As etapas serão avaliadas de acordo com critérios de avaliação que serão definidos, posteriormente. Consideramos importante os seguintes pesos na avaliação:

I ó avaliação pela empresa, feita pelo supervisor de estágio designado para acompanhar o discente, correspondendo a 30 % (trinta por cento) da pontuação total.

II ó avaliação do conteúdo e estrutura do relatório final de estágio, feita por bancas nomeadas pela Diretoria de Ensino, correspondendo a 20 % (vinte por cento) da pontuação total.

III ó avaliação da apresentação oral e defesa do estágio perante banca, e corresponderá a 50 % (cinquenta por cento) da pontuação total atribuída ao estágio. Ao final será considerado aprovado no estágio o aluno que comprovar o

cumprimento total da carga horária exigida no projeto pedagógico do curso e, cumulativamente, sua nota final for igual ou superior a 60 % (sessenta por cento) da pontuação total atribuída ao estágio.

5.4.6.6. Melhorar a Comunicação do Setor

Sabemos que a comunicação, tanto interna quanto externa, é de grande importância, para qualquer organização, seja pública ou privada, pois garante qualidade e eficiência nos processos organizacionais. Por se tratar de um setor que está inserido dentro de uma Diretoria, o atendimento não fica restrito só ao responsável pelo estágio todas as pessoas que trabalham na DREC também fazem o atendimento, principalmente no período noturno quando acontece a troca de servidores. Com isso as informações acabam sendo repassadas com uma linguagem diferenciada e sem consenso e não baseados em informações oficiais, como a lei de estágio, Portarias Internas, e ou manuais de estágio. Para Studt (2013), a comunicação é imprescindível para qualquer organização social, onde o sistema organizacional se viabiliza graças ao sistema de comunicação nele existente, que permite sua realimentação e sua vital sobrevivência frente aos desafios e obstáculos cotidianos.

Outras fontes de informação estão vinculadas a publicação sobre vagas de estágios no site, nas paredes dos prédios das salas de aula e no Mural na recepção da DREC. O que se propõe é um treinamento com todos os servidores que fazem o atendimento, realizando um alinhamento com base nos documentos oficiais, das informações que devem ser repassadas e também a melhoria dos locais para publicação das vagas, como a criação de murais específicos. Outra opção também pode ser a publicação das vagas em redes sociais.

5.4.6.7. Novos convênios de estágio

Considerando a atual situação econômica do País e também ao acidente ambiental acontecido em novembro de 2015²², no entorno, da região onde o IFMG está inserido é possível observar uma considerável redução na oferta de estágios e

²² O rompimento da barragem de Fundão, localizada no subdistrito de Bento Rodrigues, a 35 km do centro do município brasileiro de Mariana, Minas Gerais, ocorreu na tarde de 5 de novembro de 2015. Rompeu-se uma barragem de rejeitos de mineração controlada pela Samarco Mineração S.A.

empregos.

Para tentar minimizar os impactos causados pela crise econômica e relacionados ao acidente, será criada uma equipe, que fará o levantamento das empresas já conveniadas e que estão atuantes e levantar outras que estão se implantando na região.

Após o levantamento e posterior contato, caberá a essa equipe o contato para apresentação dos cursos oferecidos pelo IFMG e proposta de novos convênios para novos estágios.

5.5. Implementação de Plano de Ação

Para planejar e organizar as atividades que serão desenvolvidas ao longo do projeto usaremos como ferramenta o Plano de Ação, que é uma ferramenta muito utilizada no desenvolvimento de planejamento participativo e nos auxiliará na coordenação da equipe, pois explicita quem é responsável por cada atividade, às datas de entrega anotações e comentários sobre o progresso. Para Galdin (2001), o Plano de Ação é uma ótima ferramenta para acompanhamento de atividades, desde as simples como atas de reuniões até as mais complexas como um projeto pequeno. Trata-se de um documento utilizado para planejar todas as ações necessárias para atingimento de um resultado desejado ou resolução de problemas.

No quadro seguinte, delineamos as etapas do Plano de Ação que estaremos desenvolvendo durante a implantação deste projeto, de acordo com o que se expressa no quadro seguinte:

O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO COMO
FORMA DE INTERVENÇÃO PARA A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

Quadro 6 ó Plano de Ação, descrevendo as atividades que serão realizadas ao longo do projeto

O QUE	POR QUE	COMO	QUEM	ONDE	QUANDO
Elaborar um guia de estágio	Informar aos alunos, docentes e servidores sobre o estágio.	Levantamento das principais informações necessárias para formar o manual.	Responsável pelo setor de estágio. Gráfica para impressão e comunicação social diagramação, revisão.	DREC	Primeiro semestre de 2017.
Criação da disciplina de estágio	Atender alunos que já concluíram as disciplinas obrigatórias e optaram pelo estágio.	Disciplina será ofertada on line, pela plataforma EAD .	DREC, diretoria de ensino, conselho acadêmico, docentes, coordenadores de curso, pedagogia, CEAD.	Diretoria de Ensino, CEAD,	Já se iniciou o processo, término até final de 2016.
Acompanhamento e Orientação dos estagiários.	Atender de forma eficaz os alunos que estão realizando o estágio.	Através da Disciplina de estágio implementar o acompanhamento dos alunos que estão realizando o estágio.	Coordenadores e Professores responsáveis pela Disciplina de estágio de cada curso técnico.	Coordenação e professor da disciplina de estágio de cada curso.	Após o início da disciplina de estágio.
Parceria com os Agentes de Integração	Preparar melhor os alunos para participação em processos seletivos para estágio e empregos.	Através de contato direto com os representantes de cada empresa para agendamento do programa.	Responsável pelo setor e demais servidores da DREC.	DREC	Primeiro semestre de 2017.
Criação de Banca avaliadora do Processo de Estágio	Criação de critérios de avaliação reais e transparentes para avaliação do processo de estágio.	Após implantação da Disciplina de estágio.	Professores responsáveis pela disciplina, Pedagogia e outros professores convidados.	Professores responsáveis, Diretoria de Ensino, Pedagogia.	Após o início da disciplina de estágio.
Melhorias na Comunicação Interna e Externa	Oferecer informações corretas ao público interno e externo.	Criação de equipe para definir as etapas do processo.	Funcionários da DREC, Comunicação Social.	DREC.	Primeiro semestre de 2017.
Novos convênios para estágio	Aumentar o número de convênios para oferta de estágio	Criação de equipe para definir as etapas do processo.	Funcionários da DREC.	DREC.	Primeiro semestre de 2017.

Fonte: Elaboração própria, com base em Gandin, (2001, p.143)

5.8. Conclusão

Neste capítulo apresentamos e analisamos os resultados alcançados com os questionários, que foram aplicados com o objetivo de investigar quais são os principais problemas apresentados a partir das impressões dos estagiários e suas necessidades. Em seguida, demos início às discussões dos resultados, para criarmos e implantarmos um Projeto de Intervenção, a fim de buscar atender as demandas levantadas a partir dos resultados dos questionários.

Considerando que qualquer trabalho para que tenha sucesso deve ser planejado, criamos um grupo de trabalho, no sentido de elaborar um Plano de ação que visa

superar os constrangimentos do estágio encontrados e melhorar no futuro a sua prestação junto dos alunos.

Face aos dados apresentados, verificamos que a nossa pesquisa nos permitiu responder à nossa pergunta de partida - *Qual a importância do estágio curricular supervisionado na formação dos alunos do IFMG, campus Ouro Preto?* Assim, como aos restantes questionamentos que nos acompanharam ao longo da investigação - *Qual a probabilidade de o estágio ser uma importante ferramenta para inserção do aluno no mercado de trabalho? A instituição e setor de estágio atendem as demandas necessárias ao encaminhamento e acompanhamento dos alunos para realização do estágio? A integração entre escola, aluno e empresas é ideal para desenvolvimento de todo as partes?*

Referimos, ainda, que os nossos objetivos ó Geral e Específicos também foram atingidos, pois analisámos os procedimentos internos relativos ao ECS no contexto do IFMG ó Campus de Ouro Preto; Identificamos os pontos fracos em relação aos procedimentos internos ao ECS, ao contexto do IFMG ó Campus de Ouro Preto e definimos e organizamos novos procedimentos para melhorias dos pontos fracos levantados. Tudo isto no sentido de contribuir para que o estágio seja, cada vez mais, um importante instrumento de formação, um complemento de estudos e de qualificação profissional do estudante.

CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES FINAIS

1. Algumas considerações

Atendendo as novas demandas do mercado de trabalho e de um mundo globalizado exige-se um novo tipo de trabalhador que atue a partir de uma sólida base de conhecimentos científico-tecnológicos, com capacidade de se comunicar adequadamente, com autonomia intelectual e moral para resolver problemas práticos e enfrentar as novas situações que exigem posicionamento ético e criatividade.

Para que tais mudanças ocorram, é necessário que sejam implantadas novas estratégias de ensino, através da adoção de um novo modelo pedagógico resultando em um novo perfil profissional capaz de atender as novas demandas profissionais. Nesse sentido, a intermediação do processo de preparação dos estudantes para o mundo do trabalho tem função preponderante de levar o estudante à sua realização profissional. É fundamental que o aluno relacione a teoria e a prática para que os conhecimentos técnicos adquiridos proporcionem maiores chances no mercado de trabalho. Assim, percebe-se o estágio como importante elo interligando escola e trabalho, pois é a oportunidade de familiarizar o estudante com o ambiente de trabalho, melhorando assim, seu relacionamento humano e contribuindo com sua formação profissional.

Dessa forma, os sistemas de ensino devem estabelecer normas para organização e realização do estágio dando ao aluno todo o suporte necessário à devida orientação e a supervisão do mesmo. Para as instituições de ensino essa é uma oportunidade única, é a possibilidade de ajudar o jovem a aplicar na prática a teoria da sala de aula, e se preparar para ingressar no mundo do trabalho ao sair da escola.

Assim, em resposta à nossa pergunta de partida: *Qual a importância do estágio curricular supervisionado na formação do aluno do IFMG Campus Ouro Preto?* Podemos dizer que a partir do ponto de investigação do estágio como estratégia de intervenção, constatou-se que a possibilidade de se movimentar os servidores do setor de estágio a fim de melhorar o atendimento é real. As ações propostas são viáveis e já estão sendo colocadas em prática, em conjunto com técnicos administrativos, que trabalham no departamento. Acreditamos que quando há o cuidado de construir ações

em conjunto, respeitando, opiniões, pontos de vista diferentes e sugestões, certamente o resultado tende a ser próspero.

Podemos dizer que este estudo alcançou seus objetivos ó geral e específicos - na medida em que se estudou no tema õestágioö e se observou os diversos contextos em que ele está inserido dentro da sociedade e também dentro do IFMG ó *Campus* Ouro Preto.

Acreditamos que, dessa forma, ampliam-se as chances de O IFMG - Campus Ouro Preto, instituição de reconhecido prestígio na cidade e na região, pela sua tradição na qualidade de ensino na oferta de cursos técnicos possa continuar a oferecer ao mercado um profissional com sólida competência técnica e gerencial.

2. Sugestões para Futuras Investigações

Destacamos que este trabalho não está acabado, o que faz com que futuras investigações acerca do tema estágio possam ser realizadas, por se tratar de um tema extremamente rico oferecendo diferentes possibilidades para complementação ou novas pesquisas. Como sugestão para futuros trabalhos sugerimos as seguintes:

1. Levantamento da inserção dos alunos do IFMG, OP, que realizam estágio, no mercado de trabalho.
2. Levantamento da inserção do grupo feminino de alunas do IFMG, OP, que realizam estágio, no mercado de trabalho.
3. Criação de um programa para levantamento da absorção dos egressos no mercado de trabalho.
4. Criação de banco de dados com informações sobre o perfil dos egressos do IFMG, OP.

Para terminar, gostaríamos de pedir licença ao poeta português Fernando Pessoa e dizer que,

Valeu a pena, pois Tudo vale a pena Se a alma não é pequena.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, M. (2012). *Metodologia Científica*, Lisboa: Escolar Editora.
- Bianchi, A. (2005). *Orientações para o Estágio em Licenciatura*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Bolhão, A.F. (2013). *Contribuição do estágio curricular para a formação acadêmica e profissional dos estagiários*. Dissertação de Mestrado, Coimbra.
- Boito, Jr. A. (2007). Estado e Burguesia no capitalismo Neoliberal. Curitiba. *Revista de Sociologia Política* .p. 57.
- Buriolla, M. (2001). *O estágio supervisionado*. 3 ed. São Paulo: Cortez.
- Castro A. & Salva.(2012). *Estágio como Espaço de aprendizagem profissional da docência no curso de Pedagogia*. IX Seminário de Pesquisa da Região Sul.
- Cêa, G. (org.). (2007). *O estado da arte da formação do trabalhador no Brasil*. Cascavel: Edunioeste.
- Chizzotti, A.(2003). *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 6ª edição. São Paulo: Cortez.
- Ciavatta. (2005). Política de Educação Profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1097.
- CNTE, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. (2011). Os riscos do Pronatec para a Educação Técnica Profissional. *Revista Retratos da Escola*. Brasília, v. 5, n. 8, pp. 179-184.
- Cordão,F.A (2012). *Conselho Nacional de Educação Normas para a organização e realização de estágio de alunos do Ensino Médio e da Educação profissional*. Brasília: DF.
- Córdova, D. (2009). A Pesquisa Científica. In: *Métodos de Pesquisa*. Gerhardt, T. & Silveira, D. (org). Porto Alegre: UFRGS.
- Coutinho, C.; Sousa, A.; Dias, A. ; Bessa, F.; Ferreira, M. & Vieira, S. (2009). Investigação-Ação: Metodologia preferencial nas práticas educativas. *Psicologia Educacional e Cultura*. Vol.XIII, nº2, pp.355-379. Braga: Instituto de Educação da Universidade do Minho.
- Cunha, L. (2000). *Ensino médio e ensino técnico na América Latina: Brasil, Argentina e Chile*. Cad. Pesquisa. n.111, pp.56-79.
- Deluiz N. (2001). *O Modelo das Competências Profissionais no Mundo do Trabalho e na Educação: Implicações para o Currículo*. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro,v.27,n.3.

- Demo, P.(2002). *Complexidade e aprendizagem: a dinâmica não linear do conhecimento*. São Paulo: Atlas.
- Dias, F. (2011). *A Qualidade requerida da educação Profissional Técnica de Nível Médio*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, MG.
- Duarte, J. & Barros, A. (orgs) (2010). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2ª ed. 4ª reimpr. São Paulo: Atlas.
- Filho, A. P.(2010). *O Estágio Supervisionado e sua importância na formação docente*. Revista P@rtes. 2010.
- Fonseca C. S. (1986). *História do ensino industrial no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana.
- Fonseca, J.(2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, Apostila.
- Frigotto. G.; Ciavatta, M. (2003). Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. *Educação e sociedade*, Campinas, v. 24, n. 82, pp. 93-130.
- Gandin, D.A.(2001). *A Prática do Planejamento Participativo*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Gaskell, G. (2002). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lima, M.; Olivo, S. (Orgs.)(2007). *Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso: na construção da competência gerencial do administrador*. São Paulo: Thomson.
- Lobato, D. & Filho, J. (2009). *Estratégias de Empresas*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Machado, M. & Garcia, L. (2013). Passado e presente na formação de trabalhadores jovens e adultos. *Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos*, v. 1, n. 1, p. 16.
- Mafuani, F. (2011). *O Estágio e sua importância para a formação do universitário*. Instituto de Ensino superior de Bauru.
- Maurer, T.; Weiss E. & Barbeite, F.,(2003). Quality and curriculum authority. *Journal of Applied Psychology*. London, V88, n.4, pp.707-724.
- Moran, J. (2012). *A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá*. 5ªed. Campinas: Papirus.
- Nathanael, A & Niskier, A. (2006). *Educação, estágio & trabalho*. São Paulo: Integrare Editora.

- Oliveira, J. & Carneiro M. (2012). *As Políticas Neoliberais para a Educação Profissional: analisando o governo Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva*. Pontifícia Universidade catolica de Goiás - PUC ó g, pp.1-20
- Oliveira, J.de F. A. Campos. (2014). *A Institucionalização das Políticas Educacionais Neoliberais na reconfiguração da Educação Profissional no Brasil: do Decreto 2.208/97 a Lei 11.892/08*. Tese Doutorado em Educação, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.
- Oliveira, S. (2009). *Estágios para Universitários: representações e implicações na inserção profissional dos jovens brasileiros e franceses*. Dissertação de Doutorado, Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.
- Oliveira, S. (2009). *Estágios para Universitários: representações e implicações na inserção profissional dos jovens brasileiros e franceses*. Dissertação de Doutorado, Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.
- Otranto, C. R.(2001) *A Política de Educação Profissional do Governo Lula*. Trabalho aprovado para apresentação na 34ª Reunião Anual da ANPED. Natal, p. 04.
- Pena, G. A. de C., (2014). *Docência na educação profissional e tecnológica: conhecimentos, práticas e desafios de professores de cursos técnicos na rede federal* Tese (Doutorado),Belo Horizonte.
- Pessoa, F. (1959).*Mensagem. Poema X Mar Português*. Edições Ática: Lisboa.
- Portela, G. (2004). *Abordagens teórico-metodológicas: pesquisa quantitativa ou qualitativa?*
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rocha-de-Oliveira, S. & Piccinini (2012). Uma análise sobre a inserção profissional de estudantes de administração no Brasil. *Revista de Administração Mackenzie*, 13 (2), pp. 44-75;
- Rosário, N. (2006). A via da complementaridade: reflexões sobre a análise de sentidos e seus percursos metodológicos. In: *Maldonado, A. E.. Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos*. Porto Alegre: Sulina.
- Ryan, G., S. & , C. (2000). *The purpose, value and structure of the practicum in higher education: a literature review*. Higher Education.

- Santos, M. do Carmo. (2005). *Sob a égide do conflito: a reforma da educação profissional no CEFET-BA*. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.
- Silva, R. Bittencourt. (2012). A Educação Técnica Profissional e a Lei do Pronatec., *Democratizar*, n. 1, jan./jul.
- Singer, A.(2009). Raízes sociais e ideológicas do Lulismo. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 85, pp. 83-102.
- Soares, J. (2013). *Políticas para Educação Profissional: Um Estudo de Caso Sobre o Programa Especial de Formação Pedagógica de Docente em uma Instituição de Ensino Técnico de Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado. PUC/MG.
- Sousa, M. & Batista, C. (2011). *Como fazer investigação, Dessertações, Teses e Relatórios ó segundo Bolonha*. Lisboa: Editora Pactor.
- Studt, M. (2013). *A Importância da Comunicação e as Relações com o Público Interno*. CONVICOM ó COMTEXTO.
- Thiollent, M. (2005). *Metodologia da pesquisa-acção*. São Paulo, Cortez.
- Waldow, C. (2014). *As Políticas Educacionais do Governo Dilma, A Formação para o Trabalho e a Questão do Pronatec: Reflexões Iniciais*. Trabalho apresentado na X. ANPED SUL, Florianópolis.
- Zabalza, M. (2015). *O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária* [livro eletrônico] - Coleção docência em formação, saberes pedagógicos/coordenação Selam Garrido Pimenta São Paulo: Cortez.

WEBGRAFIA

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm.

Consultado em 06/03/2015

www.anped.org.br

Consultado em 12/11/2015

www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf

Consultado em 12/12/2015

www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2012/GT-03/GT03-019.pdf

Consultado em 20/12/2015

www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2012/GT-03/GT03-019.pdf

Consultado em 20/12/2015

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3552.htm

Consultado em 25/04/2016

www.ifmg.edu.br

Consultado em 27/04/2016.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm

Consultado em 06/05/2016

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8948.htm

Consultado em 06/05/2016

<http://www.ouopreto.ifmg.edu.br/instituicao/conselho-academico/resolucoes/resolucoes-de-2012/anexo-resolucao-no-01-2012>

Consultado em 25/05/2016

<http://www.ouopreto.ifmg.edu.br/instituicao/conselho-academico/resolucoes/resolucoes-de-2012/anexo-resolucao-no-15-2013>

Consultado em 25/05/2016

<http://www3.ifmg.edu.br/index.php>

Consultado em 26/05/2016

<http://www.ifmg.edu.br/index.php/legislacao-cabecalho/2012-06-12-20-18-54>

Consultado em 26/05/2016

www.ifmg.edu.br

Consultado em 27/04/2016

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946

Consultado em 27/05/2016

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942>

Consultado em 27/05/2016

<http://www.sebrae.com.br/parasuaempresa/planejearorganize>

Consultado em 27/11/2016

<http://www.comtexto.com.br/convicomcomunicamauriciostudt.htm>

Consultado em 12 /12/2016].

http://www.uefs.br/disciplinas/let318/abordagens_metodologicas.rtf

Consultado em Janeiro de 2017

<http://www.iesbpreve.com.br/base.asp?pag=noticiaintegra.asp&IDNoticia=1259>

Consultado em Fevereiro de 2017

<http://www.partes.com.br/educacao/estagiosupervisionado.asp>

Consultado em Fevereiro de 2017

http://www.paulorosa.docente.ufms.br/metodologia/AbordagensTeoricoMetodologicas_Portela.pdf

Consultado em Fevereiro de 2017

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

- Brasil. (1942). *Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942*. Dispõe sobre Lei orgânica do ensino industrial. Brasil. (1942). *Decreto-lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942*. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial.
- Brasil. (1959). *Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959*. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.
- Brasil. (1971). *Lei nº. 5692, de 11 de agosto de 1971*. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases para o ensino de 1 e 2 graus. Brasil.(1948). *Lei nº. 8948, de 08 de dezembro de 1994*. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasil. (2008). *Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008*. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de set. 2008.
- Brasil.(2008). *Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providencias. Brasília, 2008b
- Brasil.(2011). *Lei nº 12.513, de 26 de Outubro de 2011*. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências.
- Ifmg. (2009). *Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2009-2013* ó Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Minas Gerais ó 2009.
- Ifmg. (2010). *Conselho Superior. Resolução n. 21, de 16 de julho de 2010*. Dispõe sobre a aprovação do Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.
- Ifmg. (2012). *Conselho Superior. Resolução n. 36, de 26 de abril de 2012*. Dispõe sobre a aprovação do Estatuto do IFMG. Belo Horizonte, 2012.
- Ifmg.(2012). *Regimento Interno do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Minas Gerais, Ouro Preto* Aprovado pela Resolução nº 005/2015 do Conselho Acadêmico do Campus Ouro Preto.
- Ifmg. (2013). *Resolução n. 01 de 15 de fevereiro de 2013*. Dispõe sobre a aprovação das Normas para Realização de Estágio Supervisionado dos Cursos Técnicos do IFMG, campus Ouro Preto.

ANEXOS

ANEXO A: TERMO DE ADITIVO DE ESTÁGIO



DIRETORIA DE RELAÇÕES EMPRESARIAIS E
COMUNITÁRIA – DREC
SETOR DE ESTAGIOS
Endereço Eletrônico: drec.ouropreto@ifmg.edu.br
Telefones: (031) 3559-2157 / (31) 3559-2158 Fax: (031) 3559-2137

TERMO ADITIVO

Aditamento ao **Termo de Compromisso de Estágio (TCE)**, firmado entre a ENTIDADE CONCEDENTE DE ESTÁGIO _____, o INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS CAMPUS OURO PRETO, e o(a) estagiário(a) _____, aluno(a) regularmente matriculado(a) no(a) _____ série/módulo do Curso Técnico em _____.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Este Termo Aditivo prorroga de ____/____/____ a ____/____/____ o período de estágio estabelecido no referido TCE, celebrado entre o estagiário e a ENTIDADE CONCEDENTE DE ESTÁGIO, com a participação da INSTITUIÇÃO DE ENSINO acima indicada.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas todas as demais disposições do TCE, do qual este Termo Aditivo passa a fazer parte integrante, na forma da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente ajuste em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Ouro Preto, ____ de _____ de _____.

Entidade concedente de estágio: _____

Instituição de ensino: _____

Estagiário (a): _____

Testemunhas: _____

O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO COMO
FORMA DE INTERVENÇÃO PARA A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

ANEXO B: Plano de Atividades



DIRETORIA DE RELAÇÕES EMPRESARIAIS E COMUNITÁRIA – DREC
SETOR DE ESTÁGIOS
Endereço Eletrônico: drec.ouropreto@ifmg.edu.br
Telefones: (031) 3559-2157 / (31) 3559-2158 Fax: (031) 3559-2137

P L A N O D E A T I V I D A D E S D O E S T A G I Á R I O

ESTE DOCUMENTO É PARTE ANEXA E INTEGRANTE DO TERMO DE
COMPROMISSO OU DO TERMO ADITIVO DE ESTÁGIO (LEI N° 11.788
DE 25 DE SETEMBRO DE 2008)

NOME DO ESTAGIÁRIO: _____		
Matrícula: _____	Curso: _____	
Série e/ou Módulo que está cursando: () Período: () matutino () vespertino () noturno () integral		
E-mail: _____		Fone: _____
Endereço: _____	CEP: _____ - _____	
Bairro: _____	Cidade: _____	
NOME DA CONCEDEnte (EMPRESA): _____		
NOME DO SUPERVISOR DE ESTÁGIO NA CONCEDEnte: _____		
Cargo: _____	Formação Acadêmica: _____	
Nº. do Registro Profissional _____ Conselho Profissional (abrev.): _____ (OAB, CREA, CRQ, MTB, etc.)		
E-mail: _____		Fone: _____
PERÍODO DO ESTÁGIO:		
Data de Início do Estágio: ____/____/____ Data prevista de término do Estágio: ____/____/____		
CARGA HORÁRIA SEMANAL DO ESTÁGIO: ____ h por semana () matutina () vespertina () integral		

Preencher o presente Plano de Atividades do Estagiário de forma objetiva.

Atividades	Período	Atividades Programadas
Atividade 01		
Atividade 02		
Atividade 03		
Atividade 04		
Atividade 05		
Atividade 06		

_____ ENTIDADE CONCEDEnte (Supervisor ou Responsável)	_____ INSTITUIÇÃO DE ENSINO (Diretora Do IFMG)	_____ ESTAGIÁRIO (Assinatura)
Data: ____/____/____	Data: ____/____/____	Data: ____/____/____

ANEXO C: TERMO DE CONVÊNIO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
DIRETORIA DE RELAÇÕES EMPRESARIAIS E COMUNITARIAS
ASSISTÊNCIA DE ESTÁGIOS

CONVÊNIO _____/20____

TERMO DE CONVÊNIO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO PROFISSIONAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS OURO PRETO E A ENTIDADE CONCEDENTE DE ESTÁGIO _____

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito entre as partes, de um lado o INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS - OURO PRETO, com sede na Rua Pandiá Calógeras, nº 898, Bairro Bauxita, em Ouro Preto ó MG, devidamente inscrito no CNPJ do Ministério da Fazenda sob o nº 10.626.896/0002-53, doravante denominado, simplesmente CONVENENTE, neste ato representado por seu Diretor de Relações Empresariais e Comunitárias Prof. Frederico Lamounier Ferrari, brasileiro, casado, servidor público federal, portador da Cédula de Identidade nº M ó 961628, expedida pela SSP/MG e CPF nº 318.402.136-04, residente e domiciliado na Rua Major Lopes, 383, Apartamento 204, São Pedro, em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais e de outro lado a ENTIDADE CONCEDENTE DE ESTÁGIO _____, com sede na Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____ CEP _____, Estado de _____, Telefone _____, Fax _____, E-mail _____, Site _____, inscrita no CNPJ do Ministério da Fazenda sob o nº _____, de agora em diante designada CONVENIADA, neste ato representado por _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, expedida pela _____/_____, CPF nº _____ - _____, com fulcro na lei 11.788, de 25 de setembro de 2008 firmam o presente Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Convênio visa a preparação para o trabalho produtivo de educandos do ensino regular de instituições de educação superior, de educação profissional de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos com o fim específico da promoção de estágio para alunos dos cursos promovidos pelo CONVENENTE.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os alunos do CONVENENTE candidatos a estágios serão encaminhados à CONVENIADA através do Diretor de Extensão e Relações Empresariais, e somente poderão trabalhar em áreas de seu interesse e obrigatoriamente relacionadas com os respectivos cursos.

CLÁUSULA TERCEIRA

O presente Convênio terá duração de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA

Caberá à CONVENIADA assinar o Termo de Compromisso de Estágio, conjuntamente com o aluno estagiário e sob a interveniência do CONVENENTE, nos termos do inciso II do artigo 3º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

CLÁUSULA QUINTA

A CONVENIADA poderá solicitar o desligamento do estagiário ou a substituição deste nas seguintes hipóteses:

- 5.1. ao término do estágio, o que ocorrerá automaticamente;
- 5.2. a pedido do aluno estagiário;
- 5.3. em decorrência do descumprimento de quaisquer das cláusulas estabelecidas no Termo de Compromisso de Estágio Supervisionado.

CLÁUSULA SEXTA

A jornada de atividades em estágio será definida de comum acordo entre o CONVENENTE, a CONVENIADA e o aluno estagiário ou seu representante legal, ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar a:

- 6.1. 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino médio, na modalidade profissional de jovens e adultos;
- 6.2. 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.
- 6.3. O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão

O CONCEITO DE DUE PROCESS OF LAW COMO INSTRUMENTO DE EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO PROCESSO PENAL

programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

CLÁUSULA SÉTIMA

A duração do estágio não poderá exceder a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

CLÁUSULA OITAVA

8.1. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias.

8.2. Os dias de recesso serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA

O estagiário, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º da Lei 11.788 quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os requisitos relacionados no artigo 3º da mesma norma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA

A entidade CONVENIADA se obriga a fazer, às suas expensas, um Seguro de Acidentes Pessoais para o aluno estagiário, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, com cobertura de qualquer acidente que possa ocorrer com ele, durante a realização do período de estágio, nas instalações da entidade concedente ou quando estiver em atividades de estágio fora das instalações da referida entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

A CONVENIADA concederá aos alunos estagiários auxílio transporte e uma Bolsa de Estágio Mensal, cujo valor será acordado entre o representante da entidade e o aluno estagiário, devendo seu valor ser explicitado no Termo de Compromisso de Estágio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Subcláusula Primeira - O aluno estagiário se obriga, mediante a assinatura do Termo de Compromisso de Estágio Supervisionado, a cumprir todas as condições para a realização deste estágio, bem como a obedecer às normas de trabalho pertinentes aos empregados da CONVENIADA e, em especial, a resguardar a manutenção do sigilo profissional e/ou a veiculação de informações a que tiver acesso em decorrência da realização deste estágio profissional.

Subcláusula Segunda - Caberá à CONVENIADA fornecer ao estagiário todos os equipamentos de proteção individual ó EPIs ó que se fizerem necessários à segurança do aluno estagiário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

A CONVENIADA deverá indicar um funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para supervisionar e avaliar até 10 (dez) estagiários. A avaliação de desempenho do aluno estagiário poderá ser realizada através do preenchimento de fichas de avaliações fornecidas pelo CONVENENTE ou pela CONVENIADA, cabendo ao CONVENENTE, a avaliação final do aluno estagiário, mediante apresentação de relatório final.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

O CONVENENTE indicará um professor orientador, da área a ser desenvolvido o estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Deverá ser incorporado ao Termo de Compromisso de Estágio um Plano de Atividades do Estagiário elaborado de acordo com as 3 (três) partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Os conveniados praticarão, por intermédio de seus representantes ou de pessoas formalmente indicadas por elas, todos os atos que se tornarem necessários à efetiva execução das presentes disposições contidas neste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

O presente Convênio poderá ser rescindido a qualquer tempo, desde que uma das partes convenientes notifique à outra da decisão, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo das atividades em andamento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Belo Horizonte, Seção Judiciária de Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas ao presente Convênio.

E, assim, por estarem de acordo com os termos do presente Instrumento, após lido e achado conforme, as partes o assinam em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, a tudo presente, para um só efeito.

_____, _____ de _____ de _____.

INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS OURO PRETO
Prof. Frederico Lamounier Ferrari
Diretor de Relações Institucionais
CONVENENTE

(Entidade Conveniada)
(Representante Legal)

O CONCEITO DE DUE PROCESS OF LAW COMO INSTRUMENTO DE EFETIVIDADE DOS
DIREITOS FUNDAMENTAIS NO PROCESSO PENAL

(Cargo)
CONVENIADA

TESTEMUNHAS:

1) _____
CPF: _____

2) _____
CPF: _____

1ª. VIA 6 ENTIDADE CONCEDENTE DE ESTÁGIO

2ª. VIA 6 INSTITUIÇÃO DE ENSINO

ANEXO D: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO.



DIRETORIA DE RELAÇÕES EMPRESARIAIS E COMUNITARIAS ó DREC - SETOR DE ESTÁGIOS

Endereço Eletrônico: e- mail: drec.ouropreto@ifmg.edu.br
Telefones: (031) 3559 2157 / (31) 3559 2158 Fax: (031) 3559 2137

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

<u>A ó ENTIDADE CONCEDENTE DE ESTÁGIO</u>		
Nome da Concedente: _____		
Representante Legal: _____		
Identidade _____	CPF _____	
Rua: _____	Nº _____	Bairro _____
Cidade: _____	Estado: _____	CEP: _____
CNPJ: _____	Telefone: _____	Fax: _____
Endereço Eletrônico: _____		
<u>B - ESTAGIÁRIO</u>		
Nome: _____		Curso: _____
CPF: _____	Identidade _____	
Rua : _____	Nº _____	Bairro _____
Cidade: _____	Estado: _____	CEP: _____
Telefone: _____	Celular: _____	
Endereço eletrônico: _____		
<u>C - INSTITUIÇÃO DE ENSINO</u>		
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais/Campus Ouro Preto		
CNPJ: 10.626.896/0002-53	Endereço: Rua Pandiá Calógeras, 898	Bairro: Bauxita
Cidade: Ouro Preto	Estado: Minas Gerais,	CEP: 35400-000
Representante: Profa. Maria da Glória dos S. Laia Diretora Instituto Federal de Minas Gerais/Campus Ouro Preto		

CLÁUSULA PRIMEIRA ó DA LEGISLAÇÃO

O presente Termo de Compromisso reger-se-á pela Lei nº 11.788/2008 e pelas condições estabelecidas neste Termo e seu respectivo plano de atividades, celebrado entre o CAMPUS DO IFMG, a CONCEDENTE e o ESTAGIÁRIO.

CLÁUSULA SEGUNDA ó DA CARACTERIZAÇÃO DO ESTÁGIO

2.1 ó O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

2.2 ó Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescido à carga horária regular e obrigatória.

2.3 ó A duração do estágio não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário com deficiência.

2.4 - O presente Termo de Compromisso terá vigência de ____/____/____ a ____/____/____.

2.5 ó O presente Termo de Compromisso deverá conter um plano de atividades e será assinado pelo ESTAGIÁRIO ou por seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, pela CONCEDENTE e pelo CAMPUS DO IFMG.

2.6 ó O presente Termo de Compromisso poderá ser alterado por meio de termos aditivos e ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação escrita.

2.7 - O ESTAGIÁRIO deverá cumprir uma jornada máxima de _____ horas diárias e no máximo _____ horas semanais, respeitando a legislação pertinente.

2.8 ó O estágio não cria vínculo de qualquer natureza, sendo que o descumprimento da lei 11.788 e deste Termo de Compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte CONCEDENTE do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

CLÁUSULA TERCEIRA ó DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

3.1 ó Zelar pelo cumprimento deste Termo de Compromisso;

3.2 ó Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

3.3 - Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do ESTAGIÁRIO, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente. A CONCEDENTE nomeia neste ato o funcionário _____ para orientar e supervisionar o ESTAGIÁRIO;

3.4 ó Conceder ao ESTAGIÁRIO uma bolsa de estágio no valor de _____ (citar outras formas de contraprestação, quando for o caso), bem como o auxílio-transporte;

3.5 - Observar a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho;

3.6 - Enviar ao CAMPUS DO IFMG, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao ESTAGIÁRIO;

3.7 - Assegurar ao ESTAGIÁRIO, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a um ano, período de recesso de 30 (trinta) dias ou proporcional nos casos de estágio inferior a um ano, preferencialmente durante suas férias escolares. Neste caso, o recesso deverá ser remunerado;

3.8 ó Manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

3.9 - Por ocasião do desligamento do ESTAGIÁRIO, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho; e

3.10 ó Contratar em favor do ESTAGIÁRIO seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, proporcionado pela apólice n° _____, conforme Certificado Individual de Seguro, documento anexo.

CLÁUSULA QUARTA ó DAS OBRIGAÇÕES DO CAMPUS DO IFMG

4.1 - Avaliar as instalações da CONCEDENTE do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

4.2 ó Indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do ESTAGIÁRIO. Neste ato o CAMPUS DO IFMG nomeia o Professor _____ para atuar como orientador do estágio;

4.3 ó Exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

4.4 ó Zelar pelo cumprimento do Termo de Compromisso, reorientando o ESTAGIÁRIO para outro local em caso de descumprimento de suas normas; e

4.5 ó Comunicar à CONCEDENTE do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

CLÁUSULA QUINTA ó DAS OBRIGAÇÕES DO ESTAGIÁRIO

5.1 ó Cumprir com empenho a programação estabelecida para seu estágio;

5.2 ó Observar e obedecer às normas internas da CONCEDENTE e conduzir-se dentro da ética profissional;

5.3 ó Comunicar ao CAMPUS DO IFMG, qualquer fato relevante sobre seu estágio;

5.4 ó Elaborar e entregar ao CAMPUS DO IFMG o relatório final do estágio na forma, prazo e padrões estabelecidos;

5.5 ó Comunicar ao CAMPUS DO IFMG a interrupção, conclusão ou as eventuais alterações do convencionado neste Termo de Compromisso de estágio; e

5.6 ó Manter sigilo sobre informações, dados ou trabalhos reservados da CONCEDENTE a que tiver acesso.

CLÁUSULA SEXTA ó DO DESLIGAMENTO

Constituem motivos para o desligamento do estudante do estágio curricular:

6.1 ó Automaticamente, ao término do estágio;

6.2 ó A pedido de uma das partes;

6.3 ó O não cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Compromisso;

6.4 ó O não comparecimento do ESTAGIÁRIO, sem motivo justificado, por período de 03 (três) dias consecutivos ou 05 (cinco) dias intercalados no período de um mês. As faltas por motivo de provas escolares serão justificadas quando devidamente comprovadas pelo IFMG; e

6.5 ó A interrupção do curso no IFMG.

CLÁUSULA SÉTIMA ó DO FORO

Os partícipes nomeiam o foro da Justiça Federal em Belo Horizonte, Seção Judiciária de Minas Gerais, renunciando a qualquer outro, para dirimir qualquer pendência que não puder ser solucionada por via amigável.

E, por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo indicadas a tudo presente.

Ouro Preto, _____ de _____ de 20____.

Estagiário (a)

Nome da Concedente

O CONCEITO DE DUE PROCESS OF LAW COMO INSTRUMENTO DE EFETIVIDADE DOS
DIREITOS FUNDAMENTAIS NO PROCESSO PENAL

Instituto Federal de Minas Gerais, Campus Ouro Preto

Testemunhas:

1) _____

CPF: _____

2) _____

CPF: _____

ANEXO E: FICHA DE AVALIAÇÃO POR PARTE DO SUPERVISOR DO ESTÁGIO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
DIRETORIA DE RELAÇÕES EMPRESARIAIS E COMUNITÁRIA - D
SETOR DE ESTÁGIOS

ATENÇÃO !

õAVALIAÇÃO DO ESTAGIÁRIO PELA EMPRESAö

DADOS A SEREM PREENCHIDOS PELO õSUPERVISOR DO ESTÁGIOö

1) **IDENTIFICAÇÃO DO ESTAGIÁRIO:**

NOME: MATRÍCULA:.....
CURSO: ANO DE CONCLUSÃO:
.....

2) **IDENTIFICAÇÃO DO SUPERVISOR:**

NOME DO SUPERVISOR DO ESTAGIÁRIO NA EMPRESA:
.....
CARGO: FORMAÇÃO ACADÊMICA:
.....Nº
DO REGISTRO PROFISSIONAL : CONSELHO PROFISSIONAL (ABREV.):(CREA, CRQ, MTB,
etc...)
E-MAIL: FONE:
.....

3) **IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:**

EMPRESA:
.....
RUA: Nº: BAIRRO:
.....
CIDADE: ESTADO: CEP:-
.....
FONE: SETOR DE REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO:
.....

4) **AVALIAÇÃO:**

4.1) **ASPECTOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS:**

a) **Rendimento no trabalho:**

Qualidade, rapidez, precisão com que executa as tarefas integrantes do programa de estágio.

() ÓTIMO () BOM () REGULAR () INSUFICIENTE

b) **Facilidade de compreensão:**

Rapidez e facilidade em interpretar, por em prática ou entender instruções e informações verbais ou escritas.

() ÓTIMO () BOM () REGULAR () INSUFICIENTE

c) **Nível de conhecimentos teóricos:**

Conhecimentos demonstrados no cumprimento do Programa de Estágio, tendo em vista sua escolaridade.

() ÓTIMO () BOM () REGULAR () INSUFICIENTE

d) **Organização e método no trabalho:**

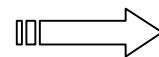
Uso de meios racionais visando melhorar a organização para a boa confecção do trabalho.

() ÓTIMO () BOM () REGULAR () INSUFICIENTE

e) **Iniciativa ó Independência:**

Capacidade de visualizar situações e encontrar prontamente os recursos que solucionem irregularidades ou situações novas no trabalho.

() ÓTIMO () BOM () REGULAR () INSUFICIENTE



4.2) **ASPECTOS ATITUDINAIS:**

a) **Assiduidade:**

Constância no cumprimento do horário de trabalho.

() ÓTIMO () BOM () REGULAR () INSUFICIENTE

b) **Pontualidade:**

Constância no cumprimento do horário de trabalho.

() ÓTIMO () BOM () REGULAR () INSUFICIENTE

c) **Disciplina e discrição:**

Facilidade em aceitar e seguir instruções de superiores e acatar regularmente normas e regulamentos. Discernimento; prudência.

() ÓTIMO () BOM () REGULAR () INSUFICIENTE

d) **Cooperação:**

Atuação junto a outras pessoas no sentido de contribuir para o alcance de um objetivo comum, influência positiva no grupo.

() ÓTIMO () BOM () REGULAR () INSUFICIENTE

e) **Responsabilidade:**

Capacidade de cuidar e responder pelas atribuições, materiais, equipamentos e bens da empresa que lhe são confiados durante o estágio.

() ÓTIMO () BOM () REGULAR () INSUFICIENTE

O CONCEITO DE DUE PROCESS OF LAW COMO INSTRUMENTO DE EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO PROCESSO PENAL

f) Cuidados na prevenção de acidentes:

Capacidade de enxergar situações perigosas (riscos ambientais) e prevenir contra acidentes do trabalho e doenças profissionais.

() ÓTIMO () BOM () REGULAR () INSUFICIENTE

4.3) DESEMPENHO GLOBAL:

Refere-se ao desenvolvimento do estagiário no período, tendo em vista as expectativas preestabelecidas, considerando, dentre outras, as variáveis prazo, custo, rendimento e qualidade.

() ÓTIMO () BOM () REGULAR () INSUFICIENTE

5) APRECIACÕES COMPLEMENTARES / JUSTIFICATIVAS:

.....
...
.....
...

ASSINATURA DO SUPERVISOR:

(ASSINATURA, POR EXTENSO, SOBRE CARIMBO.)

DATA: ____/____/____

ANEXO F: FICHA DE AVALIAÇÃO POR PARTE DO ESTAGIÁRIO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
DIRETORIA DE RELAÇÕES EMPRESARIAIS E COMUNITÁRIA - DREC
SETOR DE ESTÁGIOS

AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO POR PARTE DO ESTAGIÁRIO

Matricula		Nome	
Curso		Período / Ano	
Período de realização do estágio	___ / ___ / ___ a ___ / ___ / ___		
Empresa / Instituição			
CNPJ:	Inscrição Estadual:		
1 - O estágio atendeu suas expectativas com relação aos objetivos de sua atuação profissional? () Sim () Não Justificativa: _____ _____			
2 - A empresa/instituição onde atuou possui estrutura suficiente que possibilite seu desempenho profissional? () Sim () Não Justificativa: _____ _____			
3 - Seu estágio foi supervisionado de forma que atenda suas expectativas e necessidades? () Sim () Não ó Justificativa: _____			
4 - Qual é o nome e o cargo de seu supervisor do estágio na empresa/instituição? _____ _____			
5 - Seu orientador/supervisor atendeu quando você pediu ajuda para a solução de determinado problema? Em caso negativo justifique. Empresa/Instituição () Sim () Não IFMG () Sim () Não Justificativa: _____ _____			
6 - De modo geral, a orientação/supervisão recebida foi suficiente? Em caso negativo justifique. Empresa/Instituição () Sim () Não IFMG () Sim () Não Justificativa: _____ _____			

O CONCEITO DE DUE PROCESS OF LAW COMO INSTRUMENTO DE EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO PROCESSO PENAL

7 - Como é seu relacionamento com o orientador/supervisor de estágios?			
Empresa/Instituição	<input type="checkbox"/> Ótimo	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Regular
IFMG	<input type="checkbox"/> Ótimo	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Regular
Observações:			
<hr/>			
<hr/>			
8 - O estágio possibilitou aplicação prática dos conhecimentos adquiridos no curso?			
	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Observações:			
<hr/>			
<hr/>			
9 - Você encontrou dificuldades relacionadas à moradia, transporte, alimentação, adaptação a uma localidade, etc.?			
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não		
Observações:			
<hr/>			
<hr/>			
10 - Na realização de suas atividades você:			
<input type="checkbox"/> Somente executou tarefas técnicas.			
<input type="checkbox"/> Supervisionou ou fiscalizou a execução de tarefas de outros.			
<input type="checkbox"/> Planejou atividades do seu setor/seção/departamento.			
Comente os itens assinalados:			
<hr/>			
<hr/>			
<hr/>			
11 - O supervisor acompanhou a realização de suas tarefas?			
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não		
Explique como foi feita a supervisão:			
<hr/>			
<hr/>			
<hr/>			
12 - Seu curso ofereceu embasamento teórico e prático suficiente para a realização das atividades desenvolvidas durante o estágio?			
	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Observações:			
<hr/>			
<hr/>			
13 - O estágio permitiu conhecer a organização da Empresa/Instituição, transmitindo experiências úteis para o seu futuro profissional?			
	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Observações:			
<hr/>			
<hr/>			

O CONCEITO DE DUE PROCESS OF LAW COMO INSTRUMENTO DE EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO PROCESSO PENAL

14 - A Empresa/Instituição proporcionou condições para o desenvolvimento e aproveitamento do estágio?
() Sim () Não

Observações:

15 - As orientações e/ou informações fornecidas pelo Setor de Extensão responsável pelos estágios no campus foram adequadas para a realização de seu estágio?

() Sim () Não

Observações:

16 - Quais as atividades de responsabilidade do Setor de Extensão responsável pelos estágios no campus você acha que deveria ser melhor desenvolvidas a fim de ampliar as oportunidades de estágio?

17 - Descreva o que o estágio significou para você.

_____, ____ de ____ de ____
Localidade Dia Mês Ano

Assinatura do Estagiário

ANEXO G: ORIENTAÇÕES DE COMO ELABORAR O RELATÓRIO FINAL DO ESTÁGIO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
DIRETORIA DE RELAÇÕES EMPRESARIAIS E COMUNITÁRIA-DREC
SETOR DE ESTÁGIOS

COMO ELABORAR UM RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O relatório é, em resumo, um recurso que se usa para descrever as atividades que foram executadas durante o período de estágio, devendo ser o mais objetivo possível, já que, se muito extenso, **desanima** o leitor, enquanto que muito resumido pode ficar sem as informações essenciais para seu entendimento.

Podemos dividir o relatório da seguinte maneira:

- 1) **CAPA:** deve-se colocar o nome, endereço para correspondência, telefone para contato, o curso e o ano de conclusão/formatura.
- 2) **APRESENTAÇÃO:** deve-se colocar o nome da concedente (empresa) e o local onde foram desenvolvidas as atividades.
 - ✓ De preferência, usar **ARIAL** ou **TIMES NEW ROMAN**, fonte 12, espaçamento 1,5.
- 3) **SUMÁRIO:** índice, em forma de esquema, em relação ao plano do relatório.
- 4) **OBJETIVOS:** identificação da finalidade da apresentação do relatório (bem curto).
- 5) **DESENVOLVIMENTO:** núcleo do relatório com descrição das atividades desenvolvidas, relato dos fatos e pormenores, apresentação do resultado da discussão de dados.
- 6) **CONCLUSÕES:** registro das conclusões (deduções) obtidas após a realização do estágio, sendo, portanto, baseadas nos fatos apresentados no item **DESENVOLVIMENTO**.
- 7) **SUGESTÕES:** dirigidas ao IFMG Ouro Preto e/ou à Concedente (Empresa), podem ser relacionadas pelos alunos baseadas em observações feitas durante o estágio e/ou com base na necessidade de um melhor aproveitamento do estagiário pela empresa.
- 8) **ASSINATURAS:** do estagiário, do responsável pelo acompanhamento do estagiário na

concedente (empresa) e do chefe da área da concedente (empresa), responsável pelo estágio.

- 9) **ANEXOS:** registro de outras informações, comprovadas por cópias, que não pertençam à seqüência do relatório. Por exemplo, gráficos, quadros estatísticos, mapas, tabelas, desenhos, fotografias e outros.



IMPORTANTÍSSIMO: Anexar uma declaração da concedente (empresa), em papel timbrado, carimbado, constando o período completo de estágio (início e término) e o número total de horas do estágio ou o Xerox da folha de rosto e a folha de anotação de estágio, da Carteira de Trabalho. Continuação no verso da folha.

- 10) **BIBLIOGRAFIA:** relação do material consultado, inclusive notas da sala de aula, conforme normas da ABNT.

Notas Importantes

- ✓ Relatório é uma atividade pessoal, por isso não deve ser apenas cópia de normas, manuais, revistas ou livros e nem apenas descrição de máquinas (deve evidenciar envolvimento).
- ✓ No desenvolvimento, a escrita deve ser feita na primeira pessoa do plural (õFizemosõ). Dessa forma, o estagiário fica inserido no contexto.
- ✓ A anotação diária das tarefas, com seus resultados, facilita a elaboração final.
- ✓ A elaboração final deve ser feita logo após o término do estágio.
- ✓ Deve-se descrever sobre cada serviço executado (concluído ou não) e como foi sua participação.
- ✓ Ao falar sobre equipamentos, escrever como aprendeu e cuidados necessários para o uso.
- ✓ Descrever, resumidamente, as técnicas usadas e o produto do seu trabalho (benefícios).
- ✓ O trabalho deve ter uma boa apresentação, primando-se por uma escrita bem feita e sem erros de português.
- ✓ Para ser apreciado pelo IFMG Ouro Preto, o relatório deve conter as assinaturas solicitadas.
- ✓ Aprovado, ou não, o relatório, o fato será comunicado ao aluno para tomada das providências necessárias.
- ✓ **Para análise, o Relatório de Estágio Curricular deve ser apresentado à Coordenadoria de Estágios/DREC com, pelo menos, 20 dias de antecedência da data prevista para a próxima colação de grau. (Normalmente, a colação de grau ocorre na última quinta-feira de cada mês ó ver Calendário Escolar).**

✓ **IMPORTANTE:** Ao final do estágio, deverá ser entregue à Coordenação de Estágios/DREC:

- 1) Relatório de Estágio Curricular (Encadernado);
- 2) Avaliação do Estágio por parte do estagiário (deverá ser anexada no final do relatório);
- 3) Ficha de Avaliação do Estagiário pela Empresa (Preenchida pelo supervisor do estagiário e entregue para arquivamento);
- 4) Declaração de Realização de Estágio (Contendo o período completo, com a data de início e fim e o número total de horas do estágio) **ou** Carteira de Trabalho (Xerox da folha de rosto e a folha de a anotação de estágio). Também deverá ser anexada (o) ao final do relatório.

ATENÇÃO: Não serão aceitos relatórios que não estejam em conformidade com os itens acima.

ANEXO H: EMENTAS PARA AS DISCIPLINA DE ESTÁGIO 1 E 2



DIRETORIA DE ENSINO TÉCNICO

PROPOSTA PARA CRIAÇÃO DAS DISCIPLINAS ORIENTAÇÃO PARA ESTÁGIO I E II, PARA OS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS E SUBSEQUENTES, PRESENCIAIS E EAD DO IFMG CAMPUS OURO PRETO, A SER OFERTADA NA MODALIDADE EAD

E
M
E
N
T
A
S

Código da Disciplina	Disciplina Orientação para Estágio I		Época de oferta: Ano/série/módulo após a conclusão das disciplinas obrigatórias
Natureza a Eletiva	Nº de aulas teóricas semanais -	Nº de aulas práticas semanais -	Carga horária total 40 (hora-aula EAD = 60
Objetivo geral			
Possibilitar aos alunos a aquisição de experiências profissionais por meio da participação em situações reais de trabalho complementando o conhecimento teórico e estabelecendo a articulação entre a escola e o mundo do trabalho.			
Ementa			
Planejamento (Regulamentos e Normas do Estágio, orientação sobre as atividades a serem desenvolvidas na empresa; Plano de atividades do estágio. Desenvolvimento (Execução do plano do estágio na empresa, sob a orientação periódica do professor). - Elaboração do relatório do estágio. - Análise e Avaliação do Estágio.			
Obs.: A disciplina será desenvolvida por meio de estratégias de educação a distância, com a utilização do ambiente virtual de aprendizagem ó AVA por meio da plataforma Modlle. Também serão utilizados para realização de encontros virtuais, ferramentas como webconferência e chat.			

Bibliografia Básica

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS, **Resolução Conselho Superior n. 029/2013**. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Estágio do IFMG. Belo Horizonte, 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS, Campus Ouro Preto. **Resolução 01 de 15/02/2013**. Dispõe sobre as normas para realização de Estágio Supervisionado no IFMG Campus Ouro Preto. Ouro Preto, 2013.

BRASIL, **Lei 11. 778, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm>. Acesso em 19/11/2013.

BRASIL, **Resolução CNE/CEB Nº 1, de 21 de janeiro e 2004**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos.

<Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1.pdf>>. Acesso em 19/11/2013.

Bibliografia Complementar

BRASIL, **Lei nº. 11.741**, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm#art2>. Acesso em 19/11/2013.

Código da Disciplina	Disciplina Orientação para Estágio I I		Época de oferta: Ano/série/módulo após a conclusão das disciplinas obrigatórias
Natureza Eletiva	Nº de aulas teóricas semanais -	Nº de aulas práticas semanais -	Carga horária total 40 (carga horária EAD = 60
Objetivo geral			
Possibilitar aos alunos a aquisição de experiências profissionais por meio da participação em situações reais de trabalho complementando o conhecimento teórico e estabelecendo a articulação entre a escola e o mundo do trabalho.			
Ementa			
Análise e Avaliação do Estágio (elaboração do relatório do estágio).			
Bibliografia Básica (3)			
INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS, Resolução Conselho Superior n. 029/2013 . Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Estágio do IFMG. Belo Horizonte, 2013.			
INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS, Campus Ouro Preto. Resolução 01 de 15/02/2013 . Dispõe sobre as normas para realização de Estágio Supervisionado no IFMG Campus Ouro Preto. Ouro Preto, 2013.			
BRASIL, Lei 11. 778, de 25 de setembro de 2008 . Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm >. Acesso em 19/11/2013.			
BRASIL, Resolução CNE/CEB Nº 1, de 21 de janeiro e 2004 . Estabelece Diretrizes			
Bibliografia Complementar (5)			
BRASIL, Lei nº. 11.741 , de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm#art2 >. Acesso em 19/11/2013.			

APÊNDICE

APÊNDICE I: QUESTIONÁRIO AOS ESTÁGIÁRIOS

Questionário

I ó CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

Pretende-se dar resposta a variáveis que caracterizam a população em estudo. Por favor, assinale com um X a sua situação.		
Género: M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	Local onde realizou ou está a realizar o estágio Fundação _____	Idade _____

II ó AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

• Instruções

Preencha o Formulário considerando a escala que apresentamos em cada ponto. Todos os itens devem ser preenchidos.

2. Estágio: Grau de concordância

Escala			
1	2	3	4
Discordo fortemente	Discordo	Indiferente	Concordo

	Pontuação			
	1	2	3	4
1. O Estágio proporciona o aprendizado de competências propostas de atividade profissional.				
2. O Estágio contextualiza, na prática, o plano curricular teórico.				
3. O Estágio prepara o educando para a vida cidadã.				
4. As instalações onde decorre o estágio são adequadas.				
5. A relação com o formador é satisfatória.				
6. O numero de horas do estágio é suficiente.				
7. Durante o estágio, a minha assiduidade foi satisfatória .				
8. Durante o estágio a minha pontualidade foi satisfatória.				

3 ó Estágio: Grau de Satisfação

Escala				
1	2	3	4	
Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito	
Pontuação				
9. Em relação às Orientações e/ou informações fornecidas pelos servidores da DREC, em relação ao Estágio.	1	2	3	4
10. Em relação ao atendimento que você recebeu no setor de Estágio.	1	2	3	4

4 - Você recebeu encaminhamento, por parte do IFMG, para encontrar uma empresa a fim de realizar o Estágio?

- Sim
- Não

5 - Você encontrou dificuldade para encontrar um estágio?

- Sim
- Não

6 - Quais as atividades de responsabilidade do setor responsável pelos estágios no campus você acha que deveria ser melhor desenvolvidas a fim de ampliar as oportunidades de estágio?

7 - Você considera a realização do estágio importante para conseguir um emprego?

- Sim
- Não

Justifique:

III ó Sobre o curso/Estágio realizado

8 ó O estágio possibilitou aplicação prática dos conhecimentos adquiridos no curso?

- Sim
- Não

Justifique:

9 ó O estágio permitiu conhecer a organização da Empresa/Instituição, transmitindo experiências úteis para o seu futuro profissional.

- Sim
- Não

10 ó O estágio atendeu suas expectativas com relação aos objetivos da sua atuação profissional?

- Sim
- Não

Justifique:

IV ó Outras questões

11 ó Com a relação à correção do seu relatório, você teve acesso aos critérios que foram usados para avaliá-lo?

- Sim
- Não

Justifique:

12 ó Você considera importante ter critérios claros para a avaliação do Relatório Final?

- Sim
- Não

Justifique:

Obrigada pela sua colaboração.